

DIÁRIO DO PODER JUDICIÁRIO



Boa Vista-RR, 18 de Janeiro de 2008 ANO X - EDIÇÃO 3767

RS 1,60

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Bel. ITAMAR LAMOUNIER
Secretário do Tribunal Pleno

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 06 006688-2
IMPETRANTES: DANIEL HELIAIRES ALENCAR DE OLIVEIRA E OUTROS
DEFENSOR PÚBLICO: DR. NATANAEL DE LIMA FERREIRA
IMPETRADO: EXMO. SR. COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. DIÓGENES BALEEIRO NETO
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DESPACHO

Vistos, etc.
Defiro a cota ministerial de fl. 287.
Intimem-se os impetrantes Francisca Darlene da Cruz Farias, Genilson Almeida de Souza, Steve Rosário da Silva, Osvaldo Batista Costa e Ronildo Raulino da Silva para dizerem, em cinco dias, se ainda tem interesse na lide e em sua liminar.
Após, voltem-me conclusos.
Boa Vista, 16 de janeiro de 2008.

Des. Robério Nunes
Relator

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA-RR, 17 DE JANEIRO DE 2008.

Bel. ITAMAR LAMOUNIER
Secretário do Tribunal Pleno

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA

MÁRIO TARGINO REGO
Secretário da Câmara Única, em exercício

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.07.008551-8 – CARACARAÍ/RR
IMPETRANTE: ALYSON BATALHA FRANCO
PACIENTE: ANTONIO DA COSTA REIS
AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE CARACARAÍ
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

Vistos etc.

Trata-se de pedido de “*habeas corpus*”, impetrado pelo ilustre causídico Alyson Batalha Franco, qualificado à fl. 02, sob a alegativa de que o paciente Antônio da Costa Reis, condenado como incurso nas penas do artigo 331, “caput”, do Código Penal, ao cumprimento da pena de um (1) ano e um (1) mês de detenção, em regime aberto, substituída por uma pena restritiva de direito e multa, fixada em dois (2) salários mínimos, além de duas (2) restritivas de direitos.

Alega, em síntese, que “...a denúncia foi recebida no dia 21 de agosto de 2002, de modo que, foi prolatada sentença condenatória

em 21 de março de 2006, e não houve recurso pela acusação ou defesa, transitada em julgado a sentença para a defesa em 17 de abril de 2006, e para o Ministério Público em 19 de junho de 2006, e até o presente momento não se iniciou o cumprimento da pena...” (fl. 03).

Afirma que já transcorreram mais de sete (7) anos sem que se tenha iniciado o cumprimento da pena, restando patente a prescrição retroativa consubstanciada no artigo 110, § 2º, c/c o artigo 109, inciso V, ambos do Código Penal.

Pede, então, liminarmente, que seja declarada a extinção da punibilidade pela prescrição, e no mérito a confirmação da liminar (fls. 02/09).

À fl. 18, o relator originário, Des. Ricardo Oliveira, deixou para apreciar o pedido de liberação liminar após as informações de estilo.

Regularmente oficiado (fl. 23), o douto impetrado alega serem “*infundadas as argumentações do pedido, eis que em nenhum dos interregnos se alcançou o quadriênio necessário para tal declaração de 1 ano e 1 mês de detenção substituída por penas restritivas de direitos, nos termos do artigo 109, V e § único, do citado Ordenamento*” (fl. 25).

Acrescenta, ainda, que nos autos de execução penal nº 002006009937-9, em trâmite na Comarca de Caracarái, designou-se para o dia 31/12/2007, às 9:00 horas, a audiência admonitória, tendo em vista que a pena de prestação de serviços à comunidade ainda não foi delimitada e nem cumprida.

Eis o sucinto relato, passo à apreciação do pedido liminar:

Examinando, “*ab initio*”, os argumentos do impetrante, não vislumbro delineada, plenamente, a comprovação dos pressupostos indispensáveis à admissibilidade de concessão liminar - relevância da matéria e “*periculum in mora*” - como entendem os doutrinadores e os demais intérpretes do direito.

Além do mais, a liminar na forma pretendida afigura-se-me de natureza tipicamente satisfativa, confundindo-se com o próprio mérito deste “*writ*”.

Por esta razão, denego tal pretensão inicial e determino que se remetam os autos à douta Procuradoria de Justiça, para os devidos fins.

Expediente necessário.

Boa Vista, 16 de janeiro de 2008.

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.07.009125-0 – SÃO LUIZ DO ANAÚA/RR
IMPETRANTE: JOSÉ ROCELITON VITO JOCA – DPE
PACIENTES: FRANCISCO HILDERLAN DE LIMA E OUTROS
AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO LUIZ DO ANAÚA
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

Vistos etc.

Trata-se de pedido de “*habeas corpus*”, impetrado pelo ilustre Defensor Público José Roceliton Vito Joca, qualificado à fl. 02, sob a alegativa de que os pacientes Francisco Hilderlan de Lima, Edivaldo Rodrigues da Silva, Rodrigues Reis Lima e Edmilson

Gonçalves Lima, denunciados como incurso nos artigos 33 e 35 da Lei nº 11.343/06 sofrem constrangimento ilegal, já que se encontram presos na Cadeia Pública de São Luiz do Anauá, “...há exatos cento e dezesseis (116) dias”, sem ter ocorrido sequer a audiência de oitiva das testemunhas da acusação.

Afirma que “...tal demora é injustificada e não está sendo provocada pela defesa, cujo fato traduz-se em verdadeiro constrangimento ilegal ensejador ao relaxamento da prisão dos pacientes” (fl. 04).

À fl. 54, o relator originário, Juiz Convocado Cristóvão Suter, deixou para apreciar o pedido de liberação liminar após as informações de estilo.

Regularmente oficiado (fl. 55), o douto impetrado informa que os acusados foram denunciados em 19.09.2007, como incurso nos artigos 33 e 35, da Lei nº 11.343/06, presos em flagrante delito por terem em depósito para fins de comércio 46 (quarenta e seis) papétes de pasta de cocaína, e que no dia 21.11.07, foram ouvidas as testemunhas arroladas na denúncia. Atualmente o processo está aguardando expedição de mandado para oitiva da testemunha Valdina Carvalho Araújo de Albuquerque, arrolada pelo Ministério Público, e para acareação da testemunha André Sandro Araújo de Albuquerque, requerida pela defesa (fls. 56/57).

Eis o sucinto relato, passo à apreciação do pedido liminar:

Examinando as ponderações contidas na exordial em articulação com os documentos até agora produzidos, entendo que não restaram demonstrados a contento, pelo menos nesta fase cognitiva sumária, os requisitos ensejadores da concessão liminar, conforme preconizam os doutrinadores em geral. Por esta razão, denego tal pretensão inicial e determino que se remetam os autos à d. Procuradoria de Justiça, para os devidos fins.

Expediente necessário.

Boa Vista, 14 de janeiro de 2008.

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.07.009203-5 – BOA VISTA/RR
IMPETRANTE: LUIZ EDUARDO SILVA DE CASTILHO
PACIENTE: JOÃO PAULO DA SILVA
AUT. COATORA: MMª. JUÍZA DE DIREITO 1ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

Vistos etc.

Trata-se de pedido de “*habeas corpus*”, impetrado pelo ilustre causídico Luiz Eduardo Silva de Castilho, qualificado à fl. 02, sob a alegativa de que o paciente João Paulo da Silva, denunciado como incurso nos artigos 121, c/c art. 14, do Código Penal, após envolver-se numa briga na fazenda “São João”, onde trabalha como caseiro, sofre constrangimento ilegal, já que se encontra preso na Penitenciária Agrícola “Monte Cristo”, desde o dia 09/12/2007, sem a autoridade dita coatora tenha concluído a instrução criminal do feito.

Afirma que “...não há justa causa para a prisão ora combatida, pois além de o paciente não ter atirado na vítima, também deve-se considerar que é réu primário, possui bons antecedentes e tem endereço fixo,” (fl. 03).

À fl. 08, o relator originário, Des. Robério Nunes, deixou para apreciar o pedido de liberação liminar após as informações de estilo.

Regularmente oficiado (fl. 09), a d. impetrada alega a impossibilidade de prestar informações acerca do processo em epígrafe, porque os autos encontram-se com vista ao Ministério Público desde 27.12.07 (fl. 12).

Eis o sucinto relato, passo à apreciação do pedido liminar:

Examinando as ponderações contidas na exordial em articulação com os documentos até agora produzidos, entendo que não restaram demonstrados a contento, pelo menos nesta fase cognitiva sumária, os requisitos ensejadores da concessão liminar, conforme

preconizam os doutrinadores em geral. Por esta razão, denego tal pretensão inicial e determino que se remetam os autos à d. Procuradoria de Justiça, para os devidos fins.

Expediente necessário.

Boa Vista, 14 de janeiro de 2008.

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.07.009127-6 – SÃO LUIZ DO ANAUÁ/RR
IMPETRANTE: JOSÉ ROCELITON VITO JOCA – DPE
PACIENTE: DAVID VITORINO DA SILVA
AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO LUIZ DO ANAUÁ
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

Vistos etc.

Trata-se de pedido de “*habeas corpus*”, impetrado pelo ilustre Defensor Público José Roceliton Vito Joca, qualificado à fl. 02, sob a alegativa de que o paciente David Vitorino da Silva, denunciado como incurso nos artigos 147, 148 e 129, § 9º, em relação à vítima Maria Cicera Lima da Silva, e artigos 213, 224, “c”, c/c art. 225, § 9º, relativo à vítima Deusilene da Silva Lima, todos do Código Penal, sofre constrangimento ilegal, já que se encontra preso na Cadeia Pública de São Luiz do Anauá, há exatos cento e oitenta (180) dias.

Afirma que “...a celeridade na prestação jurisdicional é meta indissociável, não podendo jamais retroceder e permitir que alguém permaneça encarcerado, quando já se ultimou a instrução do processo” (fl. 04).

Portanto, segundo alega o impetrante, o paciente sofre constrangimento ilegal, posto que até esta data a autoridade dita coatora não sentenciou a ação penal que a Justiça Pública move contra o paciente (fls. 02/10).

À fl. 47, o relator originário, Juiz Convocado Cristóvão Suter, deixou para apreciar o pedido de liberação liminar após as informações de estilo.

Regularmente oficiado (fl. 49), o douto impetrado informa que o réu foi denunciado em 25.06.2007, como incurso nos artigos 147, 148 e 129, § 9º, em relação à vítima Maria Cicera Lima da Silva, e artigos 213, 224, “c”, c/c art. 225, § 9º, relativo à vítima Deusilene da Silva Lima, todos do Código Penal. Acresce que as partes ofereceram alegações finais, estando atualmente os autos conclusos para sentença (fls. 51/52).

Eis o sucinto relato, passo à apreciação do pedido liminar:

Examinando as ponderações contidas na exordial em articulação com os documentos até agora produzidos, entendo que não restaram demonstrados a contento, pelo menos nesta fase cognitiva sumária, os requisitos ensejadores da concessão liminar, conforme preconizam os doutrinadores em geral. Por esta razão, denego tal pretensão inicial e determino que se remetam os autos à d. Procuradoria de Justiça, para os devidos fins.

Expediente necessário.

Boa Vista, 14 de janeiro de 2008.

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

HABEAS CORPUS Nº 0010.07.008899-1 – SÃO LUIZ DO ANAUÁ/RR
IMPETRANTE: JOSÉ ROCELITON VITO JOCA – DPE
PACIENTE: CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA
AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO LUIZ DO ANAUÁ
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

Reitere-se, com a necessária urgência, a requisição de informações à autoridade apontada como coatora, já que o MM. Juiz não respondeu em prazo razoável (certidão – fl. 36).

Após, à nova conclusão.

Boa Vista, 11 de janeiro de 2008.

Des. José Pedro – Relator

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 0010.07.009164-9 – BOA VISTA/RR
AUTOR: AILTON MARCELO LIMA MONTEIRO
ADVOGADO: DR. STÉLIO BARÉ DE SOUZA CRUZ
RÉU: O ESTADO DE RORAIMA
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

1. Cite-se a parte ré para, no prazo de 30 (trinta) dias, responder aos termos desta ação.

2. Após, ao Ministério Público de 2º grau.

Boa Vista, 15 de janeiro de 2008.

Des. José Pedro – Relator

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.009269-4 – BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: JANAÍNA CAVALCANTE
ADVOGADO: DR. PAULO CAMILO
AGRAVADA: ALEXANDRA CRISTINA UCHOA CAVALCANTE
ADVOGADO: DR. FAIC IBRAIM ABDELAZIZ
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

Vistos etc.

Janaina Cavalcante, devidamente qualificada e representada, interpõe agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, contra decisão proferida pelo MM. Juiz da 3ª Vara Cível, nos autos da ação ordinária, processo nº 01006134949-3, que, por entender necessária a realização de perícia médica complexa, determinou a conversão do rito sumário em ordinário, bem como a redistribuição dos autos a uma das Varas Cíveis de competência genérica da Capital.

Alega a Agravante, em síntese, que o magistrado, ao suprir a omissão da autora quanto à produção de prova, violou o princípio constitucional da igualdade (art. 125, I, do CPC).

Aduz, outrossim, a necessidade de atribuir efeito suspensivo a este agravo, argumentando que, se a decisão gerar efeitos, a redistribuição do feito principal e conseqüente produção de prova pericial poderão influenciar diretamente no julgamento, causando-lhe prejuízo – fls. 02 a 10.

É o breve relato. Decido.

Inobstante os argumentos trazidos aos autos pelo recorrente, cumpre destacar que a Lei nº 11.187/05, objetivando emprestar maior celeridade à tramitação dos processos, determinou ao julgador a conversão do agravo de instrumento em agravo retido, deixando, assim, a apreciação da matéria como preliminar de eventual recurso de apelação.

Referida lei alterou o artigo 527 do Código de Processo Civil, passando este a vigorar com a seguinte redação, *in verbis*:

*“Art. 527. Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído incontinenti, o relator:
II – converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa”.*

Consoante entendimento sufragado por nossas Cortes de Justiça, condicionou-se o seguimento do agravo de instrumento apenas nos casos de urgência e de perigo de lesão grave, *verbis*:

“AGRAVO REGIMENTAL – DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONVERTEU O AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AGRAVO RETIDO NOS AUTOS ORIGINAIS – ARTIGO 557, INCISO II, DO CPC – AUSÊNCIA DE URGÊNCIA E DE RISCO DE DANO OU GRAVE LESÃO À AGRAVANTE – CONVERSÃO MANTIDA – 1. A conversão do agravo de instrumento interposto pela recorrente em

agravo retido nos autos deu-se em razão de não se constatar, no caso concreto, a alegada urgência e o risco de dano ou lesão de difícil reparação. 2. Mantida a situação originária, mister se faz a manutenção da conversão decretada monocraticamente pelo relator. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento.” (TRF 3ª R. – AG 2005.03.00.077997-7 – 2ª T. – Rel. Des. Fed. Cotrim Guimarães – DJU 05.05.2006 – p. 735)

No caso vertente, não vislumbro delineada a relevância nas alegações do Agravante, nem a iminência de possíveis prejuízos na hipótese de não ser atribuído efeito suspensivo ao presente recurso.

Com efeito, *prima facie*, verifica-se que a conversão de rito não causará prejuízo à Agravante, a uma porque é ela a ré na ação principal, ou seja, a demora no deslinde da causa não lhe será desfavorável; a duas, porque, no rito ordinário, os prazos são dilatados e em maior número as possibilidades de defesa.

Por último, vale ressaltar que não se está negando a análise do pleito, mas apenas postergando-a para o devido momento, visto que não restou estampada a urgência em sua apreciação.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar e, por não vislumbrar a presença dos requisitos ensejadores do agravo de instrumento, converto-o em retido nos termos do artigo 527, inciso II, do CPC.

Por conseguinte, determino a remessa dos autos ao juízo de origem, para os devidos fins.

Publique-se. Comunique-se. Intimem-se.

Boa Vista, 15 de janeiro de 2008.

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.009339-5 – BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. JOSÉ RUYDERLAN FERREIRA LESSA
AGRAVADA: EDITORA BOA VISTA LTDA
ADVOGADO: DR. PAULO CEZAR PEREIRA CAMILO
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

Vistos etc.

O Estado de Roraima, devidamente qualificado, interpõe o presente recurso, visando a reforma da decisão proferida nos autos do mandado de segurança nº 01007179478-7, pelo MM. Juiz da 8ª Vara Cível, que concedeu liminar determinando a liberação das mercadorias apreendidas, bem como a suspensão da exigibilidade e cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, consubstanciado no DARE referente à nota fiscal de saída nº 0012750.

Sustenta, o Agravante, que “não se pode falar em ato ilegal ou ilegítimo da autoridade, dita coatora, por cumprir a ordem jurídica que lhe atribui função para cobrar a diferença do ICMS, posto que tal atribuição se conforma nos termos da legislação tributária recorrente” – fl. 11.

Afirma que, no caso discutido, a lesão grave e de difícil reparação consiste no fato de o Agravante não poder cobrar o diferencial de alíquota de mercadorias adquiridas em outra unidade da federação, deixando, assim, de arrecadar, além de abrir precedente, estimulando outras empresas em situação análoga a buscar a decisão impugnada.

Pede o deferimento do efeito suspensivo e, no mérito, pugna pelo provimento do recurso (fls. 02/28).

É o breve relato. Decido.

Consoante prescreve o artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, o Relator “*converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa*”.

No caso dos autos, não se vislumbra a urgência no provimento jurisdicional invocado pelo recorrente, nem a iminência de prejuízo de difícil ou impossível reparação na hipótese de se aguardar o deslinde da ação mandamental.

Destarte, tem-se por certo que, na eventual possibilidade de não ser confirmada a Segurança em favor da impetrante, o valor correspondente ao imposto poderá ser cobrado a qualquer tempo pelo recorrente, até mesmo porque mantêm o cadastro administrativo da empresa agravada.

Ademais, urge ressaltar que não se está negando a análise do pleito, mas apenas postergando-a para o devido momento, visto que não restou estampada a urgência em sua apreciação.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar e, por não vislumbra a presença dos requisitos ensejadores do agravo de instrumento, converto-o em retido nos termos do artigo 527, inciso II, do CPC.

Em consequência, determino a remessa dos autos ao juízo de origem, para os devidos fins.

Publique-se. Comunique-se. Intimem-se.

Boa Vista, 15 de janeiro de 2008.

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.009209-2 – SÃO LUIZ DO ANAUÁ/RR
AGRAVANTE: MARIA LÚCIA CAVALCANTI MUNIZ
ADVOGADO: DR. EMERSON LUIS DELGADO GOMES
AGRAVADA: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
ADVOGADO: NÃO CONSTA
RELATOR: DES. JOSÉ PEDRO

Vistos etc.

Maria Lúcia Cavalcanti Muniz, devidamente qualificada e representada, interpõe o presente recurso contra decisão, proferida pelo MM. Juiz da Comarca de São Luiz do Anauá, que indeferiu a liminar pleiteada nos autos de Medida Cautelar Inominada, processo nº 01007021348-7.

Alega, em síntese, a Agravante, que inexistente, na Lei Orgânica do Município de São João da Baliza/RR e no Regimento Interno da respectiva Câmara, qualquer disposição legal sobre o procedimento de cassação de prefeito.

Sustenta, ainda, que sua conduta configura, *in abstracto*, crime de responsabilidade, punível exclusivamente pelo Poder Judiciário, sob pena de configurar quebra do princípio da separação dos poderes.

Requer a concessão de liminar para que os efeitos da cassação da demandante na esfera política sejam obstados até o julgamento do Mandado de Segurança que tramita sob o nº 07 021222-4 e da ação principal a ser ajuizada no prazo legal e, no mérito, o provimento do agravo.

É o breve relato. Decido.

A doutrina e a jurisprudência têm proclamado o entendimento de que a permissibilidade de antecipação dos efeitos da tutela no agravo de instrumento decorre dos preceitos elencados nos artigos 527, III, e 273, ambos do Código de Processo Civil, sendo que este último prevê a necessidade de prova inequívoca e verossimilhança das alegações.

No caso sob exame, os fundamentos colacionados pela Agravante, apesar de referirem-se à decisão proferida em medida cautelar inominada, a qual seria suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, não se afiguram suficientemente relevantes para antecipar a tutela recursal pleiteada.

Verifica-se, *a priori*, que a Lei Orgânica do Município de São João da Baliza, em seu artigo 22, VIII, atribui à Câmara Municipal competência privativa para decretação de “perda do mandato do prefeito e dos Vereadores, nos casos indicados nas Constituições Federal e Estadual e nesta Lei Orgânica, no que for aplicável”.

Ademais, consta do Regimento Interno daquela Casa Legislativa disposições acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Assim, arrimado na motivação supra, denego a pretensão liminar de antecipação dos efeitos da tutela.

Intime-se a Agravada na pessoa de seu Presidente para, querendo, contraminutar o recurso e juntar documentos que entender necessários, no decêndio legal (art. 527, V, CPC).

Requisitem-se as informações ao MM. Juiz (art. 527, IV, do CPC).

Após, à d. Procuradoria de Justiça.

Ultimadas as providências retrocitadas e decorridos os respectivos prazos, voltem os autos à conclusão.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se

Demais expedientes necessários.

Boa Vista, 16 de janeiro de 2008.

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007157-5 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORA DO ESTADO: DRA. DANIELLA TORRES DE MELO BEZERRA – FISCAL
APELADA: CAXANGÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRALTA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. MAURO SILVA DE CASTRO
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo ESTADO DE RORAIMA contra a sentença do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca que extinguiu a execução fiscal – processo nº 010.01.019324-0, nos termos do art. 174, do CTN, c/c o art. 269, IV, do CPC.

Cumpra ressaltar inicialmente que o processo, após regular seguimento, já havia sido extinto em face da prescrição intercorrente, sendo decretada a nulidade da sentença em grau de recurso, por inobservância de formalidades legais. Assim, retornando os autos à Vara de origem, foi intimado o Estado de Roraima a se manifestar sobre a prescrição intercorrente. Com vista dos autos, o exequente manifestou-se afirmando não ter ocorrido a prescrição. Houve prolação da sentença às fls. 138/142, decretando-a.

Em razões de fls. 144/149, alegou o apelante, que a Lei nº 11.051/04 incluiu, no art. 40 da Lei nº 6830/80, o § 4º, possibilitando o reconhecimento, de ofício, da prescrição intercorrente, após a ouvida da Fazenda Pública, quando, a contar da decisão que ordenar o arquivamento da execução fiscal, tiver transcorrido o prazo prescricional. Sustentou que, por se tratar de norma de exceção, deve ser interpretada restritivamente; no processo em tela, a decisão que determinou o arquivamento provisório da execução fiscal, com base no art. 40 da LEF, foi proferida em 16 de abril de 2001, tendo início então a contagem do prazo. Concluiu que não decorreu o prazo quinquenal.

Requeru o provimento do recurso para anular a sentença e determinar o regular andamento do feito.

O recorrido não apresentou resposta aos termos do recurso.

Deixei de encaminhar os autos ao ilustre representante do Ministério Público, em virtude deste já haver se manifestado pela desnecessidade de intervenção em feitos dessa natureza.

É o relatório.

Dispõe o art. 557, *caput*, do CPC:

“Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.”

Seguindo esse permissivo legal, passo a decidir.

Determina o art. 174, parágrafo único, inciso I do CTN:

“Art. 174. A ação de cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação”.

Essa regra foi introduzida pela LC 118/05 e, por versar sobre norma de natureza processual, tem aplicação imediata.

Ressalte-se que o entendimento de que alcançam os efeitos da prescrição os casos em que o termo a *quo* galgou realidade antes da modificação do parágrafo único do art. 174 do CTN, já foi firmado por esta Corte, como se observa do julgamento dos agravos regimentais 010.06.006592-6; 010.06.006594-2; 010.06.006597-5; 010.06.006600-7; 010.06.006609-8; 010.06.006611-4, dentre outros.

A questão devolvida ao Juízo *ad quem* é simples: verificar se decorreu ou não o prazo prescricional.

No caso *sub examine*, a ação de execução fiscal foi proposta no dia 21/05/97, e o despacho que ordenou a citação foi proferido em 22/05/97. Em 02/05/2006 foi prolatada sentença (fls.138/142), sendo que a primeira sentença, anulada por esta corte, havia sido proferida no dia 08/03/2005.

Observa-se que, da data do despacho de citação, até hoje, decorreram mais de 10 (dez) anos, prazo suficiente para a decretação da prescrição intercorrente.

A interrupção da prescrição pelo despacho do juiz que ordenar a citação não quer significar que o ente fazendário passa a ter prazo infinito para a cobrança do crédito tributário. A correta interpretação do art. 174, parágrafo único, I do CTN impõe o entendimento de que, a partir do despacho, o prazo recomeça a fluir. Por tal motivo, decorridos mais de 05 (cinco) anos após o referido ato, é plenamente possível a decretação da prescrição pelo magistrado.

Esta Corte tem reiteradamente decidido neste entendimento, como se observa nos processos 010.06.005196-9, 010.06.005342-7, 010.06.005356-7, 010.06.5361-7, 010.06.005365-8, 010.06.005367-4.

Diante do exposto, com fulcro no art. 557 do CPC, nego seguimento ao recurso, porquanto manifestamente improcedente.

Intime-se.

Publique-se.

Boa Vista, 14 de janeiro de 2008.

Des. Robério Nunes – Relator

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007223-5 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADO: KLÊNIO BORGES DOS SANTOS
ADVOGADO: JOSIMAR SANTOS BATISTA
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de apelação cível interposta pelo ESTADO DE RORAIMA em face da decisão proferida pelo MM. Juiz da 2ª Vara Cível da desta Comarca que, nos autos da ação ordinária com o pedido de antecipação da tutela – processo nº 0010.05.103995-5, contra si movida por KLÊNIO BORGES DOS SANTOS, julgou procedente o pedido inicial, para condenar o requerido a efetuar a nomeação, posse e investidura do autor no cargo em que foi aprovado, prazo de 30 (trinta dias), sob as penas da lei.

O apelante alegou, em síntese, que a vergastada decisão merece ser integralmente reformada, pois o Poder Judiciário, ao determinar a posse e investidura da parte apelada, certamente estará adentrando na órbita de competência exclusiva do Executivo, violando frontalmente princípios constitucionais fundamentais, quais sejam a

independência e harmonia entre os Poderes, conforme o previsto na Constituição Federal.

Requeru ao final o conhecimento e provimento do apelo.

Em contra razões de fls. 180/191, o apelado refutou os argumentos trazidos pelo apelante, pugnando, ao final, pelo improvimento do apelo e pela manutenção da sentença.

Encaminhados os autos ao *Parquet*, o ilustre Procurador de Justiça opinou, em manifestação de fls.177/183, pelo conhecimento e improvimento do apelo, com a reforma da sentença tão somente para efeito de minorar o *quantum* dos honorários advocatícios.

As fls. 211/214, o Estado de Roraima protocolou petição requerendo fosse reconhecida a perda do objeto da presente ação, em virtude de ter o apelado alcançado sua pretensão, independentemente do processo judicial. Informou que o Sr. Klênio Borges dos Santos foi nomeado para o cargo de arquiteto, conforme cópia do DOE anexada à fl. 216.

É o relatório. Passo a decidir.

Compulsando os autos, verifica-se que o inconformismo do apelante se resume à determinação judicial de nomeação do apelado para o cargo de arquiteto. Ora, se neste momento processual, há a comprovação de que tal nomeação concretizou-se, independentemente do comando contido na sentença (já que o apelo foi recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo), resta clara a perda de objeto do presente recurso.

Quanto aos ônus da sucumbência impostos na decisão vergastada, sob reexame, havendo, ainda que implicitamente, o reconhecimento da procedência do pedido, não há por que desconstituir o julgado, que permanece incólume.

Assim, com fulcro no art. 175, XIV do RITJRR, decreto a perda do objeto deste recurso.

Boa Vista, 16 de janeiro de 2008.

DES. ROBÉRIO NUNES – Relator

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.005725-3 – BOA VISTA/RR
APELANTES: LEON DENIS ARAÚJO LIRA E OUTROS
ADVOGADO: DR. JOHNSON ARAÚJO PEREIRA
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto por Leon Denis Araújo Lira contra a sentença do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca que, nos autos da ação de ressarcimento de diferença salarial – processo nº 010.05.116344-1, julgou procedente o pedido formulado na exordial, extinguindo o processo com julgamento do mérito, condenando o réu a pagar aos autores os valores devidos por força da Lei nº 331/02, com juros moratórios de 1% ao mês, anualmente capitalizados e correção monetária pelo índice oficial adotado pelo Poder Judiciário ou outro que venha a substituí-lo, calculados ambos desde abril de 2002 (efeitos financeiros da lei), até o efetivo pagamento, e ainda, ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados em R\$ 1.000,00 (mil Reais).

O inconformismo do apelante concerne tão somente ao valor fixado a título de honorários advocatícios. Requer o conhecimento e provimento do apelo a fim de reformar parcialmente a sentença, para majorar os honorários, pugnando seja fixado entre 10 a 20% sobre o valor da causa.

O apelado, devidamente intimado, deixou transcorrer in albis o prazo para apresentação de contra-razões, consoante certidão de fls. 116.

É o relatório.

Dispõe o art. 557, caput, do CPC:

“Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.”

Seguindo esse permissivo legal, passo a decidir.

Há inúmeros precedentes desta Corte, em processos de natureza idêntica, que versam sobre a Lei nº 331/02 e seus reflexos financeiros. A despeito de não ter havido apelação por parte do Estado de Roraima, existem questões de ordem pública, que passo a analisar.

O direito dos servidores públicos à revisão geral anual de sua remuneração está expresso no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, que assim dispõe:

“Art. 37. omissis

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;”

Portanto, o mencionado direito exsurge de disposição constitucional, que possui natureza programática, de eficácia limitada, dependendo de regulamentação em lei específica; assim, em 19 de abril de 2002, o Estado de Roraima editou a Lei nº 331, que dispôs sobre a revisão geral anual, verbis:

“Art. 1º. Fica instituído o índice linear de revisão geral anual das remunerações dos Servidores Públicos Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, no percentual de 5% (cinco por cento)”.

No entanto, consoante fundamentação do voto lançado pelo eminente Des. Carlos Henriques, no julgamento da apelação cível nº 010.07.007389-4, em 15/05/2007, à unanimidade, a norma em debate foi revogada pela Lei nº 391/03. Peço vênica para trazer à colação o seguinte trecho do pronunciamento:

“É bem verdade que a referida norma foi revogada pela Lei 391/03. Apesar desta questão não ter sido ventilada no processo, não podemos deixar de apreciá-la, por ser matéria de ordem pública, pois como preceituado no art. 3º da LICC, ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece, mormente os operadores do direito. Vejamos então, como ocorreu a revogação.

A Lei 331/02 tem caráter anual, sendo portanto uma lei temporária, conforme ensina o preclaro Alexandre de Moraes:

“Ressalte-se grande inovação dessa alteração, uma vez que expressamente previu ao servidor público o princípio da periodicidade, ou seja, garantiu anualmente ao funcionalismo público, no mínimo, uma revisão geral, diferentemente da redação anterior do citado inciso X, do art. 37, que estipulava que “a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre os servidores públicos civis e militares far-se-á sempre na mesma data”, garantindo-se tão somente a simultaneidade de revisão, mas não a periodicidade. Com a nova redação, obviamente, a obrigatoriedade do envio de pelo menos um projeto de lei anual, tratando da reposição do poder aquisitivo do subsídio do servidor público, deriva do próprio texto constitucional.”

Neste jaez, a referida norma, só valeria para o ano de 2002, contudo, naquele mesmo ano, adveio norma (Lei 339/02 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2003) que adotou aquela legislação para promover a revisão geral anual de 2003. Senão vejamos:

“Art. 41. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público do Estado, das autarquias e fundações públicas estaduais, cujo percentual está definido na Lei nº 331, de 19 de abril do corrente ano.”

Assim, mesmo se destinando a vigência temporária, a referida lei vigorou para os anos de 2002 e 2003. Somente em 25 de julho de

2003, foi editada a lei 391/2003, que revogou a lei 331/2002, contudo, não teve o condão de retirar sua vigência para o ano de 2003, pois ao iniciar aquele ano, os servidores já tinham adquirido direito à revisão geral anual com base naquela legislação.

Destarte, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias, alterada pela Lei 391/2003, somente a partir do exercício de 2004 a revisão geral anual dependeria de lei específica trazendo o respectivo índice, para então figurar o aumento da correspondente, na Lei Orçamentária Anual.

Vale trazer a colação dispositivo legal assaz pertinente ao tema em debate (art. 2º, I da LICC):

“Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.”

Verificamos que, fica patente que não se destinando à vigência temporária, a norma vigora até que outra a modifique ou revogue. Assim, sendo a lei anual de revisão geral uma lei temporária, isto é, válida para aquele ano e tendo a mesma sido validada pela LDO para o ano de 2003, sua temporariedade ficou para os anos de 2002 e 2003. Ainda que tenha sido revogada no ano de 2003, somente não será aplicada a contar do exercício de 2004”.

De outra banda, importante salientar não ter havido ofensa à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao art. 169, § 1º da CF/88, em virtude da existência de prévia dotação orçamentária. Tal matéria também já foi decidida pelo órgão plenário deste Tribunal, no julgamento do MS nº 010.05.004707-4, em 16/11/2005, de relatoria do ilustre Des. Almiro Padilha, do qual me valho do seguinte trecho:

“Não há como prosperar, ademais, a alegação de existência de vícios intrínsecos na Lei nº 331/02, sob o fundamento de ter infringido os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 – art. 16 e 17) e os artigos 37, XIII e 169, § 1º, da CF. É que o impetrado não trouxe aos autos, qualquer documento que comprove tal assertiva. Assim, não se pode afirmar que a Lei nº 331/02 desrespeitou, por exemplo, a norma de prévia dotação orçamentária, porquanto não há comprovação desse vício. A publicação da lei no Diário Oficial do Estado faz presumir (presunção relativa) que a mesma reveste-se de todos os requisitos para a sua elaboração, inclusive a observância das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. Não basta, entretanto, a mera alegação da existência de vícios, faz-se necessário a prova dos mesmos. Ausente, destarte, tais provas, não se pode acolher tal pretensão.”

Ademais, confirmando este entendimento, a própria lei rechaça a alegação do apelante em seu art. 5º, in verbis:

“Art. 5º As despesas decorrentes da edição desta Lei correrão por conta das dotações próprias, consignadas no Orçamento do Estado de Roraima.”

No que concerne à aplicação da taxa de juros, também merece reforma a vergastada sentença, uma vez que, em atenção ao art. 1º-F da Lei nº 9494/97, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, os juros de mora não poderão ultrapassar o percentual de seis (6%) ao ano.

Por fim, diante do reconhecimento de tais questões de ordem pública (revogação da Lei 331/02 pela Lei 391/03 e juros moratórios), que modificaram o julgado, reconheço a existência da sucumbência recíproca (na proporção de 50%) e determino que os honorários sejam compensados entre as partes.

Quanto ao fato de serem beneficiários da justiça gratuita, isto não impede a condenação em honorários, conforme entendimento consolidado em recentes julgados do STJ:

“PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ARTIGO 535 DO CPC. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO INATIVO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. SÚMULA 188/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. ARTIGO 21, CAPUT, DO CPC. DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. COMPENSAÇÃO IMEDIATA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. 1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando o Tribunal de origem resolve a

controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese do recorrente. 2. O julgador não precisa responder a todas as alegações das partes se já tiver encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem está obrigado a ater-se aos fundamentos por elas indicados. 3. Na restituição de indébito tributário, os juros de mora devem incidir a partir do trânsito em julgado da sentença (artigo 167, parágrafo único, do CTN). Súmula 188/STJ. 4. Admite-se a incidência da Taxa Selic fora da órbita da Fazenda Federal, desde que exista lei local a autorizar seu uso. Tal questão, todavia, não foi suscitada pelas partes. 5. Nos termos do artigo 21, caput, do CPC, em caso de sucumbência recíproca, as custas processuais e os honorários advocatícios devem ser recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados. A compensação imediata dos honorários advocatícios ocorre mesmo quando um dos litigantes for beneficiário da assistência judiciária gratuita. 6. Recurso especial provido.” (STJ, REsp 901.485/RS, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2.^a T., j. 01.03.2007, DJ 13.03.2007 p. 338).

É cediço que os honorários pertencem aos advogados por expressa disposição legal, não só do Estatuto da OAB, como também do próprio CPC, contudo, o art. 23 do referido estatuto não veda a compensação e nem poderia, pois confrontaria com o art. 21 do CPC que assim dispõe acerca dos honorários advocatícios:

“Art. 21 - Se cada litigante for em parte vencedor e vencido, serão recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre eles os honorários e as despesas.”

Vale transcrever ainda a súmula 306 do STJ:

“Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte.”

Esta Corte tem reiteradamente decidido neste sentido, como se observa nos processos 010.06.005708-9, 010.06.5709-9, 010.06.6760-9, 010.06.6832-6, 010.06.6874-8, 010.07.007048-6, 010.07.007052-8, 010.07.007148-4.

Diante do exposto, com fulcro no art. 557 do CPC, nego seguimento ao recurso, porquanto manifestamente improcedente e, diante do reconhecimento de questões de ordem pública, reformo parcialmente a sentença de piso, para declarar a revogação da Lei nº 331/02 pela Lei nº 391/03, valendo, porém, os seus efeitos para o exercício financeiro dos anos de 2002/2003; e os juros de mora, por se tratar de condenação imposta à Fazenda Pública, devem ser calculados no valor de 6% ao ano, ressaltando, ainda, que, diante da sucumbência recíproca, devem os honorários ser compensados entre as partes.

Publique-se.

Boa Vista, 09 de janeiro de 2008.

Des. Robério Nunes – Relator.

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007224-3 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ALD CELIALMEIDA
BOSON SCHETINE – FISCAL
APELADOS: J. MIRANDA SOUZA – ME E OUTRO
DEFENSOR PÚBLICO: DR. NATANAEL DE LIMA FERREIRA
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo ESTADO DE RORAIMA contra a sentença do MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca que extinguiu a execução fiscal – processo n.º 010.01.019384-4, nos termos do art. 174, do CTN, c/c o art. 269, IV, do CPC.

Cumpramos ressaltar inicialmente que o processo, após regular seguimento, já havia sido extinto em face da prescrição intercorrente, sendo decretada a nulidade da sentença em grau de recurso especial, por inobservância de formalidades legais. Assim, retornando os autos à Vara de origem, foi intimado o Estado de Roraima a se manifestar sobre a prescrição intercorrente. Com vista dos autos, o exequente manifestou-se afirmando não ter ocorrido a prescrição. Houve prolação da sentença às fls. 168/169, decretando-a.

Em razões de fls. 171/190, alegou o apelante, em síntese, não ter decorrido o prazo quinquenal, já que a citação por edital, causa interruptiva, foi efetivada em 19.02.2004.

Aduziu que a Lei nº 11.051/04 incluiu, no art. 40 da Lei nº 6830/80, o § 4º, possibilitando o reconhecimento, de ofício, da prescrição intercorrente, após a ouvida da Fazenda Pública, quando, a contar da decisão que ordenar o arquivamento da execução fiscal, tiver transcorrido o prazo prescricional. Sustentou que, por se tratar de norma de exceção, deve ser interpretada restritivamente, assim, se no processo em tela, não há decisão ordenando o arquivamento da execução fiscal, por não ter sido localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o prazo, sequer, teve início.

Requeru o provimento do recurso para anular a sentença e determinar o regular andamento do feito.

O recorrido não apresentou resposta aos termos do recurso.

Deixei de encaminhar os autos ao ilustre representante do Ministério Público, em virtude deste já haver se manifestado pela desnecessidade de intervenção em feitos dessa natureza.

É o relatório.

Dispõe o art. 557, caput, do CPC:

“Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.”

Seguindo esse permissivo legal, passo a decidir.

Determina o art. 174, parágrafo único, inciso I do CTN:

“Art. 174. A ação de cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva. Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação”.

Essa regra foi introduzida pela LC 118/05 e, por versar sobre norma de natureza processual, tem aplicação imediata.

Ressalte-se que o entendimento de que alcançam os efeitos da prescrição os casos em que o termo *a quo* galgou realidade antes da modificação do parágrafo único do art. 174 do CTN, já foi firmado por esta Corte, como se observa do julgamento dos agravos regimentais 010.06.006592-6; 010.06.006594-2; 010.06.006597-5; 010.06.006600-7; 010.06.006609-8; 010.06.006611-4, dentre outros.

A questão devolvida ao Juízo *ad quem* é simples: verificar se decorreu ou não o prazo prescricional.

No caso *sub examine*, a ação de execução fiscal foi proposta no dia 16/07/98, e o despacho que ordenou a citação foi proferido em 20/07/98. Em 18/07/2006 foi prolatada sentença (fls. 168/169), sendo que a primeira sentença, anulada pelo STJ, havia sido proferida no dia 26/07/2004.

Observa-se que, da data do despacho de citação, até hoje, decorreram mais de 09 (nove) anos, prazo suficiente para a decretação da prescrição intercorrente.

A interrupção da prescrição pelo despacho do juiz que ordenar a citação não quer significar que o ente fazendário passa a ter prazo infinito para a cobrança do crédito tributário. A correta interpretação de que, a partir do despacho, o prazo recomeça a fluir. Por tal motivo, decorridos mais de 05 (cinco) anos após o referido ato, é plenamente possível a decretação da prescrição pelo magistrado.

Esta Corte tem reiteradamente decidido neste entendimento, como se observa nos processos 010.06.005196-9, 010.06.005342-7, 010.06.005356-7, 010.06.5361-7, 010.06.005365-8, 010.06.005367-4.

Diante do exposto, com fulcro no art. 557 do CPC, nego seguimento ao recurso, porquanto manifestamente improcedente.

Intime-se.

Publique-se.

Boa Vista, 14 de janeiro de 2008.

Des. Robério Nunes – Relator

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.05.005060-7 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADOS: IOGURTE EQUATORIAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA E OUTROS
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Tratam os autos de apelação cível interposta pelo Estado de Roraima em face da respeitável sentença prolatada pelo MM. Juiz da 8ª Vara Cível desta Comarca que, nos autos da ação de execução - processo n.º 010.04.0096293-7, extinguiu o processo sem julgamento do mérito, nos seguintes termos:

“A presente execução tem por origem crédito cujo beneficiário seria o extinto BANER – Banco do Estado de Roraima. Não há nos autos qualquer documento que demonstre a cessão de crédito da AFERR (sucessora do BANER) ao Estado de Roraima, assim, não tem legitimidade este para executar crédito daquela. (...) *omissis*

Assim, declarando a ilegitimidade do Estado de Roraima para executar créditos pertencentes à sociedade de economia mista, excluo-a da presente relação processual, determinando a extinção do processo sem julgamento do mérito, conforme art. 267, IV do CPC, em razão da referida sociedade de economia mista não se encontrar em qualquer pólo processual”. (*sic*)

Argumentou, em síntese, que:

- “pretende executar os créditos do extinto BANER e não, propriamente dos créditos pertencentes à AFERR, conforme se evidencia pela cédula de Crédito Rural Pignoratícia acostada” (*sic*);
- o art. 7º da Lei n.º 180/97, “autoriza ao ESTADO DE RORAIMA executar os créditos porventura havidos do BANER e não, da AFERR, cuja execução dos créditos a partir da criação desta é procedida por ela própria” (*sic*);
- “caso se entenda que os créditos executados pertençam à AFERR, deve se levar em conta que a lei conferiu ao Estado a legitimidade para postular, em nome próprio, direito alheio, tornando, assim, aplicável *contrario sensu* a regra prevista no art. 6º do CPC” (*sic*).

Requeru o conhecimento e provimento do presente recurso para reformar a sentença impugnada e determinar o prosseguimento do processo executivo.

O apelado, embora regularmente intimado, não respondeu aos termos do recurso.

É o relatório.

Dispõe o art. 557, § 1º-A do CPC:

“Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso”

A Lei nº 9.756/98, que deu nova redação ao art. 557, do CPC, ampliou os poderes do relator, que pode, em decisão monocrática, não só negar seguimento como também dar provimento ao recurso.

Nelson Nery Junior e Rosa Maria Andrade Nery, no seu Código de Processo Civil Comentado (4ª edição, São Paulo, RT), explicam que o relator está autorizado a decidir “sozinho, o recurso, se for caso de manifesta inadmissibilidade, ou de manifesta improcedência, ou, ainda, quando o recurso for manifestamente contrário a súmula do tribunal ou de tribunais superiores”. Também cabe ao relator julgar “inadmissível o recurso por falta de interesse, ou seja, julgá-lo prejudicado”. No que tange ao disposto no parágrafo 1º-A do artigo em tela, “o relator pode, agora, dar provimento ao recurso quando a decisão recorrida estiver em desacordo com súmula ou

jurisprudência dominante do próprio tribunal ou de tribunal superior”. (grifo nosso)

Seguindo esse permissivo legal, passo a decidir.

A Lei n.º 180/97, que autorizou a transformação do Banco do Estado de Roraima – BANER – em uma instituição de fomento, denominada Agência de Fomento do Estado de Roraima – AFERR, transferiu para o Estado os créditos pertencentes ao BANER, nos seguintes termos:

“Art. 7º. Os bens direitos e obrigações do Banco de Estado de Roraima S/A – BANER – serão assumidos pelo Governo do Estado, respeitados os direitos dos acionistas minoritários”.

Esta mesma lei, nos artigos 3º, *caput* e 4º, inciso II, autorizou o Estado a integralizar o capital da AFERR com os “créditos que o Banco do Estado de Roraima S/A – BANER – atualmente detinha em relação a terceiros”.

Ocorre, no entanto, que não há qualquer prova nos autos de que o Estado tenha se valido de tais créditos para efetivamente integralizar o capital da referida Agência de Fomento.

Destarte, conclui-se que o Estado de Roraima ainda é o titular dos créditos anteriormente pertencentes ao BANER e, por conseguinte, o detentor da legitimidade para executá-los.

Esta Corte tem reiteradamente decidido neste entendimento, como se observa nos processos 010.05.005119-1, 010.05.005122-5, 010.05.005132-4, 010.05.005146-4.

Nestas condições, com fulcro no art. 557, § 1º-A do CPC, dou provimento ao recurso para anular a sentença impugnada e determinar o regular prosseguimento do feito nos seus regulares trâmites.

Intime-se.

Publique-se.

Boa Vista, 14 de janeiro de 2008.

DES. ROBÉRIO NUNES – Relator

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.05.004680-3 – BOA VISTA/RR
APELANTE: BANCO GENERAL MOTORS S.A.
ADVOGADO: DR. RODOLPHO MORAIS
APELADO: JOSÉ GILBERTO SILVA DE SÁ
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DESPACHO

Recebo a petição de fl. 243 como comunicação de renúncia, por ser ato individual do procurador.

Intime-se o mandante.

Boa Vista, 14 de janeiro de 2008.

Des. Robério Nunes
Relator

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, 17 DE JANEIRO DE 2008.

MÁRIO TARGINO REGO
Secretário da Câmara Única, em exercício

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.009263-7 DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007519-6 – BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. EDIVAL BRAGA

AGRAVADOS: HAROLDO PEREIRA DE FRETAS
ADVOGADA: DRA. MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DESPACHO

I – Intime-se o agravado para apresentar contra-minuta no prazo legal.

II – Após, retornem conclusos.

III – Publique-se.

Boa Vista, 11 de janeiro de 2008.

Des. Robério Nunes
Presidente

ATO N.º 013, DO DIA 17 DE JANEIRO DE 2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Nomear **KEYTYENE DOS SANTOS SILVA** para exercer o cargo em comissão de Chefe de Seção, Código TJ/DAS-408, da Seção de Patrimônio, a contar de 17.01.2008.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Des. ROBÉRIO NUNES
Presidente

PORTARIAS DO DIA 17 DE JANEIRO DE 2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

N.º 048 – Prorrogar a cessão ao Tribunal regional Federal da Primeira Região – Seção Judiciária de Roraima, do servidor **FLÁVIO DIAS DE SOUZA CRUZ JÚNIOR**, Técnico Judiciário, até 31.12.2008.

N.º 049 – Determinar que a servidora **SEVERINA RAQUEL LIMA DE OLIVEIRA**, Técnica Judiciária, sirva junto à Comarca de Caracará, a contar de 17.01.2008.

N.º 050 – Determinar, a pedido, que o servidor **MÁRIO BERNARDO DE SOUZA**, Assistente Judiciário, da Comarca de Mucajaí passe a servir na Secretaria da Câmara Única, a contar de 21.01.2008.

N.º 051 – Determinar, a pedido, que o servidor **JOSÉ ANTÔNIO VILPERT**, Assistente Judiciário, da Secretaria da Câmara Única passe a servir na Central de Mandados, a contar de 21.01.2008.

N.º 052 – Determinar que o servidor **JANDER VICENTE CAVALCANTE RAMALHO**, Operador de Som, da Divisão de Serviços Gerais passe à servir na Diretoria do Fórum, a contar de 06.02.2008.

N.º 053 – Designar a servidora **KAMYL KARYNA OLIVEIRA CASTRO**, Analista Processual, para exercer a função de Escrivão da Comarca de Caracará, a contar de 15.01.2008.

N.º 054 – Designar a servidora **GERLANE BACCARIN**, Chefe de Divisão, para, cumulativamente, responder pelo Departamento de Planejamento e Finanças, no período de 17.01 a 03.02.2008, em virtude de recesso da titular.

N.º 055 – Designar a servidora **ETHIANE DE SOUZA CHAGAS CARVALHO**, Chefe de Seção, para, cumulativamente, responder pela Divisão de Planejamento, no período de 21 a 29.01.2008, em virtude de recesso do titular.

N.º 056 – Alterar a licença-prêmio por assiduidade da servidora **FÁBIO LA MOREIRA NAVARRO DE MORAIS**, Técnica

Judiciária, anteriormente marcada para os períodos de 12.02 a 12.03.2008, 04.08 a 02.09.2009 e de 19.11 a 20.12.2009, para ser usufruída oportunamente.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Des. ROBÉRIO NUNES
Presidente

PORTARIA N.º 057, DO DIA 17 DE JANEIRO DE 2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no Procedimento Administrativo n.º 003/2008,

RESOLVE:

Autorizar o afastamento, sem ônus, da servidora **IVY MARQUES AMARO**, Assistente Judiciária, para participar do “Curso de Pós-graduação na área de Fisioterapia Ortopédica, Traumatologia Desportiva, no Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Saúde – Inspirar, a realizar-se na cidade de Curitiba-PR, nos períodos de 03 a 21.03.2008 e de 04 a 29.08.2008, sem prejuízo de sua remuneração.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Des. ROBÉRIO NUNES
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

Recurso Administrativo n.º 3331/2007

Requerente: Sandra Deise Araújo Costa

Assunto: Solicita pagamento retroativo de adicional de tempo de serviço

Decisão

Acolho os pareceres jurídicos de fls. 13 e 16; indefiro o pedido.

Remetam-se os autos ao Departamento de Recursos Humanos para as demais providências.

Boa Vista, 17 de janeiro de 2007.

Des. ROBÉRIO NUNES
Presidente TJ/RR

Procedimento Administrativo n.º 3.689/2008.

Origem: Francisco Antônio Bezerra Júnior

Assunto: Solicita seja recalculada a gratificação natalina

Decisão

1. Acolho o parecer jurídico de fls. 08/09; indefiro o pedido.

2. Publique-se.

3. Remetam-se os autos à Diretoria-Geral para ciência; em pós, ao Departamento de Recursos Humanos para as demais providências.

Boa Vista, 17 de janeiro de 2008.

Des. ROBÉRIO NUNES
Presidente TJ/RR

Procedimento Administrativo n.º 3.623/2007.

Requerente: Elvo Pigari Junior

Assunto: Solicita pagamento de diárias

Decisão

1. Acolho o parecer jurídico de fls. 22/23, bem como a manifestação do Ilustrado Diretor do Departamento de Recursos Humanos; defiro o pedido de pagamento de diárias, de acordo com o disposto no artigo 116, do COJERR.

2. Publique-se.

3. Em pós, remetam-se os autos ao Departamento de Recursos Humanos para as demais providências.

Boa Vista, 15 de janeiro de 2008.

Des. **ROBÉRIO NUNES**
Presidente TJ/RR

Ofício n.º 028/2007.

Origem: MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Boa Vista

Assunto: Horas Extras de Plantão

Decisão

Trata-se de ofício datado de 04 de maio de 2007, da lavra do MM. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível da Comarca de Boa Vista, em que encaminha pedido de indenização por plantões extras dos servidores do Cartório Distribuidor, em virtude da Portaria n.º 016/07, com escala anual de plantão judicial, publicada no Diário do Poder Judiciário n.º 3613, de 26 de maio de 2007, dada a impossibilidade do gozo de folga compensatória pelos requerentes em dias úteis, haja vista do número reduzido de servidores no setor, bem como a demanda cada vez maior de processos distribuídos com pedidos de liminar, cautelas, mandados de segurança, dentre outros. É o relatório, passo a decidir:

Considerando a necessidade da permanência dos requerentes nos Cartórios de Distribuição durante os expedientes forenses diários/semanais, pra desempenho de suas funções, haja vista a quantidade de processos diariamente ajuizados e distribuídos por aquele setor, alguns de maior urgência, como é o caso das ações com pedido de liminar, e a impossibilidade de usufruírem, nos dias úteis, a folga compensatória a que fazem jus;

Considerando a necessidade da designação de servidores para prestarem plantões judiciais nos finais de semana e feriados, atrelada ao fato de só existir, naquele setor, três servidores para cadastramento de processos cíveis e um para os criminais; e

Considerando que a Resolução do Tribunal Pleno n.º 24/07, regulamentadora da folga compensatória por plantão extra, em seu § 3º confere poderes ao Presidente desta Corte para resolução dos casos omissos.

Determino a remessa do presente expediente à Seção de Protocolo para registro e atuação; em pós, ao Departamento de Recursos Humanos para a necessária instrução.

Após as providências cabíveis, voltem-me.

Boa Vista, 17 de janeiro de 2008.

Des. **ROBÉRIO NUNES**
Presidente TJ/RR

Precatório N.º 010/2005

Requerente: S & M Construções e Comércio Ltda.

Advogado: Carlos Cavalcante

Requerido: O Estado de Roraima

Procurador: Procuradoria do Estado de Roraima

Requisitante: Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista

Decisão

Trata-se de precatório expedido em favor da empresa **S & M Construções e Comércio Ltda.**, em Ação de Execução de n.º 010 04 079314-2, movida contra o Estado de Roraima.

O pagamento do referido precatório foi devidamente autorizado, conforme verificado em fl. 95.

À fl. 97, o Departamento de Planejamento e Finanças ressalta a dificuldade encontrada quanto à retenção ou não do imposto de renda, motivo pela qual solicita decisão jurídica quanto ao procedimento a ser adotado.

Vieram-me os autos para análise.

É o relatório.

O Regulamento do Imposto de Renda, cuja literalidade segue, determina os casos em que deverá ser feita a retenção de tal tributo. Momento em que, por qualquer forma, o rendimento se torne disponível para o beneficiário (Lei n.º 8.541, de 1992, art. 46).

§ 1º Fica dispensada a soma dos rendimentos pagos no mês, para aplicação da alíquota correspondente nos casos de (Lei n.º 8.541, de 1992, art. 46, §1º);

III. juros e indenizações por lucros cessantes;

II. honorários advocatícios;

III. remuneração pela prestação de serviços no curso do processo judicial, tais como serviços de engenheiro, médico, contador, leiloeiro, perito, assistente técnico, avaliador, síndico, testamentário e leilante.

§ 2º Quando se tratar de rendimento sujeito à aplicação da tabela progressiva, deverá ser utilizada a tabela vigente no mês do pagamento (Lei n.º 8.541, de 1992, art. 46, § 2º).

§ 3º O imposto incidirá sobre o total dos rendimentos pagos, inclusive o rendimento abonado pela instituição financeira depositária, no caso de o pagamento ser efetuado mediante levantamento do depósito judicial.

Da análise dos autos verifica-se que a situação do requerente não se encontra incluída entre as exceções previstas no Decreto n.º 3.000/99, uma vez que o precatório originou-se de título executivo extrajudicial, estando portanto sujeito à retenção do imposto de renda devido, por constituir acréscimo patrimonial.

Logo, não resta dúvida que a retenção deve ser efetuada. O que resta ser definido é a alíquota a se aplicar.

A Lei n.º 10.833/2003 estabelece em seu art. 27 o seguinte:

Art. 27. O imposto de Renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Ao Estado não compete legislar sobre imposto de renda, reservado à atribuição da União.

Logo, a melhor solução é a aplicação da Lei n.º 10.833/2003, qual estabelece alíquota de 3%.

Verifica-se que não há óbice para a aplicação da indicada norma, por ser tal forma de integração da lei prevista no Código Tributário Nacional em seu art. 108, cujo teor é o seguinte:

Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

I. a analogia;

II. os princípios gerais de direito tributário;

II. os princípios gerais de direito público;

IV a equidade.

In casu, tal aplicação atende o disposto no inciso I supra.

Ressalta-se ainda que a Justiça do Trabalho já utiliza esta alíquota de 3%.

Após, ao Departamento de Planejamento e Finanças, para efetuar o pagamento.

Boa Vista-RR, 17 de janeiro de 2008.

DES. ROBÉRIO NUNES
Presidente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, BOA VISTA, 17 DE JANEIRO DE 2008.

JULIANA MINOTTO
Chefe de Gabinete

CORREGEDORIA GERAL

PORTARIA/CGJ n.º 002, de 16 de janeiro de 2008

O Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, ERICK LINHARES, no uso das suas atribuições legais;

Considerando a necessidade de modificação da escala de plantão de Juizes fixada pela Portaria/CGJ/174/2007, em virtude de férias do Juiz *Antônio Augusto Martins Neto*, no período de 21.01.08 a 19.02.08, nos termos da Portaria/025/2008 (DPJ 3761, de 10.01.2008);

Resolve:

Art. 1.º. Alterar a *escala de plantão* de Juizes, na Comarca de Boa Vista/RR, conforme a seguinte tabela:

Juizes	Período
Graciete Sotto Mayor Ribeiro	21 a 27/01
Antônio Augusto Martins Neto	24 a 30/03

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), 16 de janeiro de 2008.

ERICK LINHARES
Juiz Auxiliar da CGJ/RR

DIRETORIA GERAL**Procedimento Administrativo nº 3.259/07**

Origem: Comarca de São Luiz do Anauá

Assunto: Solicita pagamento de diária.

Despacho: “ (...) Com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP 792/2007, autorizo pagamento das diárias correspondentes ao servidor: Luciano Sampaio de Moraes. Boa Vista, 11 de janeiro de 2008.” – Silvânia Nascimento – Diretora Geral em exercício /TJRR

Procedimento Administrativo nº 3.664/07

Origem: Central de Mandados

Assunto: Solicita pagamento de diária e veículo com motorista

Despacho: “ (...) Com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP 792/2007, autorizo pagamento das diárias correspondentes aos servidores: Marcelo Cruz de Oliveira e Wagneriano Vieira Lima da Silva. Boa Vista, 11 de janeiro de 2008.” – Silvânia Nascimento – Diretora Geral em exercício /TJRR

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**PORTARIAS DE 17 DE JANEIRO DE 2008**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 792, de 21 de agosto de 2007,

RESOLVE:

N.º 090 – Conceder à servidora **GLEIDE NÁDIJA LISBOA DOS SANTOS**, Diretora do Departamento de Planejamento e Finanças, 18 (dezoito) dias de recesso forense, referentes a 2007, no período de 17.01 a 03.02.2008.

N.º 091 – Conceder ao servidor **IARLY JOSÉ HOLANDA DE SOUZA**, Analista Processual, 18 (dezoito) dias de recesso forense, referentes a 2007, nos períodos de 28.01 a 01.02.2008 e de 17 a 29.03.2008.

N.º 092 – Conceder à servidora **JOSÂNIA MARIA SILVA DE AGUIAR**, Assistente Judiciária, 18 (dezoito) dias de recesso forense, referentes a 2007, no período de 12 a 29.02.2008.

N.º 093 – Conceder ao servidor **ÉDIPO NESSE MENDONÇA DE OLIVEIRA**, Assistente Judiciário, licença por ter prestado serviços à Justiça Eleitoral, nos dias 07 e 08.02.2008; 12, 13, 14, 17, 18 e 19.03.2008.

N.º 094 – Alterar as férias da servidora **ANDRÉA SANTOS DE ARAÚJO SALES**, Secretária, relativas ao exercício de 2008, para serem usufruídas nos períodos de 21 a 30.01.2008 e de 14.08 a 02.09.2008.

N.º 095 – Alterar as férias do servidor **ÉDIPO NESSE MENDONÇA DE OLIVEIRA**, Assistente Judiciário, relativas ao exercício de 2008, para serem usufruídas no período de 11.02 a 11.03.2008.

N.º 096 – Alterar as férias da servidora **FABÍOLA MOREIRA NAVARRO DE MORAIS**, Técnica Judiciária, relativas ao exercício de 2007, para serem usufruídas no período de 13.10 a 11.11.2008.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA

Diretor

ERRATA

Na Portaria n.º 087, de 17.01.2008, publicada no DPJ n.º 3766, de 17.01.2008, que alterou as férias da servidora CLEYDE REIS SILVA,

Onde se lê: “relativas a 3.ª etapa do exercício de 2008”

Leia-se: “relativas a 3.ª etapa do exercício de 2007”

Boa Vista – RR, 17 de janeiro de 2008.**FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA**

Diretor

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS DA SEGUNDA INSTÂNCIA**

Expediente de 16/01/2008

TRIBUNAL PLENO

Juiz(iza): José Pedro

MANDADO DE SEGURANÇA

00001 - 01008009372-6

Impetrante: João Batista Barroso Silva, Impetrado: Secretária de Estado da Gestão Estratégica e Administração =>Distribuição por Sorteio, Adv - Irene Dias Negreiro.

00002 - 01008009373-4

Impetrante: Rodson da Silva Santos, Impetrado: Secretária de Estado de Gestão Estratégica e Administração =>Distribuição por Sorteio, Adv - Irene Dias Negreiro.

TURMA CÍVEL

Juiz(iza): Almiro Padilha

AGRAVO DE INSTRUMENTO

00003 - 01008009375-9

Agravante: Norteletro Comercio e Serviços Ltda, Agravado: Chefe do Depto. de Fiscalização de Mercadorias da Sefaz/rr
=>Distribuição por Sorteio, Adv - Antônio Cláudio Carvalho Theotônio.

APELAÇÃO CÍVEL

00004 - 01008009370-0

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Onésimo de Lima Silva
=>Distribuição por Sorteio, Adv - Marcus Gil Barbosa Dias, Dircinha Carreira Duarte.

00005 - 01008009371-8

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Kézia Bety Moraes Pinheiro =>Distribuição por Sorteio, Adv - Eneias dos Santos Coelho, Dircinha Carreira Duarte.

00006 - 01008009379-1

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Jovilson Almeida da Silva
=>Distribuição por Sorteio, Adv - Gierck Guimarães Medeiros, Dircinha Carreira Duarte.

00007 - 01008009380-9

Apelante: Marizete da Silva Leão, Apelado: O Estado de Roraima
=>Distribuição por Sorteio, Adv - Ana Beatriz Oliveira Rêgo, Mivanildo da Silva Matos.

00008 - 01008009382-5

Apelante: Vilma de Luna Coelho, Apelado: Banco Fiat S/A
=>Distribuição por Sorteio, Adv - Samuel Weber Braz, Elaine Bonfim de Oliveira.

00009 - 01008009388-2

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: R N S Silva & Cia Ltda e outros =>Distribuição por Sorteio, Adv - Alda Celi Almeida Bóson Schetine.

Juiz(iza): Carlos Henriques

AGRAVO DE INSTRUMENTO

00010 - 01008009384-1

Agravante: Lirauto Lira Automóveis Ltda e outros, Agravado:
Samara Cristina Carvalho Monteiro =>Distribuição por Sorteio,
Adv - Márcio Wagner Maurício.

00011 - 01008009385-8

Agravante: Márcio Wagner Maurício, Agravado: Jorge Luiz Viltre
Esteves =>Distribuição por Sorteio, Adv - Márcio Wagner
Maurício.

APELAÇÃO CÍVEL

00012 - 01008009369-2

Apelante: Cecon Engenharia Ltda, Apelado: O Estado de Roraima
=>Distribuição por Sorteio, Adv - Jean Pierre Michetti.

00013 - 01008009377-5

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Assis Gurgacz e outros
=>Distribuição por Sorteio, Adv - Fábio Lopes Alfaia, Geórgida
Fabiana M de A Costa.

00014 - 01008009386-6

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Maria Vera Lúcia
Rodrigues Soares =>Distribuição por Sorteio, Adv - Marcus Gil
Barbosa Dias, Dircinha Carreira Duarte.

Juiz(iza): José Pedro

APELAÇÃO CÍVEL

00015 - 01008009367-6

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Lincoln Pinheiro Marinho
=>Distribuição por Sorteio, Adv - Mivanildo da Silva Matos,
Dircinha Carreira Duarte.

00016 - 01008009368-4

Apelante: Boa Vista Energia S/A, Apelado: O Estado de Roraima
=>Distribuição por Sorteio, Adv - Erik Franklin Bezerra, Ítalo
Diderot Pessoa Rebouças, Alexander Ladislau Menezes.

00017 - 01008009374-2

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Maria da Paz de Sousa
Amorim =>Distribuição por Sorteio, Adv - Gierck Guimarães
Medeiros, Dircinha Carreira Duarte.

00018 - 01008009376-7

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Rossimara Bastos
Mateus =>Distribuição por Sorteio, Adv - Marcus Gil Barbosa
Dias, Dircinha Carreira Duarte.

00019 - 01008009378-3

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Antonio Adenilson
Santos Delmiro e outros =>Distribuição por Sorteio, Adv - Paulo
Luis de Moura Holanda, Orlando Guedes Rodrigues.

00020 - 01008009381-7

Apelante: Couros Boa Vista Ltda, Apelado: O Estado de Roraima
=>Distribuição por Sorteio, Adv - José Demontiê Soares Leite,
Daniella Torres de Melo Bezerra.

00021 - 01008009383-3

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Evanelda da Silva
=>Distribuição por Sorteio, Adv - Eneias dos Santos Coelho,
Dircinha Carreira Duarte.

00022 - 01008009387-4

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Eliana Cassiano de
Albuquerque =>Distribuição por Sorteio, Adv - Eneias dos Santos
Coelho, Dircinha Carreira Duarte.

TURMA CRIMINAL

Juiz(iza): Carlos Henriques

HABEAS CORPUS

00023 - 01008009389-0

Impetrante: L.I.M., Paciente: P.K.C.B. =>Distribuição por Sorteio,
Adv - Lizandro Icassatti Mendes.

COMARCA DE BOA VISTA**JUSTIÇA COMUM****ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 16/01/2008

001312AM =>00113
002247AM =>00058
002674AM =>00153
002912AM =>00058
003884AM =>00058
003955AM =>00148
004621AM =>00148
004766AM =>00106
004876AM =>00144
006237AM =>00145, 00146, 00147, 00148
010790MT =>00121, 00135
018401PE =>00144
029720PR =>00131
037500RJ =>00153
001302RO =>00155
003047RO =>00202
000000RR =>00108, 00141
000005RR-A =>00157
000058RR =>00151, 00152
000060RR =>00151, 00152
000070RR-B =>00209
000077RR-A =>00040, 00118, 00166, 00169
000077RR-E =>00137
000078RR-A =>00110, 00127
000078RR =>00067
000079RR-A =>00092
000083RR-E =>00066, 00156
000087RR-B =>00062, 00100, 00140
000087RR-E =>00095, 00096, 00099, 00110, 00137
000088RR-E =>00139
000090RR-E =>00131
000092RR-B =>00081
000093RR-E =>00184
000095RR-E =>00163
000099RR-E =>00119
000100RR =>00208
000101RR-B =>00114, 00123, 00154
000105RR-B =>00115, 00116
000107RR-A =>00121
000112RR-B =>00184
000114RR-A =>00095, 00142, 00159
000117RR-B =>00098
000118RR-A =>00071, 00161
000118RR =>00180, 00192
000119RR-A =>00153
000120RR-B =>00049, 00085, 00156
000123RR-B =>00133
000124RR-B =>00060, 00195
000125RR =>00163
000128RR-B =>00140
000130RR-E =>00159
000144RR-A =>00110, 00164
000145RR =>00073
000149RR =>00134, 00155
000155RR-B =>00201
000160RR =>00133
000162RR-A =>00074
000162RR-B =>00062
000164RR =>00045, 00174
000165RR-A =>00186
000171RR-B =>00065, 00119
000173RR-A =>00167
000175RR-B =>00095, 00111, 00142
000177RR =>00169
000178RR-B =>00055, 00059, 00072, 00077, 00087
000178RR =>00139
000179RR =>00124, 00129
000181RR-A =>00131
000184RR-A =>00165, 00176
000187RR =>00168
000189RR =>00082, 00088, 00097, 00117
000190RR =>00178
000201RR-A =>00081, 00128
000203RR =>00113, 00139
000206RR =>00133
000208RR-B =>00109
000209RR =>00117, 00149

000212RR =>00179, 00181, 00185, 00186, 00193
000218RR-A =>00061
000218RR-B =>00189, 00212
000222RR =>00081
000223RR-A =>00098, 00130, 00144, 00158
000223RR =>00155, 00173
000225RR =>00133
000226RR =>00101, 00102, 00103, 00111
000229RR-A =>00177
000231RR =>00010, 00048, 00076, 00140
000233RR =>00058
000240RR-B =>00119
000247RR-B =>00008, 00009, 00012, 00014, 00016, 00017,
00019, 00020, 00197
000247RR =>00018
000248RR-B =>00031
000250RR-B =>00064
000252RR-B =>00064
000254RR-A =>00053, 00056, 00169
000263RR-A =>00162
000263RR =>00070, 00101, 00102, 00103, 00104, 00107, 00108,
00133
000264RR =>00095, 00096, 00099, 00110, 00137, 00142, 00143,
00159
000267RR-A =>00190
000269RR-A =>00105
000269RR =>00095, 00128, 00142
000270RR-B =>00142, 00143, 00159
000271RR-A =>00123
000272RR-B =>00015, 00021
000276RR-A =>00136
000278RR =>00133
000279RR =>00083
000282RR =>00136
000285RR =>00163
000287RR =>00140
000288RR-A =>00079, 00086, 00132
000292RR-A =>00064
000295RR-A =>00123
000298RR =>00029, 00030, 00032, 00033, 00093, 00094, 00161
000299RR =>00135, 00154, 00162, 00210
000311RR =>00047
000316RR =>00111
000320RR =>00005, 00006
000321RR =>00172
000323RR =>00133
000327RR =>00150
000333RR =>00199
000335RR =>00051
000337RR =>00025, 00026, 00027, 00075, 00076, 00084, 00090
000344RR =>00155
000352RR =>00050
000368RR =>00066, 00068, 00156
000374RR =>00156
000377RR =>00211
000379RR =>00092
000385RR =>00057, 00082, 00088, 00089, 00097, 00117, 00170,
00188
000394RR =>00102, 00111
000398RR =>00063
000412RR =>00193
000420RR =>00011
000429RR =>00078
000433RR =>00138
000441RR =>00182, 00183, 00186
000444RR =>00065
000451RR =>00118, 00120
000457RR =>00168
000467RR =>00069
000468RR =>00095, 00096, 00099, 00112, 00125, 00137, 00142
000475RR =>00151, 00152
000481RR =>00028, 00126
000482RR =>00068
008301RS =>00190
025285RS =>00190
044250RS =>00190
009162SC =>00122
106054SP =>00122

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

1A VARACÍVEL

Juiz(iza): Luiz Fernando Castanheira Mallet

ALIMENTOS - PEDIDO

00047 - 001008182012-7

Requerente: M.E.S.M.

Requerido: W.S.M. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008.

Valor da Causa: R 2.088,00. Adv - Emira Latife Lago Salomão.

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00048 - 001008181967-3

Requerente: E.N.S.F.

Requerido: I.M.F. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor

da Causa: R 1.000,00. Adv - Angela Di Manso.

EXECUÇÃO

00049 - 001008181926-9

Exeqüente: A.M.S.S.

Executado: J.A.S. => Distribuição por Dependência em 16/01/2008.

Valor da Causa: R 500,00. Adv - Orlando Guedes Rodrigues.

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00050 - 001008182093-7

Requerente: G.C.S.

Requerido: E.S.V. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor

da Causa: R 2.280,00. Adv - Stélio Baré de Souza Cruz.

2A VARACÍVEL

Juiz(iza): Elaine Cristina Bianchi

ANULATÓRIA ATO JURÍDICO

00028 - 001008182089-5

Autor: Jose Felix de Lima Junior

Réu: O Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio em 16/01/

2008. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Paulo Luis de Moura

Holanda.

MANDADO DE SEGURANÇA

00029 - 001008182085-3

Impetrante: Cicera dos Santos Moraes

Autor. Coatora: O Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio

em 16/01/2008. Valor da Causa: R 100,00. Adv - Ana Beatriz

Oliveira Rêgo.

00030 - 001008182087-9

Impetrante: Alex Sampaio Farias

Autor. Coatora: O Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio

em 16/01/2008. Valor da Causa: R 100,00. Adv - Ana Beatriz

Oliveira Rêgo.

3A VARACÍVEL

Juiz(iza): Jefferson Fernandes da Silva

AVERBAÇÃO

00022 - 001008182055-6

Autor: William Vieira Alves => Distribuição por Sorteio em 16/01/

2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00023 - 001008182056-4

Autor: Liete Lucia Araujo da Costa => Distribuição por Sorteio em

16/01/2008. Valor da Causa: R 260,00. Adv - Não há advogado(s)

cadastrado(s).

PRECATÓRIA CÍVEL

00024 - 001008182045-7

Requerente: Tamara Pinto da Silva

Requerido: Relrison Dias de Oliveira => Distribuição por Sorteio em

16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RETIFICAÇÃO REG. CIVIL

00025 - 001008182020-0

Requerente: Neuma Garcia Caliri => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

00026 - 001008182025-9

Requerente: Cristiane Pereira Ferreira => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

00027 - 001008182040-8

Requerente: Cleiciane Pereira Souza Silva => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

4AVARACÍVEL

Juiz(iza): Cristovão José Suter Correia da Silva

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00008 - 001008182015-0

Autor: Banco Finasa S/A e outros => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 17.576,56. Adv - Alexander Sena de Oliveira.

00009 - 001008182026-7

Autor: Banco Finasa S/A
Réu: Adriano do Rosario Ferreira Carvalho => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 25.339,34. Adv - Alexander Sena de Oliveira.

INDENIZAÇÃO

00010 - 001008181966-5

Autor: Alexandre Luiz Gomes Perez de Rosário
Réu: Francinete dos Santos Monteiro e outros => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 3.693,54. Adv - Angela Di Manso.

00011 - 001008182059-8

Autor: Waldemir das Graças Lucena dos Santos
Réu: Marlen Lima => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 400,00. Adv - Marcos Guimarães Dualibi.

REINTEG. POSSE DE VEÍCULO

00012 - 001008182010-1

Requerente: Cia Itauleasing de Arrendamento Mercantil
Requerido: Rosa Maria da Silva Matos => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 74.308,20. Adv - Alexander Sena de Oliveira.

Juiz(iza): Délcio Dias Feu

AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

00013 - 001008182065-5

Requerente: Gilson Janio Campos de Azevedo e outros => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00014 - 001008182007-7

Autor: Banco Finasa S/A
Réu: Jose Heredilson Leite Pinto => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 21.335,55. Adv - Alexander Sena de Oliveira.

5AVARACÍVEL

Juiz(iza): Mozarildo Monteiro Cavalcanti

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00015 - 001008182017-6

Autor: Banco Finasa S/A
Réu: Albert dos Santos Oliveira => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 10.032,77. Adv - Wellington Sena de Oliveira.

REINTEG. POSSE DE VEÍCULO

00016 - 001008182002-8

Requerente: Banco Itaucard S/A

Requerido: Anilza Leoni Tavares de Lucena => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 46.049,38. Adv - Alexander Sena de Oliveira.

00017 - 001008182005-1

Requerente: Cia Itauleasing de Arrendamento Mercantil
Requerido: Juscelino Kubitschek Pereira => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 32.130,68. Adv - Alexander Sena de Oliveira.

6AVARACÍVEL

Juiz(iza): Alcir Gursen de Miranda

REINTEG. POSSE DE VEÍCULO

00018 - 001008182000-2

Requerente: Cia Itauleasing de Arrendamento Mercantil
Requerido: Aglahilson Mota Castro => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 35.997,28. Adv - José Ale Junior.

00019 - 001008182027-5

Requerente: Banco Itaucard S/A
Requerido: Sonia Marília Paiva de Araujo => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 52.330,39. Adv - Alexander Sena de Oliveira.

Juiz(iza): ângelo Augusto Graça Mendes

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00020 - 001008182016-8

Autor: Banco Finasa S/A
Réu: Evandro da Silva Pereira => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 8.979,96. Adv - Alexander Sena de Oliveira.

REINTEG. POSSE DE VEÍCULO

00021 - 001008182006-9

Requerente: Banco Gmac S/A
Requerido: Nizia dos Santos Ferreira => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 32.891,89. Adv - Wellington Sena de Oliveira.

7AVARACÍVEL

Juiz(iza): Paulo César Dias Menezes

ALIMENTOS - PEDIDO

00051 - 001008182069-7

Requerente: A.C.Z.C.G.
Requerido: C.E.C.G. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 5.000,00. Adv - Rozane Pereira Ignácio.

AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

00052 - 001008182068-9

Requerente: F.A.L. e outros => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO

00053 - 001008182064-8

Exeqüente: R.S.P.
Executado: F.L.S. => Distribuição por Dependência em 16/01/2008. Valor da Causa: R 1.884,80. Adv - Elias Bezerra da Silva.

INVESTIGAÇÃO PATERNIDADE

00054 - 001008182046-5

Requerente: I.S.A.
Requerido: J.S.M. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 256,80. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

8AVARACÍVEL

Juiz(iza): Cesar Henrique Alves

INDENIZAÇÃO

00031 - 001008181945-9

Autor: Antonio Firme Ferreira da Costa

Réu: O Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 2.400,00. Adv - Francisco José Pinto de Mecêdo.

MANDADO DE SEGURANÇA

00032 - 001008182076-2

Impetrante: Moisés Araújo Gomes

Autor. Coatora: O Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 100,00. Adv - Ana Beatriz Oliveira Rêgo.

00033 - 001008182086-1

Impetrante: Edilene Macêdo Rodrigues

Autor. Coatora: O Estado de Roraima => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 100,00. Adv - Ana Beatriz Oliveira Rêgo.

1A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Lana Leitão Martins

SOLICITAÇÃO - CRIMINAL

00044 - 001008182127-3

Autor: Glauber Carneiro Lorenzini => Distribuição por Dependência em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

2A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Alcir Gursen de Miranda

REVOGAÇÃO PRISÃO PREVENT.

00040 - 001008182078-8

Requerente: Edilson Gomes de Lima => Distribuição por Dependência em 16/01/2008. Adv - Roberto Guedes Amorim.

Juiz(iza): Jarbas Lacerda de Miranda

CRIMES C/ CRIA/ADOL/IDOSO

00041 - 001006135666-2

Indiciado: J.R.S. => Transferência Realizada em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00042 - 001007169157-9

Réu: Johnnatan Charles Gomes => Transferência Realizada em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO EM FLAGRANTE

00043 - 001007168124-0

Autuado: Johnnatan Charles Gomes => Transferência Realizada em 16/01/2008. **AVERBADO** Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Euclides Calil Filho

EXECUÇÃO PENA OUTRO JUÍZO

00045 - 001001011921-1

Apenado: Sidney Evangelista do Nascimento => Transferência Realizada em 16/01/2008. Adv - Mário Junior Tavares da Silva.

SOLICITAÇÃO - CRIMINAL

00046 - 001008180720-7

Réu: Arsulino Amancio Rodrigues => Transferência Realizada em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

4A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Jésus Rodrigues do Nascimento

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00034 - 001008182121-6

Indiciado: M.C.C.S. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00035 - 001008182126-5

Indiciado: A.F.R. => Distribuição por Dependência em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

5A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Leonardo Pache de Faria Cupello

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00036 - 001008182092-9

Indiciado: K.S.L. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00037 - 001008182131-5

Indiciado: R.P.S. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00038 - 001008182120-8

Indiciado: A.E.M. => Distribuição por Dependência em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

LIBERDADE PROVISÓRIA

00039 - 001008182088-7

Requerente: Evangelista do Nascimento Leão => Distribuição por Dependência em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Juiz(iza): Graciete Sotto Mayor Ribeiro

EXECUÇÃO DE MEDIDA

00001 - 001008180989-8

S.educando: D.R.B. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 001008180990-6

S.educando: E.P.F. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 001008180991-4

S.educando: V.P.G. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 001008180992-2

S.educando: W.S. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**1A VARA CÍVEL****Expediente de 16/01/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Luiz Fernando Castanheira Mallet****PROMOTOR(A):****Valdir Aparecido de Oliveira****ESCRIVÃO(Á):****Regina Vasconcelos Veras****INVEST.PATERN / ALIMENTOS**

00055 - 001007155863-8

Requerente: L.A.S.S.

Requerido: W.A.B. => Audiência de CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO e JULGAMENTO designada para o dia 09/04/2008 às 11:10 horas. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

REVISIONAL DE ALIMENTOS

00056 - 001007173335-5

Requerente: J.H.V.G.

Requerido: G.A.G. e outros => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) douto causídico. DESPACHO: 01-O autor regularize a procuração e a declaração de pobreza em 05(cinco) dias, a fim de possibilitar o ato citatório. 02- Após, apense aos autos nº 04 085238-5. Boa Vista-RR, 10/01/08. LUIZ FERNANDO CASTANHEIRA MALLET - Juiz de Direito titular da 1A Vara Cível Adv - Elias Bezerra da Silva.

2AVARACÍVEL**Expediente de 16/01/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Elaine Cristina Bianchi****PROMOTOR(A) :****Luiz Antonio Araújo de Souza****ESCRIVÃO(Ã) :****Alexandre Martins Ferreira**

EMBARGOS DEVEDOR

00092 - 001004081137-3

Embargante: O Estado de Roraima

Embargado: Alexsandro Silva da Cruz e Outros => DESPACHO: Conserte-se a numeração das fls. dos autos, a partir da juntada de fls. 227, exclusive. Sobre os pedidos do exequente/embargado, de fls. 226 e seguintes, intime-se o embargante Estado de Roraima, para manifestar-se. Cumpra-se. BV, 15.01.2008. Jefferson Fernandes da Silva - Juiz de Direito em Substituição. Adv - Messias Gonçalves Garcia, Mivanildo da Silva Matos.

MANDADO DE SEGURANÇA

00093 - 001008182085-3

Impetrante: Cicera dos Santos Moraes

Autor. Coatora: O Estado de Roraima => Final de Decisão: Diante do exposto, declaro a incompetência deste juízo para o julgamento da presente ação, determinando sejam os autos remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça, à ser realizada via Cartório Distribuidor, após as anotações necessárias. Cumpra-se imediatamente, independentemente de prévia publicação. Boa Vista/RR, 16/01/2008. Jefferson Fernandes da Silva. Juiz de Direito respondendo pela 2A Vara Cível. Adv - Ana Beatriz Oliveira Rêgo.

00094 - 001008182087-9

Impetrante: Alex Sampaio Farias

Autor. Coatora: O Estado de Roraima => Final de Decisão: Diante do exposto, declaro a incompetência deste juízo para o julgamento da presente ação, determinando sejam os autos remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça, à ser realizada via Cartório Distribuidor, após as anotações necessárias. Cumpra-se imediatamente, independentemente de prévia publicação. Boa Vista/RR, 16/01/2008. Jefferson Fernandes da Silva. Juiz de Direito respondendo pela 2A Vara Cível. Adv - Ana Beatriz Oliveira Rêgo.

4AVARACÍVEL**Expediente de 16/01/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Cristovão José Suter Correia da Silva****JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:****Délcio Dias Feu****PROMOTOR(A) :****Zedequias de Oliveira Junior****ESCRIVÃO(Ã) :****Andrea Ribeiro do Amaral Noronha**

AÇÃO DE COBRANÇA

00095 - 001003072193-9

Autor: Boa Vista Energia S/A

Réu: Maria Iolanda de Oliveira => DESPACHO: Oficie-se como pedido às fls.80. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. **AVERBADO** Adv - Francisco das Chagas Batista, Márcio Wagner Maurício, Rodolpho César Maia de Moraes, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho.

00096 - 001005106802-0

Autor: Boa Vista Energia S/A

Réu: Waldecir Oliveira da Silva => DESPACHO: Oficie-se como pedido às fls.73. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho.

00097 - 001006127726-4

Autor: Rádio Tv do Amazonas Ltda

Réu: Empresa Paralela Construção e Comercio Ltda =>

DESPACHO: Oficie-se como requerido às fls.39. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Almir Rocha de Castro Júnior, Lenon Geyson Rodrigues Lira.

00098 - 001006129172-9

Autor: Raimundo Newton da Mata Silva

Réu: Construção Civil Rufo Rufino Ltda => DESPACHO: Tendo em vista a certidão de fls.29, decreto a revelia da parte ré, sem os efeitos do art.319 do CPC. Designe-se dia e horário para realização de Audiência de Instrução e Julgamento. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 11.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: Intimação das partes para comparecerem a Audiência de Instrução e Julgamento, dia 19/02/2008, às 09horas. Adv - Mamede Abrão Netto, Gerson da Costa Moreno Júnior.

00099 - 001006142133-4

Autor: Boa Vista Energia S/A

Réu: Francisco Elinaldo Chaves Pimenta => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Fl.62. Port. 02/99. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho.

ALVARÁ JUDICIAL

00100 - 001007179404-3

Requerente: Marcos Antonio Maia Aragão => DESPACHO: I- Analisando os documentos anexados ao presente feito constatei a existência de valores devidos ao requerente II- Na realidade, o documento de fls.13 dá conta de que o seguro não foi pago, em razão do autor não ter anexado ao requerimento os documentos exigidos pelo órgão competente III- Assim, requeira o exequente o que entender de direito. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Maria Emília Brito Silva Leite.

BUSCA E APREENSÃO

00101 - 001005116426-6

Requerente: Lira e Cia Ltda

Requerido: Rosimar Duarte => DESPACHO: I- Defiro o pedido de fls.82, suspendendo-se o processo pelo prazo de 60 dias II- Após, manifeste-se a parte autora. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva, Alexander Ladislau Menezes .

00102 - 001007152669-2

Requerente: Lira e Cia Ltda

Requerido: Maria de Nazare Silva Albuquerque => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Fl.42. Port. 02/99. Adv - Rárisson Tataira da Silva, Alexander Ladislau Menezes , Luciana Rosa da Silva.

00103 - 001007165463-5

Requerente: Lira e Cia Ltda

Requerido: Ricardo Belchior Muller => DESPACHO: Proceda-se os expedientes necessários, como requerido às fls.32. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva, Alexander Ladislau Menezes .

00104 - 001007177514-1

Requerente: Lira e Cia Ltda

Requerido: Valdina Silva de Freitas => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Certidão de fl.38. Port. 02/99. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00105 - 001006140333-2

Autor: Consorcio Nacional Embrakon S/c Ltda

Réu: Anderson Cavalcante de Souza => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Fl.42. Port. 02/99. Adv - Maria Lucília Gomes.

00106 - 001006150878-3

Autor: Banco Finasa S/A

Réu: Juniete Miguel da Silva => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Certidão de fl.33(v). Port. 02/99. Adv - Aldenora de Arruda Pinheiro.

00107 - 001008181736-2

Autor: Lira e Cia Ltda

Réu: Nazinha Pereira Batista => DESPACHO: Faculto ao autor anexar ao presente caderno processual a certidão de protesto de título referente a duplicata de nº 434257/06. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

COMINATÓRIA

00108 - 001007158142-4

Requerente: Maria Amélia Cidade Costa

Requerido: Alecir Peixoto => DESPACHO: Designo o dia 12/02/2008, às 10h30min para realização de audiência preliminar (art.331 do CPC). Boa Vista/RR, 09.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva, Defensoria Pública do Estado de Roraima.

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

00109 - 001007179835-8

Consignante: Marcos Arruda

Consignado: Antonio Milton Miranda => DESPACHO: Observe o autor o disposto no art.67, incisos I e III, da Lei nº8245/91. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - José Luciano Henriques de Menezes Melo.

DEPÓSITO

00110 - 001002038419-3

Autor: Banco Bradesco S/A

Réu: Babão Auto Posto Ltda => DESPACHO: Manifeste-se a parte autora. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Helder Figueiredo Pereira, Antônio Agamenon de Almeida, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Alexandre Cesar Dantas Socorro.

EMBARGOS DEVEDOR

00111 - 001006142505-3

Embargante: Clemente Sokolowicz

Embargado: Cataratas Poços Artesianos Ltda => DESPACHO: Renove-se a Carta Precatória, como pedido às fls.119. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Márcio Wagner Maurício, Alexander Ladislau Menezes, Conceição Rodrigues Batista, Luciana Rosa da Silva.

00112 - 001007177687-5

Embargante: Imobiliária Potiguar Ltda

Embargado: O Ministério Público => DESPACHO: Recebo os presentes embargos, contudo, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo, face à ausência de garantia (art.739-A, §1º, do CPC). Diga o exequente/embargado, no prazo legal. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho.

EXECUÇÃO

00113 - 001001005157-0

Exequente: Aferr Agência de Fomento do Estado de Roraima S/A Executado: Cabral e Cia Ltda e outros => DESPACHO: Intime-se a parte autora para publicação do Edital de Praça. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Juzelter Ferro de Souza, Francisco Alves Noronha.

00114 - 001001005356-8

Exequente: Banco da Amazônia S/A

Executado: Maria Aparecida Gomes => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Carta Precatória devolvida. Port. 02/99. Adv - Sivorino Pauli.

00115 - 001003062631-0

Exequente: Banco do Brasil S/A

Executado: Gracineide Vasque Mesquita => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Fl.71. Port. 02/99. Adv - Johnson Araújo Pereira.

00116 - 001003063008-0

Exequente: Banco do Brasil S/A

Executado: Claudia Regina Barros de Sousa => DESPACHO: Manifeste-se a parte autora sobre a certidão de fls.55 (verso). Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Johnson Araújo Pereira.

00117 - 001004096166-5

Exequente: Rádio Tv do Amazonas Ltda

Executado: Anaspef Assoc Nac de Aux Aos Serv Pub Estaduais e Federais => DESPACHO: Oficie-se como requerido às fls.78. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Samuel Weber Braz, Almir Rocha de Castro Júnior, Lenon Geyson Rodrigues Lira.

00118 - 001005122308-8

Exequente: Pre Escolar Reizinho

Executado: Dioneide de Souza Oliveira => DESPACHO: Expeça-se alvará, como pedido às fls.62. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Roberto Guedes Amorim, Roberto Guedes de Amorim Filho.

00119 - 001005124336-7

Exequente: Jg Agencia de Viagens e Turismo Ltda

Executado: Bv Tours Turismo e Representação Ltda => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Fl.83. Port. 02/99. Adv - Denise Abreu Cavalcanti, Silvana Borghi Gandur Pigari, Carlos Philippe Sousa Gomes da Silva.

00120 - 001006135699-3

Exequente: Pré-escolar Reizinho

Executado: Andreia Neves da Silva => DESPACHO: Manifeste-se a parte autora sobre a certidão de fls.54 (verso). Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Roberto Guedes de Amorim Filho.

00121 - 001006142731-5

Exequente: Banco Sudameris Brasil S/A

Executado: Importadora Nacional Ltda => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Fls.77. Port. 02/99. Adv - Antonieta Magalhães Aguiar, Leydijane Vieira E. Silva.

00122 - 001006143724-9

Exequente: Precon Industrial S/A

Executado: Atacadão Melo Materiais de Construção => DESPACHO: I- Suspenda-se o processo pelo prazo de 30 dias, como pedido às fls.102
II- Ao cartório, atentar-se para a necessidade das intimações em nome dos patronos dos indicados às folhas já mencionadas. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Jackson Andre de Sa, Osvaldo Francisco Junior.

00123 - 001007156217-6

Exequente: A. P. Faccio

Executado: Fertilizantes Norte do Brasil Ltda => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Port. 02/99. Adv - Luiz Valdemar Albrecht, Jucelaine Cerbatto Schmitt Prym, Sivorino Pauli.

00124 - 001007164123-6

Exequente: Importadora Grande Roraima Ltda

Executado: Joana de Souza Maia Santos => DESPACHO: Ainda não foram esgotados os meios ordinários para a cobrança de débito, razão pela qual indefiro o pedido de fls.29. Expeça-se mandado de penhora de bens. Boa Vista/RR, 11.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - José Ribamar Abreu dos Santos.

00125 - 001007168845-0

Exequente: O Ministerio Publico do Estado de Roraima

Executado: Imobiliária Potiguar => DESPACHO: Expeça-se mandado de penhora, avaliação e depósito. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho.

00126 - 001007179302-9

Exequente: Roraima Factoring e Fomento Mercantil Ltda

Executado: Yona Suanny Soares Sampaio => DESPACHO: I- Cite-se
II- Fixo honorários advocatícios em 10%, salvo embargos. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Paulo Luis de Moura Holanda.

00127 - 001008181764-4

Exeqüente: Banco Bradesco S/A

Executado: Sm Smith Mendes e outros => DESPACHO: Cite-se em execução. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Helder Figueiredo Pereira.

EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

00128 - 001002041462-8

Exequente: Rodolpho César Maia de Moraes

Executado: Jaciara da Silva Viana => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Fl.139. Port. 02/99. Adv - Rodolpho César Maia de Moraes, Luiz Eduardo Silva de Castilho.

00129 - 001005124539-6

Exequente: José Ribamar Abreu dos Santos

Executado: Cia de Seguros Minas-brasil => DESPACHO: Tendo em vista a certidão de fls. 75, expeça-se alvará, conforme requerido às fls. 76. Boa Vista/RR, 11.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - José Ribamar Abreu dos Santos.

00130 - 001007156074-1

Exequente: Mamede Abrão Netto

Executado: José Geraldo de Andrade => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Fl.45. Port. 02/99. Adv - Mamede Abrão Netto.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00131 - 001006142182-1

Exeqüente: Dilce Maria Sganzerla

Executado: Ermano Otaviano da Silva e outros => DESPACHO: Aguarde-se manifestação das partes, pelo prazo de 90 (noventa) dias. Após, conclusos. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Ivanir Adilson Stülp, Clodoci Ferreira do Amaral, Alexander Bruno Pauli.

HABEAS DATA

00132 - 001007165610-1

Autor: Dieimerson Rodrigues da Silva

Réu: Iraci Oliveira Cunha - Secr Municipal de Gestão Participativ => DESPACHO: Defiro o pedido de fls.25. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Warner Velasque Ribeiro.

INDENIZAÇÃO

00133 - 001002054673-4

Autor: Justina Oliveira Sousa

Réu: William Jorge Fernandes Neves e outros => DESPACHO: Diga a parte autora. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Larissa de Melo Lima, Rommel Luiz Paracat Lucena, Rárison Tataira da Silva, Randerson Melo de Aguiar, Samuel Moraes da Silva, Sebastião Ernesto Santos dos Anjos, Daniel José Santos dos Anjos.

00134 - 001007157164-9

Autor: Maria do Socorro Liberato da Cruz

Réu: Norte Brasil Telecom S/A => DESPACHO: Diga a parte autora. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Marcos Antônio C de Souza.

00135 - 001007164754-8

Autor: Carla Shirley Rodrigues de Oliveira

Réu: Banco do Brasil S/A => DESPACHO: Decreto a revelia da parte ré, sem os efeitos do art.319 do CPC. Designe-se dia e horário para realização de audiência de Instrução e Julgamento. Intimações necessárias. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: Intimação das partes para comparecerem a Audiência de Instrução e Julgamento, dia 04/03/2008, às 09horas. Adv - Marco Antônio da Silva Pinheiro, Leydijane Vieira E. Silva.

MONITÓRIA

00136 - 001007164836-3

Autor: Antonio Adessom Gomes dos Santos

Réu: Alessandra Oliveira => DESPACHO: Certifique-se a tempestividade da “contestação” de fls.21/24, levando-se em conta o prazo previsto em lei para os embargos. Após, conclusos. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Valter Mariano de Moura, André Luiz Vilória.

ORDINÁRIA

00137 - 001005101462-8

Requerente: Boa Vista Energia S/A

Requerido: Maria de Jesus S. Bezerra => DESPACHO: Intime-se a parte requerida como estatuído pelo art.475-J do CPC. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Vinícius Aurélio Oliveira de Araújo, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho.

00138 - 001007166809-8

Requerente: Marcelo Nascimento de Meireles

Requerido: Guilherme Macedo Level Salomão => DESPACHO: Intime-se novamente a parte autora para manifestar-se nos autos. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Marcela Medeiros Queiroz Franco.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

00139 - 001007177439-1

Autor: Neudo Campos Empreendimentos Imobiliários Ltda

Réu: Garcineia da Silva Rodrigues => DESPACHO: Designe-se audiência de Justificação Prévia. Intime-se a parte autora para justificar o alegado, na forma da lei. Cite-se a parte requerida, intimando-a para comparecer à audiência. Boa Vista/RR, 11.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: Intimação das partes para comparecerem a Audiência de Justificação Prévia, dia 12/02/2008, às 09horas. Adv - Bernardino Dias de S. C. Neto, Francisco Alves Noronha, Tatiana Medeiros da Costa de Oliveira.

REPETIÇÃO INDÉBITO

00140 - 001006141600-3

Autor: Bradesco Vida e Previdência S/A

Réu: Jose Ferreira da Silva => DESPACHO: I- Certifique-se sobre a tempestividade da contestação II- Após, conclusos. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito Adv - Maria Emília Brito Silva Leite, Angela Di Manso, Rita Cássia Ribeiro de Souza, José Demontie Soares Leite.

USUCAPIÃO

00141 - 001006127191-1

Autor: Olinda Cavalcante Lotas

Réu: Shirley Jone Cabral Bessa => DESPACHO: Desconsiderando a cota de fls.65, determino que seja expedido novo mandado de citação a Carlos Antônio Oliveira Santana, atentando-se para o endereço constante às fls.66. Boa Vista/RR, 14.01.2008. Alexandre Magno Magalhães Vieira. Juiz de Direito. Adv - Defensoria Pública do Estado de Roraima.

SAVARACÍVEL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Mozarildo Monteiro Cavalcanti

PROMOTOR(A):

Jeanne Christhine Fonseca Sampaio

Zedequias de Oliveira Junior

ESCRIVÃO(A):

Tyanne Messias de Aquino

AÇÃO DE COBRANÇA

00142 - 001005106782-4

Autor: Boa Vista Energia S/A

Réu: Edina Borges Soares => Despacho: Atualize-se o valor do débito, acrescido com multa do art. 475-J do CPC. Após, conclusos. Boa Vista, 10/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. **AVERBADO** Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Francisco das Chagas Batista, Rodolpho César Maia de Moraes, Márcio Wagner Mauricio, Henrique Edurado Ferreira Figueredo, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho.

00143 - 001006142134-2

Autor: Boa Vista Energia S/A

Réu: Albecileia Ribeiro de Souza => Despacho: Cite-se a ré, no endereço apontado em fl. 96. Boa Vista, 09/01/2008. Dr. Erick

Linhares - Juiz de Direito. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Henrique Edurado Ferreira Figueredo.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00144 - 001002024487-6

Autor: Consórcio Nacional Honda Ltda
Réu: Jean Roosevelt de Oliveira => Despacho: Defiro o pedido de desarquivamento, aguarde-se manifestação do autor pelo prazo de 10 (dez) dias. Após, caso não tenha sido formulado nenhum pedido, retornem os autos ao arquivo. Boa Vista, 09/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. **AVERBADO** Adv - Eduardo Neville Raposo, Mamede Abrão Netto, Alessandra Costa Pacheco.

00145 - 001007178274-1

Autor: Banco Finasa S/A
Réu: Jander Pinheiro => Despacho: Remetam-se os autos à Contadoria, para a apuração do correto valor das custas a serem recolhidas. Após, expeça-se guia de depósito para recolhimento do valor remanescente. Cumpra-se. Boa Vista, 10/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Fabiana Pereira Cornetet.

00146 - 001007178276-6

Autor: Banco Finasa S/A
Réu: Francisco Romério G da Silva => Despacho: Remetam-se os autos à Contadoria, para a apuração do correto valor das custas a serem recolhidas. Após, expeça-se guia de depósito para recolhimento do valor remanescente. Cumpra-se. Boa Vista, 10/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Fabiana Pereira Cornetet.

00147 - 001007178283-2

Autor: Banco Panamericano S.a
Réu: Marieth Colares Rebelo => Despacho: Remetam-se os autos à Contadoria, para a apuração do correto valor das custas a serem recolhidas. Após, expeça-se guia de depósito para recolhimento do valor remanescente. Cumpra-se. Boa Vista, 10/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Fabiana Pereira Cornetet.

00148 - 001007178546-2

Autor: Banco Finasa S/A
Réu: Maria Alves de Queiroz => Despacho: Remetam-se os autos à Contadoria, para a apuração do correto valor das custas a serem recolhidas. Após, expeça-se guia de depósito para recolhimento do valor remanescente. Cumpra-se. Boa Vista, 10/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Gisele Sampaio Fernandes, Fabiana Pereira Cornetet, Cristiane Yamada da Silva.

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

00149 - 001007178299-8

Consignante: Orlando Cabral de Macedo e outros => Intimação da parte CONSIGNANTE para receber em cartório a Guia de Depósito Judicial, no prazo de 05(cinco) dias. Adv - Samuel Weber Braz.

DESPEJO F. PAGTO/COBRANÇA

00150 - 001006138302-1

Requerente: Francisco de Assis Quezado
Requerido: Andreian. da Silva => Despacho: Na esteira do seu papel de uniformizador da interpretação da lei federal, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que independe de intimação pessoal a contagem do prazo de 15 dias para pagamento de condenação de quantia certa, após o que será acrescida a multa de 10% prevista no Código de Processo Civil (CPC, artigo 475-J). A Lei n. 11.232/2005 reformou o processo de execução, simplificando formalmente o seu procedimento, na busca de maior agilidade. Para espantar dúvidas: não se pode exigir da parte que cumpra a sentença condenatória antes do trânsito em julgado (ou, pelo menos, enquanto houver a possibilidade de interposição de recurso com efeito suspensivo). O termo inicial dos quinze dias previstos no Art. 475-J do CPC, deve ser o trânsito em julgado da sentença. Passado o prazo da lei, independente de nova intimação do advogado ou da parte para cumprir a obrigação, incide a multa de 10% sobre o valor da condenação. Certifique o cartório o transcurso do prazo de qui. do prazo de quinze dias, para o adimplemento voluntário do devedor, a contar do trânsito em julgado, nos termos do art. 475-J do CPC. Após, atualize-se o valor do débito. Cumpra-se. Boa Vista, 10/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Lúcio Mauro Tonelli Pereira.

EXECUÇÃO

00151 - 001006127740-5

Exequente: Companhia de águas e Esgotos de Roraima Caer
Executado: Maria Julia Araujo de Lima => Despacho: Defiro a suspensão pelo prazo solicitado. Decorrido, conclusos. Boa Vista, 09/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - José Luiz Antônio de Camargo, Evan Felipe de Souza, Leonildo Tavares Lucena Junior.

00152 - 001006142294-4

Exequente: Companhia de águas e Esgotos de Roraima Caer
Executado: Claudia Maria Lopes Ferreira => Despacho: Proceda-se de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, a executada, na forma do art. 652 § 1º do CPC. Cumpra-se. Boa Vista, 10/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - José Luiz Antônio de Camargo, Evan Felipe de Souza, Leonildo Tavares Lucena Junior.

00153 - 001007164817-3

Exequente: Natanael Gonçalves Vieira
Executado: Partido Democrático Trabalhista - Pdt => Despacho: Cumpra-se o despacho de fl. 309. Após, conclusos. Boa Vista, 09/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Geraldo da Silva Frazão, Natanael Gonçalves Vieira, Lauro Mário Perdigão Schuch.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00154 - 001003058082-2

Exequente: Sivorino Pauli
Executado: Luiz Carlos Cesarino da Silva => Despacho: 1. Defiro o pedido de fls. 223 da DPE. 2. Intime-se o exequente para apresentar, em 10 dias, recibo de pagamento dos valores acessórios devidos pelo executado (juros, correção monetária, custas iniciais e custas de publicação), bem como a que título o mesmo ocorreu, uma vez que o mesmo foi pago por terceira pessoa. 3. Após, conclusos. Boa Vista, 10/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Marco Antônio da Silva Pinheiro, Sivorino Pauli.

INDENIZAÇÃO

00155 - 001004097412-2

Autor: Dêlcio Dias Feu
Réu: Maria Margarida Bezerra => Despacho: Certifique-se o transcurso do prazo assinalado no art. 475-J do CPC para quitação voluntária do débito (STJ, RESp 954.859-RS). Diga o autor, em dez dias, se tem interesse em executar. Após, conclusos. Boa Vista, 09/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Jaeder Natal Ribeiro, Milson Douglas Araújo Alves, Marcos Antônio C de Souza, Franciele Coloniese Bertoli.

00156 - 001005122135-5

Autor: José Bandeira da Conceição
Réu: J Toledo da Amazônia Indústria e Comércio de Veículos Ltda => 1. Intimação do senhor perito EDUARDO JOSÉ DE MATOS para receber em cartório Alvará de Levantamento, no prazo de 05(cinco) dias. 2. Intimação das partes para manifestarem-se sobre o laudo pericial, conforme despacho de fl. 118. Adv - José Gervásio da Cunha, Jeovan Rodrigues da Silva, Orlando Guedes Rodrigues, Winston Regis Valois Júnior.

INSOLVÊNCIA

00157 - 001005106686-7

Requerente: Leny Lobato Pacheco
Requerido: Selma Aparecida Monteiro Martins e outros => Despacho: Defiro o requerido à fl. 76. Boa Vista, 09/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - José Iguatemi de Souza Rosa.

MONITÓRIA

00158 - 001003060650-2

Autor: Nelson Fernandes de Oliveira Filho
Réu: Francisca da Chagas Portela da Silva => Despacho: Defiro a suspensão pelo prazo solicitado. Decorrido, conclusos. Boa Vista, 09/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Mamede Abrão Netto.

ORDINÁRIA

00159 - 001005114850-9

Requerente: Boa Vista Energia S/A

Requerido: Antônio Batista Camelo => Despacho: Diga o exequente, em dez dias, sobre as informações de fl. 89. Após, conclusos. Boa Vista, 10/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Francisco das Chagas Batista, Henrique Edurado Ferreira Figueredo, Alan Johnnes Lira Feitosa.

00160 - 001007157615-0

Requerente: Elison Menezes e Silva

Requerido: Alacide Moraes de Araújo => Despacho: Requisite-se à Corregedoria, por e-mail, informações acerca do paradeiro do réu (as quais serão obtidas por meio de convênio com o Tribunal Regional Eleitoral). Após a obtenção de novo endereço, cite-se. Na impossibilidade de fazê-lo, certifique-se. Cumpra-se. Boa Vista, 10/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRODUÇÃO ANTECIPADA PROVA

00161 - 001002051367-6

Autor: Eliseu Marson Filho

Réu: Nitral Urbana Laboratórios Ltda => Intimação do perito Sr. VICENTE GIANLUPPI para receber em cartório Alvará de Levantamento, no prazo de 05(cinco) dias. **AVERBADO** Adv - Geraldo João da Silva, Ana Beatriz Oliveira Rêgo.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

00162 - 001007172535-1

Autor: Roseani da Silva Nunes

Réu: Joselânia da Silva Tomaz => Despacho: Vista à Defensoria Pública do Estado, pelo prazo legal. Boa Vista, 09/01/2008. Dr. Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Marco Antônio da Silva Pinheiro, Ubirajara dos Campos de Oliveira e Carvalho Leite.

6AVARACÍVEL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Alcir Gursen de Miranda

JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:

Ângelo Augusto Graça Mendes

PROMOTOR(A):

Zedequias de Oliveira Junior

INDENIZAÇÃO

00163 - 001007174177-0

Autor: Edsom Prola

Réu: Tv Caburai Ltda => Ato Ordinatório: Conforme Portaria Cartório de nº02/01, remeto a publicação a intimação da parte autora, a se manifestar acerca da contestação apresentada. Boa Vista, 16 de janeiro de 2008. (a)Hudson L.V.Bezerra.Escrivão Judicial. Adv - Pedro de A. D. Cavalcante, Emerson Luis Delgado Gomes, Camila Arza Garcia.

REVISIONAL DE CONTRATO

00164 - 001007167128-2

Requerente: Arnon Jose Coelho Junior

Requerido: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A => Final de sentença: Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a presente ação revisional, pra revisar, judicialmente, os contratos 152636740024 e 152630315654, firmados pelas partes, conforme pedido, fixando as taxas de juros dos contratos referidos em 1%(um por cento)ao mês, ou 12%(doze por cento)ao ano, mantida a capitalização mensal, com penalidades pela mora, inclusive comissão de permanência, cobradas de acordo com enunciado do STJ em julgamento do AGRESP 200500093113 supra transcrito, desde a assinatura dos referidos contratos, cabendo ao autor, caso assim se afigure, direito à repetição de indébito, nos moldes do AGESP 200700053261 que nos ensina que "admiti-se a repetição de indébito, independentemente da prova de que o pagamento tenha sido realizado por erro, com o objetivo de vedar o enriquecimento ilícito do banco em detrimento ao devedor.Porém, para ocorrer em dobro, deve haver inequívoca prova de má fé".Sobre o pedido de exclusão de anotação em cadastro de proteção ao crédito, se já houver sido inscrito, ou ordem para inscrição nos referidos cadastros, defiro, restando confirmada a decisão liminar inicialmente

proferida. Oficie-se à fonte pagadora do autor, para ciência desta decisão quanto aos descontos em folha do requerente, referentes aos empréstimos de que tratam os contratos 1526363374024 e 152630315654. Custas e honorários que arbitro em 10%(dez por cento)sobre o valor da causa, pelo requerido.P.R.I.Boa Vista/RR, 15/01/08.(a)JEFFERSON FERNANDES DA SILVA.Juiz de Direito - 3A Vara Cível. Adv - Antônio Agamenon de Almeida.

7AVARACÍVEL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Paulo César Dias Menezes

PROMOTOR(A):

Ademar Loiola Mota

ESCRIVÃO(A):

Maria das Graças Barroso de Souza

ALIMENTOS - OFERTA

00057 - 001007162852-2

Requerente: J.C.C.

Requerido: J.C.C.J. => SENTENÇA: Assim, como a desistência do exequente é expressa, estando legitimadamente representado, homologo a desistência, julgando extinto estes autos sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VII, do CPC. Sem custas. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 07/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Almir Rocha de Castro Júnior.

ALIMENTOS - PEDIDO

00058 - 001002029240-4

Requerente: W.S.B. e outros

Requerido: R.N.B.V. => SENTENÇA: Assim, como a desistência do exequente é expressa, estando legitimadamente representado, homologo a desistência, julgando extinto estes autos sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VII, do CPC. Torno sem efeito a decisão de fls. 13, que fixou alimentos provisórios. Sem custas. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 07/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Grece Maria da Silva Matos, Marcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina, Jane Mary Lopes Assef, Alice Arlinda Sobral.

00059 - 001003067781-8

Requerente: A.C.F.

Requerido: E.A.F. => SENTENÇA: Assim, como a desistência do exequente é expressa, estando legitimadamente representado, homologo a desistência, julgando extinto estes autos sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VII, do CPC. Torno sem efeito a decisão de fls. 19, qu efixou alimentos provisórios. Sem custas. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 07/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00060 - 001007179716-0

Requerente: K.V.F.M.

Requerido: I.M.F. => DESPACHO: Intime-se a parte autora, em dez dias, emendar a inicial, informando o quantum percebido pelo requerido. Boa Vista-RR, 10/01/08. Paulo César Dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - Antônio Cláudio de Almeida.

ALVARÁ JUDICIAL

00061 - 001002048500-8

Requerente: Orlando Guedes Rodrigues => DESPACHO:

Considerando o que nos autos consta, retornem os autos ao arquivo pertinente. Boa Vista-RR, 08/01/08. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7A Vara Cível. **AVERBADO** Adv - José Luciano Henriques de M. Melo.

00062 - 001004076308-7

Requerente: Sthefanie Calheiros Vergetti Fonseca => DESPACHO: 1) Defiro a cota ministerial de fl. 157v. Cumpra-se. Intime-se. Boa Vista-RR, 09/01/08. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de

Direito respondendo pela 7A Vara Cível. Adv - Maria Emília Brito Silva Leite, Maria Luiza da Silva Coelho.

00063 - 001006130448-0

Requerente: V.A.R. => DESPACHO: 1) Defiro a cota ministerial de fl. 73v. Cumpra-se. Intime-se. Boa Vista-RR, 09/01/08. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7A Vara Cível. Adv - Roberto Riverton de Souza Veras.

00064 - 001006144947-5

Requerente: Thaysa Mylena Fernandes Cruz => SENTENÇA: Posto isso, defiro a expedição do alvará judicial em nome da representante legal da requerente, independentemente de trânsito em julgado, para que possa efetuar o levantamento da importância referente ao PIS, depositado na Caixa Econômica Federal, em nome de M.M.C., com as respectivas correções, caso não haja nenhuma restrição de ordem legal ou judicial quanto a disponibilidade, ou não, no momento dos valores. Justiça Gratuita. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquivem-se, com as baixas necessárias. P.R.I. Boa Vista, 08/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Emanuel Maciel da Silva, Marcos Antônio Zanetini de Castro Rodrigues, Marcelo Amaral da Silva.

00065 - 001007162850-6

Requerente: S.R.S.C.P. => DESPACHO: Defiro o Pedido de fls. 48. Proceda-se como se requer. Oficie-se. Boa Vista, 09/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Denise Abreu Cavalcanti, Adriana Paola Mendivil Vega.

00066 - 001007177522-4

Requerente: Sebastiana da Silva Matos => DESPACHO: 1) Defiro a cota ministerial de fl. 20v. Cumpra-se. Intime-se. Boa Vista-RR, 09/01/08. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7A Vara Cível. Adv - José Gervásio da Cunha, Winston Regis Valois Júnior.

00067 - 001007177592-7

Requerente: Agnaldo de Melo Leão => DESPACHO: 1) Defiro a cota ministerial de fl. 15v. Cumpra-se. Intime-se. Boa Vista-RR, 09/01/08. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7A Vara Cível. Adv - Jorge da Silva Fraxe.

00068 - 001007177738-6

Requerente: C.E.L.B. => DESPACHO: Intime-se a parte autora, em dez dias, emendar a inicial, nos termos do art. 282, II, do CPC. Boa Vista-RR, 09/01/08. Paulo César Dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7A Vara Cível. Adv - José Gervásio da Cunha, Winston Regis Valois Junior.

00069 - 001007178398-8

Requerente: L.C.M. => DESPACHO: Intime-se a parte autora para, em dez dias, emendar a inicial, juntando a declaração que trata a Lei nº 7.1151-83. Após, conclusos. Boa Vista-RR, 09/01/08. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7A Vara Cível. Adv - Ronald Rossi Ferreira.

ARROLAMENTO/INVENTÁRIO

00070 - 001006141661-5

Inventariante: Rárison Tataira da Silva
Inventariado: de Cujus Antonio Tataira => DESPACHO: 1) Defiro a cota ministerial de fl. 146v. Cumpra-se. Intime-se. Boa Vista-RR, 09/01/08. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7A Vara Cível. Adv - Rárison Tataira da Silva.

00071 - 001007160514-0

Inventariante: Beatriz Maria Nunes de Souza
Inventariado: de Cujus Raimundo Pinheiro de Souza => SENTENÇA: Assim, como a desistência do exequente é expressa, estando legitimadamente representado, homologo a desistência, julgando extinto estes autos sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VII, do CPC. Custas pela inventariante. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 07/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Geraldo João da Silva.

CURATELA/INTERDIÇÃO

00072 - 001007161180-9

Requerente: A.M.S.

Interditado: O.S.S. => SENTENÇA: Posto isso, em consonância com o duto parecer ministerial, decreto a interdição da Sra. O.S.S., declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, inciso II, do novo Código Civil Brasileiro, e, de acordo com o artigo 1.175, §1º, do mesmo diploma legal, nomeando-lhe, definitivamente, curador o Sr. A.M.S. Intime-se o requerente, para prestar compromisso legal, nos termos do art. 1.187, do Código de Processo Civil. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do do Código de Processo Civil e no art. 09, inciso III, do Código de Processo Civil, inscreva-se a presente no registro civil e publique-se na imprensa local e no órgão oficial, 03 (três) vezes, com intervalos de 10(dez) dias. Comuniquem-se, após o trânsito em julgado, ao e. Tribunal Regional Eleitoral, enviando-se cópia deste decumsum. Defiro o pedido de justiça gratuita. Sem custas. Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Bo. a Vista, 08/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

DECLARATÓRIA

00073 - 001008181700-8

Autor: L.A.S.

Réu: E.L.S. e outros => DESPACHO: Intime-se a parte autora para, em dez dias, emendar a inicial, juntando a declaração que trata a Lei nº 7.1151-83. Após, conclusos. Boa Vista-RR, 10/01/08. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7A Vara Cível. Adv - Josenildo Ferreira Barbosa.

00074 - 001008181705-7

Autor: Maria Rosa Roberto

Réu: Josefa Adelina de Oliveira => DESPACHO: 1) Intime-se a requerente para que adegue o pólo passivo da demanda, tendo em vista que o de cujos deixou filhos. Boa vista-RR, 10/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito respondendo pela 7A Vara Cível. Adv - Hindenburgo Alves de O. Filho.

DISSOLUÇÃO SOCIEDADE

00075 - 001007165925-3

Autor: M.E.A.

Réu: C.S.S. => SENTENÇA: Assim, como a desistência do exequente é expressa, estando legitimadamente representado, homologo a desistência, julgando extinto estes autos sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VII, do CPC. Sem custas, face ao deferimento da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 07/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00076 - 001002051102-7

Requerente: R.S.P.

Requerido: J.E.S.P. => SENTENÇA: Assim, como a desistência do exequente é expressa, estando legitimadamente representado, homologo a desistência, julgando extinto estes autos sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VII, do CPC. Custas pelo requerente. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 07/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Angela Di Manso, Rogenilton Ferreira Gomes.

00077 - 001005102684-6

Requerente: M.I.E.S.

Requerido: J.N.S. => SENTENÇA: Assim, como a desistência do exequente é expressa, estando legitimadamente representado, homologo a desistência, julgando extinto estes autos sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VII, do CPC. Sem custas. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 07/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

00078 - 001007164046-9

Requerente: E.A.S.

Requerido: G.F.P. => DESPACHO: Designo o dia 17/04/08, às 10:30h, para realização de audiência de instrução e julgamento. O art. 9º, II, do CPC, em relação ao réu, será observado por ocasião da audiência, por economia processual. Boa vista-RR, 19/12/2007.

Paulo César Dias Menezes, Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Teresinha Lopes da Silva Azevedo.

00079 - 001007173547-5

Requerente: F.P.N.

Requerido: D.L.G. => SENTENÇA: Assim, como a desistência do exequente é expressa, estando legitimadamente representado, homologo a desistência, julgando extinto estes autos sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VII, do CPC. Custas pelo requerente. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 07/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Warner Velasque Ribeiro.

EMBARGOS DEVEDOR

00080 - 001007173475-9

Embargante: F.S.C.D.

Embargado: L.B.C. => DESPACHO: 1) defiro a cota ministerial de fls. 08. 2) Recebo a presente petição como justificativa à intimação do exequente, determinando seu desentranhamento e juntada aos autos principais. Boa Vista-RR, 08/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO

00081 - 001003074357-8

Exequente: A.K.F.M.

Executado: F.W.F.M. => SENTENÇA: Posto isso, arquivem-se os autos da presente execução, com lastros nos fundamentos acima lançados. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquivem-se, com as baixas necessárias. P.R.I. Boa Vista, 07/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Oleno Inácio de Matos, Luiz Eduardo Silva de Castilho, Marcos Antonio Jóffily.

00082 - 001004093294-8

Exequente: M.E.S.L.

Executado: J.C.L. => Intime-se o advogado para manifestar-se acerca da certidão de fls. 95v. (Portaria 02/03 / Gab. da 7ª Vara Cível) Adv - Almir Rocha de Castro Júnior, Lenon Geyson Rodrigues Lira.

00083 - 001005116715-2

Exequente: L.O.R.

Executado: O.A.R.J. => SENTENÇA: Assim, como a desistência do exequente é expressa, estando legitimadamente representado, homologo a desistência, julgando extinto estes autos sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VII, do CPC. Sem custas. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 07/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Neusa Silva Oliveira.

00084 - 001006134657-2

Exequente: C.S.S. e outros

Executado: R.M.S. => SENTENÇA: Assim, como a desistência do exequente é expressa, estando legitimadamente representado, homologo a desistência, julgando extinto estes autos sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VII, do CPC. Sem Custas. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 07/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

00085 - 001006140175-7

Exequente: F.C.C.S.

Executado: J.F.S. => DESPACHO: Diga(m) o(s) (a)(s) exequente(s), sobre eventual pagamento do débito, no prazo de 10 (dez) dias. Boa Vista-RR, 07/01/08. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Orlando Guedes Rodrigues.

00086 - 001007173288-6

Exequente: R.S.B.S.C.

Executado: A.S.C. => Intime-se o advogado para manifestar-se acerca da certidão de fls. 17v. (Portaria 02/03 / Gab. da 7ª Vara Cível) Adv - Warner Velasque Ribeiro.

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00087 - 001006137035-8

Requerente: J.V.M.S.

Requerido: W.S.S. => SENTENÇA: Assim, como a desistência do exequente é expressa, estando legitimadamente representado, homologo a desistência, julgando extinto estes autos sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VII, do CPC. Sem Custas. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 07/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Aldeide Lima Barbosa Santana.

REVISIONAL DE ALIMENTOS

00088 - 001007154353-1

Requerente: O.P.R.

Requerido: C.V.F.R. => SENTENÇA: Assim, como a desistência do exequente é expressa, estando legitimadamente representado, homologo a desistência, julgando extinto estes autos sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VII, do CPC. Custas pelo requerente. Após o trânsito em julgado e com as formalidades legais, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição. P.R.I. Boa Vista, 07/01/2008. Luiz Fernando Castanheira Mallet. Juiz de Direito respondendo pela 7ª Vara Cível. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira, Almir Rocha de Castro Júnior.

00089 - 001007173139-1

Requerente: K.F.L.P.

Requerido: F.P. => DESPACHO: Intime-se a parte autora, em dez dias, emendar a inicial, regularizando-se a representação processual. Boa Vista-RR, 09/01/08. Paulo César Dias Menezes. Juiz de Direito Titular da 7ª Vara Cível. Adv - Almir Rocha de Castro Júnior.

00090 - 001007174194-5

Requerente: C.A.C.M.

Requerido: R.A.M. => Posto isso, em consonância com a manifestação ministerial, indefiro o pleito de antecipação de tutela buscado na vestibular. Designo o dia 21/02/2008, às 09:10h, para realização de audiência de conciliação. Cite-se/intime-se. Segredo de justiça. Justiça gratuita. BV-RR, 11/01/2008. Luiz Fernando C. Mallet, Juiz de Direito respondendo pela 7ª V. Cv. Adv - Rogenilton Ferreira Gomes.

SEPARAÇÃO DE CORPOS

00091 - 001007178480-4

Requerente: L.M.V.

Requerido: N.B.V. => Posto isso, em consonância com o parecer ministerial, defiro a liminar requerida na inicial, para determinar a saída imediata da Requerente do lar, juntamente com seus filhos menores, nos termos do pedido ali constante. Expeça-se o respectivo mandado. Expeça-se o termo de guarda provisória dos menores em favor da requerente. Designo o dia 18/02/2008, às 08:45h, para realização de audiência de conciliação. Justiça gratuita. Sem custas. Cite-se. Intimem-se. BV-RR, 10/01/2008. Luiz Fernando C. Mallet, Juiz de Direito respondendo pela 7ª V. Cv. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

1ª VARA CRIMINAL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Lana Leitão Martins

PROMOTOR(A):

Ademir Teles Menezes

Carlos Paixão de Oliveira

ESCRIVÃO(A):

Shyrley Ferraz Meira

CRIME C/ PESSOA - JÚRI

00165 - 001001010010-4

Réu: Dimas Martins Teixeira => Audiência de para oitiva de Testemunha de Acusação prevista para o dia 26/09/2008 às 11:00 horas. Adv - Domingos Sávio Moura Rebelo.

00166 - 001001010198-7

Réu: Luiz Albuquerque Loureiro => Audiência de para oitiva de Testemunha de Acusação prevista para o dia 29/09/2008 às 09:30 horas. Adv - Roberto Guedes Amorim.

00167 - 001001010250-6

Réu: Leocimar Diniz Lira => Audiência de para oitiva de Testemunha de Acusação prevista para o dia 29/09/2008 às 10:30 horas. Adv - Francisco de Assis G. Almeida.

00168 - 001001010602-8

Réu: Raimundo Ferreira Reis => Audiência de INTERROGATÓRIO designada para o dia 10/03/2008 às 08:00 horas. Adv - José Milton Freitas, Francisco Evangelista dos Santos de Araujo.

00169 - 001003073790-1

Réu: Fábio Júnior Souza Fernandes e outros => Audiência de para oitiva de Testemunha de Acusação prevista para o dia 22/09/2008 às 10:00 horas. Adv - Roberto Guedes Amorim, Luiz Augusto Moreira, Elias Bezerra da Silva.

00170 - 001004096591-4

Réu: Francisco Lúcio Lima da Silva => Audiência de INTERROGATÓRIO designada para o dia 29/09/2008 às 10:00 horas. Adv - Almir Rocha de Castro Júnior.

00171 - 001005104781-8

Réu: Francisco Fredson Martins Pereira => EDITAL DE CITAÇÃO. Prazo: 15 (quinze) dias.O MM. Juiz de Direito Jarbas Lacerda de Miranda, em substituição na 1ª Vara Criminal, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, etc... Faz saber a todos quanto o presente EDITAL de CITAÇÃO virem ou dele tiverem conhecimento que tramita neste Juízo criminal os autos n.º 0010 05 104781-8, que tem como acusado FRANCISCO FREDSON MARTINS PEREIRA, brasileiro, natural de Boa Vista/RR, filho de João de Deus Pereira e Lucimar Martins Pereira, nascido aos 11/09/1986, portador do RG. 253183 SSP/RR e do CPF 856.849.702-06, encontrando-se em lugar incerto e não sabido, denunciado pelo Ministério Público com incurso nas sanções do artigo 121, caput c/c art. 14, inciso II, todos do CPB. Como não foi possível intimá-lo pessoalmente, fica intimado pelo presente edital a comparecer no Cartório da 1ª Vara Criminal, no Fórum Adv. Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, 666 - Centro - Boa Vista/RR, a fim de participar da Audiência de Interrogatório designado, designada para o dia 15 de fevereiro de 2008 às 08 horas, sendo-lhe facultado, no prazo legal, apresentar Defesa Prévia e o rol de testemunhas, sob pena de revelia. Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado no Diário do Poder Judiciário. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista/RR, aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e oito. Shyrley Ferraz Meira. Escrivã Judicial Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00172 - 001007164991-6

Réu: Gleiston Silva Pereira => Dê-se vista à Defesa, para o oferecimento das alegações finais, no prazo de 05 (cinco) dias, (art. 406, CPP). Boa Vista, 15 de janeiro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda. Juiz de Direito Adv - Walterlon Azevedo Tertulino.

2ª VARA CRIMINAL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:
Jarbas Lacerda de Miranda
PROMOTOR(A):
Ilaine Aparecida Pagliarini
José Rocha Neto
ESCRIVÃO(A):
Djacer Raimundo de Sousa

CRIME C/ COSTUMES

00173 - 001001013620-7

Réu: Amarildo do Nascimento Araújo => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 07/07/2008. Adv - Jaeder Natal Ribeiro.

00174 - 001001013755-1

Réu: Fausto Damasceno Cézar => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 14/07/2008. Adv - Mário Junior Tavares da Silva.

00175 - 001002021505-8

Réu: Francisco Antônio do Nascimento e outros => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 14/07/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00176 - 001002022644-4

Réu: Gildemar Paiva de Souza => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 14/07/2008. Adv - Domingos Sávio Moura Rebelo.

00177 - 001002027346-1

Réu: Manoel Juarez Lima Soares => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 14/07/2008. Adv - Telma Maria de Souza Costa.

00178 - 001002033537-7

Réu: Márcio de Souza Binda => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 14/07/2008. Adv - Moacir José Bezerra Mota.

00179 - 001003071449-6

Réu: Carlos Alberto Terminelle Lima Vulgo 'packman' => DESPACHO: 1. Ao cartório para designar audiência de inquirição de testemunhas arroladas na exordial acusatória
2. Intime(m)-se a(s) testemunha(s) arrolada(s) às fls.04
3. Intime(m)-se o(a) ilustre representante do Ministério Público com assento nesta Vara Especializada
5. Cumpra-se
Boa Vista/RR, 11 de janeiro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

00180 - 001005100712-7

Réu: Amarildo de Brito Sombra => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 07/07/2008. Adv - José Fábio Martins da Silva.

00181 - 001006142043-5

Réu: I.F.X. => DESPACHO: 1. Defiro a doughta cota ministerial de fls. 73-verso dos autos
2. Ao cartório para designar data para audiência de interrogatório
3. Citar e intimar o acusado IVANILTON FARIAS, no endereço constante às fls. 69-verso
4. Notifique(m)-se o(a) representante do Ministério público e o nobre Defensor Público
5. Cumpra-se
Boa Vista/RR, 11 de janeiro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

00182 - 001006150625-8

Réu: José Roberto de Lima Luna => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 14/07/2008. Adv - Lizandro Icassatti Mendes.

00183 - 001007172812-4

Réu: Enoque dos Santos Silva e outros => DESPACHO EM ATA:
1) Designo o dia 12/02/2008, às 15h00 para audiência de interrogatório
2) Citem-se os acusados pessoalmente
3) Intime-se o advogado dos acusados via Diário do Poder Judiciário
4) Notifique-se o ilustre representante do Ministério Público com assento nesta Vara Especializada
5) Cumpra-se. Comarca de Boa Vista, 16 de janeiro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular. Adv - Lizandro Icassatti Mendes.

CRIME DE TÓXICOS

00184 - 001007167053-2

Réu: Elzio Pereira da Silva => Com a degravação das audiências, determino vista às partes para apresentação de memoriais, em substituição aos debates orais, primeiramente ao Ilustre Membro do ministério Público pelo prazo de 05(cinco)dias, e em seguida ao advogado do acusado pelo prazo de 05(cinco)dias
2. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 15 de janeiro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito. Adv - Francisco Salismar Oliveira de Souza, Antônio Cláudio Carvalho Theotônio.

00185 - 001007171054-4

Réu: Lindalva Barbosa do Nascimento => DESPACHO EM ATA:
1) Defiro os pedidos partes para substituição das testemunhas
2) Designo o dia 05 de março de 2008, às 10h00 para continuação da audiência
3) Expeça-se ofício requisitando as testemunhas que atenderam a ocorrência
4) Requisite-se a acusada junto ao DESIPE
5) Ministério Público e Advogado ficam cientes da nova data
8) Cumpra-se. Comarca de Boa Vista, 16 de janeiro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito Titular. Audiência de

INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 05/03/2008 às 10:00 horas. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

00186 - 001007174328-9

Réu: Aderaldo Marinho de Oliveira e outros => DESPACHO EM ATA: 1) No tocante ao pedido do Ministério Público, a meu juízo, não prospera, considerando que a pergunta realizada pelo Defensor Público foi no exercício da ampla defesa dos réus e que no momento da realização dessa pergunta o Juiz Presidente da audiência promoveu interferência e esclarecimentos, restabelecendo o sentido da pergunta e também da resposta da testemunha, conforme consta da respectiva gravação em áudio/vídeo
2) Ademais, este juízo promoveu nova pergunta à testemunha, nos termos da legislação processual penal, sendo desnecessária a investigação em procedimento policial visando a apuração de uma pergunta feita em audiência que já recebeu atendimento jurisdicional respectivo
3) Da mesma forma, não prospera o pedido do Defensor Público para instauração de Inquérito Policial para apuração de possíveis agressões físicas sofridas pelos réus, quando no próprio processo existem Laudos de Exame de Corpo de Delito dos réus que atestam a inexistência de lesões corporais
4) Outrossim, entendendo desnecessária a instauração de procedimento administrativo em desfavor dos médicos que elaboraram os Laudos de fls. 43/45 somente com as afirmativas dos réus, sem nenhum outro elemento de prova no processo, haja vista que esses documentos gozam de presunção de legitimidade e até o presente momento nem os acusados nem o Defensor Público trouxeram elementos que pudessem retirar do documento essa presunção, apenas mera alegação dos acusados
5) Por último, também não merece atendimento o pedido de relaxamento das prisões dos acusados por alegação de excesso de prazo, haja vista tratar-se de processo com três réus e doze testemunhas a serem inquiridas, bem como a marcha processual encontra-se adequadamente respeitada os prazos processuais
6) Dou por publicada em audiência, ficam as partes intimadas
7) Por oportuno, redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de fevereiro de 2008, às 08h30
8) Expeça-se ofício requisitando as testemunhas FRANCIL ENE, PAULO e JESSÉ
9) Requisitem-se os acusados junto ao DESIPE
10) Intimem-se as testemunhas DEROCY e ROGÉRIO BATISTA
11) Ministério Público, Advogado, Defensor e testemunhas presentes ficam cientes da nova data
8) Cumpra-se. Comarca de Boa Vista, 16 de janeiro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda, Juiz de Direito Titular. Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 13/02/2008 às 08:30 horas. Adv - Paulo Afonso de S. Andrade, Lizandro Icassatti Mendes, Stélio Dener de Souza Cruz.

00187 - 001008181896-4

Indiciado: R.M.M. e outros => DESPACHO: 1. Notifique(m)-se o(s) acusado(s) ROSA MARIA DE MELO e BRUNA PRISCILA DE MELO, para oferecer(em) defesa prévia, por escrito, no prazo de 10(dez) dias
2. Na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, o(s) acusado(s) poderá(ão) argüir preliminares e invocar todas as razões da defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas até o máximo de 05(cinco)
3. Se a resposta não for apresentada no prazo, dê-se vista à Defensoria pública para oferecê-la em 10(dez) dias. 4. Requisitem-se os antecedentes criminais do(s) acusado(s) à Secretária Estadual de Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal, Justiça Estadual, Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima (via internet) e Tribunal Regional Eleitoral
5. Expedir ofício ao instituto de Criminalística do Estado de Roraima, requisitando o encaminhamento do Laudo de Exame Definitivo em Substância, conforme requisição da Autoridade Policial de fls. 26
6. Cumpra-se COM URGÊNCIA. Boa Vista/RR, 15 de janeiro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

00188 - 001007154912-4

Réu: Joelton Gonçalves Frazão => FINALIDADE: Intimar a Defesa para apresentar Defesa Prévia no prazo legal. Adv - Almir Rocha de Castro Júnior.

00189 - 001007164101-2

Réu: Erisvan Duarte Carvalho => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 14/07/2008. Adv - Gerson Coelho Guimarães.

CRIMES C/ CRIA/ADOL/IDOSO

00190 - 001002037243-8

Réu: Maksoel Fernandes Peixoto e outros => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 07/07/2008. Adv - Luiz Valdemar Albrecht, Vinicius Luiz Albrecht, Jucelaine Cerbato Schimitt-prym, Isabel Cristina Marx Kotelinski.

00191 - 001005105468-1

Réu: Raimundo Ribeiro de Sousa => DESPACHO:(..).1. Ao cartório para designar audiência de inquirição de testemunhas arroladas na exordial acusatória
2. Intime(m)-se a(s) testemunha(s) arrolada(s) às fls. 03
3. Notifiquem-se o representante do Ministério Público, bem como o Defensor Público
4. Cumpra-se
Boa Vista/RR, 21 de dezembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00192 - 001005106856-6

Réu: Antônio Carlos Rodrigues Oliveira => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 14/07/2008. Adv - José Fábio Martins da Silva.

00193 - 001005121128-1

Réu: Darlus Barreto da Silva e outros => DESPACHO: 1. Ao cartório para designar audiência de inquirição de testemunhas JOSÉ ROBERTO DE LIMA e SILVA e JANAIRA SILVEIRA DE ARAÚJO
2. Intime-se a testemunha JANAIRA SILVEIRA DE ARAÚJO
3. Requisitar a testemunha JOSÉ ROBERTO junto a Secretária de Segurança Pública
4. Intimem-se os acusados DARLUS BARRETO DA SILVA e ELINALDO DE JESUS GONÇALVES
5. Notifique(m)-se o(a) representante do Ministério Público, bem como o Defensor Público
6. Cumpra-se
Boa Vista/RR, 21 de dezembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito. Adv - Irene Dias Negreiro, Stélio Dener de Souza Cruz.

00194 - 001005121672-8

Indiciado: L.S.C. => DESPACHO: 1. Defiro a douta cota Ministerial de fls. 34 dos autos
2. Expeça(m)-se ofício(s) CGJ-TJ/RR (viae-mail) e Receita Federal, requisitando informações quanto ao possível(is) endereço(s) da(s) autor(a) do fato LUCILÂNDIA DA SILVA COSTA
3. Expeça-se ainda ofício ao Tribunal Regional Eleitoral, requisitando informações relativas ao possível endereço da autora do fato
4. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 11 de janeiro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00195 - 001007152758-3

Réu: Anderson Sousa Correa => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 07/07/2008. Adv - Antônio Cláudio de Almeida.

00196 - 001007173311-6

Réu: Paulo Ociclei Pereira Lima => Aguarde-se realização da audiência prevista para o dia 14/07/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

LIBERDADE PROVISÓRIA

00197 - 001007178379-8

Requerente: Tiago Borges da Silva => DECISÃO: (...) Em face do exposto, em harmonia com o parecer do Ilustre Promotor de Justiça, o qual ainda adoto como razões de decidir, e, também com fulcro no artigo 312 do Código de Processo Penal, com a finalidade de garantir a ordem pública, bem como a conveniência da instrução criminal, INDEFIRO o pedido de Liberdade Provisória, mantendo a prisão processual do requerente TIAGO BORGES DA SILVA, nos autos 0010.07.178379-8 desta Vara Especializada. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 16 de janeiro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal. Adv - Alexander Sena de Oliveira.

PRISÃO EM FLAGRANTE

00198 - 001008181948-3

Autuado: Antônio Marcos dos Reis Brandão => DESPACHO:(...) Por fim, “a priori” não existem vícios formais ou materiais que venham a macular a peça, razão pela qual HOMOLOGO O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO e mantenho a(s) prisão(ões) do(s) flagranteado(s): ANTÔNIO MARCOS DOS REIS BRANDÃO

Dar ciência ao(à) ilustre representante do Ministério Público, bem como ao honrado membro da Defensoria Pública (Artigo 306, § 1º do Código de Processo Penal, com a redação determinada pela Lei Federal nº 11.449/2007)

Aguardar em cartório o encaminhamento dos autos principais, no prazo legal
Publique-se. Boa Vista/RR, 15 de janeiro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3AVARACRIMINAL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Euclydes Calil Filho

PROMOTOR(A) :

Ricardo Fontanella

ESCRIVÃO(A) :

Frederico Bastos Linhares

EXECUÇÃO PENAL

00199 - 001003070046-1

Sentenciado: Océlis França de Oliveira => “...PELO EXPOSTO, DEFIRO o pedido de progressão de regime para CONCEDER a progressão do regime FECHADO para o regime SEMI-ABERTO para o cumprimento da pena privativa de liberdade do(a) reeducando(a) acima indicado(a), nos termos do artigo 112 da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84). Certifique-se o trânsito em julgado Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Boa Vista/RR, 12/09/07 (a) Euclydes Calil Filho, Juiz de Direito da 3A V.Cr/RR.” “...PELO EXPOSTO, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO remidos 98 (noventa e oito) dias da pena privativa de liberdade do(a) reeducando (a) acima indicado(a), na proporção e nos termos do artigo 126 da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84). ... Certifique-se o trânsito em julgado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Boa Vista/RR, 12/09/07 (a) Euclydes Calil Filho, Juiz de Direito da 3A V.Cr/RR.” Adv - Lenir Rodrigues Santos Veras.

00200 - 001007152731-0

Sentenciado: Carlos da Silva Costa => “...PELO EXPOSTO, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO remidos 08 (oito) dias da pena privativa de liberdade do(a) reeducando(a) acima indicado(a), na proporção e nos termos do artigo 126 da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84). § ...Certifique-se o trânsito em julgado. § Publique-se. § Registre-se. § Intimem-se. § Boa Vista/RR, 16/01/2008 (a) JARBAS LACERDA DE MIRANDA, Juiz de Direito respondendo pela 3A Vara Criminal/RR.” “... PELO EXPOSTO, julgo PROCEDENTE o pedido e DEFIRO a progressão de regime para CONCEDER a progressão do regime FECHADO para o regime SEMI-ABERTO para o cumprimento da pena privativa de liberdade do (a) reeducando(a) acima indicado(a), nos termos do artigo 112 da Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84). § ...Certifique-se o trânsito em julgado § Publique-se. § Registre-se. § Intimem-se. Boa Vista/RR, 15/01/2008 (a) JARBAS LACERDA DE MIRANDA, Juiz de Direito em substituição legal na 3A Vara Criminal.” Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00201 - 001007154487-7

Sentenciado: Daniel Pereira Neves => “... PELO EXPOSTO, julgo PROCEDENTE o pedido de SAÍDA TEMPORÁRIA requerida para o período de 16/01/2008 a 22/01/2008. ...Certifique-se o trânsito em julgado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Boa Vista/RR, 16/01/2008 (a) Jarbas Lacerda de Miranda, Juiz de Direito Titular da 2.A Vara Criminal, em Substituição Legal perante a 3A Vara Criminal/RR.” Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

PRECATÓRIA CRIME

00202 - 001006142218-3

Réu: Danny Torres Garate => Devolva-se a carta precatória ao juiz deprecante com as cautelas legais e nossas homenagens.
AVERBADO Adv - Roberto Carlos Mailho.

00203 - 001007163114-6

Réu: Israel Gomes Figueiredo => Devolva-se a carta precatória ao juiz deprecante com as cautelas legais e nossas homenagens.
AVERBADO Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00204 - 001007174537-5

Réu: Eliton Moraes Lira e outros => Devolva-se a carta precatória ao juiz deprecante com as cautelas legais e nossas homenagens.
AVERBADO Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00205 - 001007177506-7

Réu: Raimundo Dantas Gomes => Devolva-se a carta precatória ao juiz deprecante com as cautelas legais e nossas homenagens.
AVERBADO Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00206 - 001007177646-1

Réu: Cícero Ribeiro da Silva => Devolva-se a carta precatória ao juiz deprecante com as cautelas legais e nossas homenagens.
AVERBADO Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00207 - 001007179767-3

Réu: Júlio Carlos Monteiro Ribeiro => Audiência de INTERROGATÓRIO designada para o dia 17/01/2008 às 10:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

4AVARACRIMINAL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Jésus Rodrigues do Nascimento

PROMOTOR(A) :

Adriano ávila Pereira

Carla Cristiane Pipa

ESCRIVÃO(A) :

Maria do Perpétuo Socorro Nunes de Queiroz

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00208 - 001001013465-7

Réu: Robson Pereira da Silva e outros => (...) O grande lapso decorrido do recebimento da inicial até a presente data tornou sem interesse a persecução penal, haja vista que a pena possivelmente aplicada em relação ao acusado Render Souza de Lima estará atingida pela prescrição retroativa, situação diversa da do acusado Robson Pereira da Silva, que possui maus antecedentes, inclusive uma condenação por homicídio (cf. FAC às fls. 164/165). Assim sendo, não há mais interesse estatal na continuação do feito apenas em relação ao denunciado Render Souza de Lima, razão pela qual declaro extinta a sua punibilidade, nos termos do art. 107, IV, do CP. P.R.I, e, após o trânsito em julgado, dê-se as baixas devidas quanto a este réu. Após, junte-se os mandados das testemunhas indicadas na cota ministerial de fl. 152v e dê-se vista ao MP. Boa Vista, 16 de janeiro de 2008. Dr. Jésus Rodrigues do Nascimento Adv - João Alfredo de A. Ferreira .

00209 - 001002054954-8

Réu: Ilmar de Araujo Silva e outros => Intimação ordenado(a). Para ciência da audiência de interrogatórios dos réus designada para o dia 13/02/2008 às 11h00min. Adv - Augusto Dantas Leitão.

00210 - 001003074370-1

Réu: Joao Mendonça da Silva => Intimação ordenado(a). Intimação da defesa técnica do réu acerca do requerimento do MP. Adv - Marco Antônio da Silva Pinheiro.

00211 - 001006149754-0

Réu: Mario Gleidson Abreu de Lima e outros => Intimação ordenado(a). Para ciência da audiência de oitiva de testemunhas da acusação designada para o dia 24/01/2008 às 10h15min. Adv - Luiz Travassos Duarte Neto.

CRIME C/ PROP. IMATERIAL

00212 - 001006138032-4

Réu: Jose Machado de Sousa e outros => Audiência de para oitiva de Testemunha de Acusação prevista para o dia 01/09/2008 às 09:00 horas. Adv - Gerson Coelho Guimarães.

5AVARACRIMINAL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:
Leonardo Pacheco de Faria Cupello
PROMOTOR(A) :
Cláudia Parente Cavalcanti
ESCRIVÃO(A) :
Ronaldo Barroso Nogueira

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00213 - 001007179581-8

Réu: Jucilene Trindade da Silva => ATA DE DELIBERAÇÃO: "I - Após o interrogatório, o MP ofereceu proposta de suspensão condicional do processo nos seguintes termos: Esclarecido a acusada sobre os termos da Suspensão Condicional do Processo. A proposta foi aceita pela acusada e pelo defensor, nos termos do disposto no art. 89 da Lei 9.099/95. o processo fica suspenso pelo período de prova de 02 anos, sob as seguintes condições: A acusada deverá bimestralmente comparecer em Juízo para informar e justificar suas atividades

A acusada fica proibida de ausentar-se do Estado de Roraima, sem prévia autorização deste Juízo

Proibição de frequentar bares, boates e estabelecimentos congêneres, depois das 22 horas

Face a acusada encontrar-se presa em flagrante, tendo aceito a proposta de suspensão processual, concedo-lhe a liberdade provisória nos termos do art. 350 do CPP. Expeça-se alvará de soltura. Fica a acusada ciente do disposto nos § 3º e § 4º do art. 89 da Lei 9.099/95. Partes intimadas em audiência." Boa Vista/RR, 15 de janeiro de 2008. Jésus Rodrigues do Nascimento. Juiz de Direito respondendo pela 5ª Vara Criminal". Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INFÂNCIA E JUVENTUDE**Expediente de 16/01/2008**

JUIZ(A) TITULAR:
Graciete Sotto Mayor Ribeiro
PROMOTOR(A) :
Jeanne Christhine Fonseca Sampaio
Luiz Carlos Leitão Lima
Márcio Rosa da Silva
ESCRIVÃO(A) :
Gianfranco Leskewsz Nunes de Castro

AÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA

00005 - 001004090360-0

Infrator: J.A.S. => Isto Posto, em consonância com o Órgão Ministerial, determino o arquivamento do feito, reconhecendo a impossibilidade de executar qualquer medida socioeducativa contra J. A. DA S. P. R. I. Ciência a DPE. Após o trânsito em julgado, archive-se com as cautelas legais. Boa Vista/RR, 16 de janeiro de 2008. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO Juíza de Direito Titular do Juizado da Infância e Juventude Adv - Francisco Francelino de Souza.

ADOÇÃO/DEST PÁTRIO PODER

00006 - 001006145262-8

Requerente: J.W.C. e outros
Criança Adol: A.K.J.S. e outros => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 07/04/2008 às 08:30 horas. Aguarda providência exp. cartório. Adv - Francisco Francelino de Souza.

RELATÓRIO ATO INFRACIONAL

00007 - 001007162437-2

Educando: R.S.M. => Isto Posto, em consonância com o Órgão Ministerial, determino o arquivamento do feito, reconhecendo a impossibilidade de executar qualquer medida socioeducativa contra R. da S. M. P. R. I. Após o trânsito em julgado, archive-se com as cautelas legais. Boa Vista/RR, 16 de janeiro de 2008. GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO Juíza de Direito Titular do Juizado da Infância e Juventude Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE BOA VISTA
JUIZADOS ESPECIAIS

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 16/01/2008

007972PA =>00039
000010RR =>00007
000048RR-B =>00027
000087RR-B =>00026
000087RR-E =>00009
000098RR-B =>00010
000100RR =>00009
000105RR-B =>00006
000112RR-E =>00026
000114RR-A =>00009
000117RR-B =>00039
000128RR-B =>00026
000131RR =>00023
000149RR =>00007
000155RR =>00006
000162RR-A =>00011
000171RR-B =>00016
000177RR =>00007
000179RR =>00006
000186RR =>00011
000187RR =>00031
000189RR =>00026
000194RR-B =>00009
000201RR-A =>00010
000202RR-B =>00023
000205RR-B =>00023
000208RR-A =>00013
000223RR-A =>00039
000223RR =>00020, 00025
000226RR =>00008
000236RR =>00010
000239RR =>00027
000248RR-B =>00012
000264RR =>00009
000269RR =>00009
000271RR-A =>00011
000272RR-B =>00022
000278RR =>00023
000295RR-A =>00011
000297RR-A =>00035
000356RR =>00008
000385RR =>00026
000394RR =>00008, 00023
000413RR =>00040
000420RR =>00008
025285RS =>00011
192050SP =>00007;

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

1º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(iza): Alexandre Magno Magalhaes Vieira

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00001 - 001007177936-6

Distribuição por Dependência em 16/01/2008. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

INCIDENTE PROCESSUAL

00002 - 001007177937-4

Autor: Adriano S S Santos Delegado de Polícia Civil => Nova Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(iza): Rodrigo Cardoso Furlan

CRIME C/ PESSOA

00003 - 001007156274-7

Indiciado: S.A. => Transferência Realizada em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00004 - 001008181409-6

Indiciado: E.C.S. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 001008181410-4

Indiciado: J.C.S.F. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

1º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Alexandre Magno Magalhaes Vieira
PROMOTOR(A):
Stella Maris Kawano Dávila
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(A):
Antônio Alexandre Frota Albuquerque

COMINATÓRIA OBRIG. FAZER

00006 - 001005113275-0

Requerente: José Arivaldo de Azevedo
Requerido: Banco do Brasil S/A => DESPACHO: (...) 5. Destarte, diante do exposto, chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o contido no item 5, da decisão de fls. 114, no que tange à aplicação da multa prevista no artigo 475-J, do CPC
6. Consequentemente, indefiro o pedido de fl. 132
7. Requeira o promovente o que lhe for de direito
8. Intime-se. Boa Vista, 16 de janeiro de 2008. (a) Alexandre Magno Magalhães Vieira - Juiz de Direito Adv - Johnson Araújo Pereira, José Ribamar Abreu dos Santos, Antônio Oneildo Ferreira.

EMBARGOS DE TERCEIROS

00007 - 001007169992-9

Embargante: Edward Caffeu
Embargado: Dash Indústria e Comércio de Produtos Saneantes Ltda e outros => FINAL DE SENTENÇA: (...) Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE os embargos e, conseqüentemente, declaro resolvido o mérito, nos termos do artigo 269, I, do CPC. Transitada esta, prossiga-se na execução, requerendo a parte exequente o que lhe for de direito. P.R.I. Boa Vista, 16 de janeiro de 2008. (a) Alexandre Magno Magalhães Vieira - Juiz de Direito Adv - Vilmar Francisco Maciel, Luiz Augusto Moreira, Augusto Dorado Broveglio Filho, Marcos Antônio C de Souza.

EXECUÇÃO

00008 - 001005119513-8

Exequente: Antonio Bini
Executado: Leomilta Duarte Maduro => DESPACHO: Tendo em vista os ofícios de fls. 80/81, intemem-se as acordantes Leomilta Duarte Maduro e Doralice de Holanda Bessa para realizarem o pagamento das parcelas já vencidas do acordo realizado, sob pena de busca e apreensão dos bens adjudicados. Boa Vista, 10 de dezembro de 2007. (a) Alexandre Magno Magalhães Vieira - Juiz de Direito. Adv - Alberto Jorge da Silva, Alexander Ladislau Menezes, Luciana Rosa da Silva, Marcos Guimarães Dualibi.

INDENIZAÇÃO

00009 - 001004084586-8

Autor: Francisco das Chagas Batista
Réu: Tabira Filmes Distribuidora de Produtos Fotograficos => SENTENÇA: Vistos, etc. Dispensar relatório com fundamento no art. 38, da Lei nº 9.099/95. DECIDO. Tendo da parte devedora satisfeito a obrigação, conforme documento de fls. 187, JULGO EXTINTO o processo de execução, com fundamento no art. 794, I, do CPC. Após o trânsito em julgado desta, archive-se, observadas as formalidades legais. P.R.I. Boa Vista, 16 de janeiro de 2008. (a) Alexandre Magno Magalhães Vieira - Juiz de Direito Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, Fabricia dos Santos Teixeira, João Alfredo de A. Ferreira, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Francisco das Chagas Batista.

00010 - 001005113078-8

Autor: Ilmara da Silva Trajano

Réu: Gessoraima Ltda => DESPACHO: 1. Indefiro o pedido de fls. 124, vez que extemporâneo e já foi procedida a penhora on line. 2. Cumpra-se fls. 122. Boa Vista, 16 de janeiro de 2008. (a) Alexandre Magno Magalhães Vieira - Juiz de Direito Adv - Neuza Maria V. Oliveira de Castilho, Josué dos Santos Filho, Luiz Eduardo Silva de Castilho.

2º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Erick Cavalcanti Linhares Lima
PROMOTOR(A):
Cláudia Parente Cavalcanti
Elba Crhistine Amarante de Moraes
Ilaine Aparecida Pagliarini
Jeanne Christhine Fonseca Sampaio
Luiz Carlos Leitão Lima
Stella Maris Kawano Dávila
Ulisses Moroni Junior
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(A):
Marcos André de Souza Prill

INDENIZAÇÃO

00011 - 001006131777-1

Autor: Rosana Moura Lopes
Réu: Motoraima S/A => DESPACHO: Efetuado o bloqueio on line, tenho como realizada a penhora, nos termos do Enunciado 93 do Fonaje. Certifique o cartório o transcurso do prazo para o devedor, interpor embargos à execução. Após, caso não sejam interpostos os embargos, transfira-se o valor construído para a conta judicial. Cumpra-se com urgência. Em, 15/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Wallace Rodrigues da Silva, Hindenburgo Alves de O. Filho, Jucelaine Cerbatto Schmitt-prym, Luiz Valdemar Albrecht, Jucelaine Cerbatto Schmitt Prym.

ORDINÁRIA

00012 - 001006131962-9

Requerente: Francisco Raimundo Amorim
Requerido: Carlos Vissoto => DESPACHO: Expeça-se certidão de crédito em favor do exequente. Intime-se. Após, retornem os autos ao arquivo. Anotações necessárias. Em, 15/01/2008 (a) Erick Linhares - J. de Direito **AVERBADO** Adv - Francisco José Pinto de Mécêdo.

REQUERIMENTO JUDICIAL

00013 - 001006143356-0

Requerente: Luciano de Paula Meneses Silva
Réu: Sky Brasil Serviços Ltda => DESPACHO: Frustrado o bloqueio, dê-se vista à exequente para indicar bens penhoráveis no prazo de dez dias, sob pena de extinção. Em, 15/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Henrique Keisuke Sadamatsu.

3º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Rodrigo Cardoso Furlan
PROMOTOR(A):
Cláudia Parente Cavalcanti
Elba Crhistine Amarante de Moraes
Janaina Carneiro Costa Menezes
Ricardo Fontanella
Stella Maris Kawano Dávila
Ulisses Moroni Junior
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(A):
Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira
Marley da Silva Ferreira

AÇÃO DE COBRANÇA

00014 - 001006126819-8

Autor: Adilson Gonçalves Moreira
Réu: Christian Cruz Chung Tiam Fook => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00015 - 001006143236-4

Autor: Arlene Arbosa de Souza

Réu: Marli Machado => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00016 - 001006145760-1

Autor: Nadrison Campos Cavalcante

Réu: Sul América Cia Nacional de Seguros S/A => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 267 do CPC. Adv - Denise Abreu Cavalcanti.

00017 - 001006145944-1

Autor: Raimundo Alves de Sousa

Réu: Gracilene Angelo Rodrigues => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 794 do CPC. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMINATÓRIA OBRIG. FAZER

00018 - 001006131790-4

Requerente: Netanias Silvestre de Amorim

Requerido: Com2business Consulting Comercio e Serviços Ltda => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 267 do CPC. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00019 - 001006151372-6

Requerente: Pablo Miguel de Oliveira Alves

Requerido: Marcio Raphael de Tal => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 267 do CPC. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DECLARATÓRIA

00020 - 001006126573-1

Autor: Marlon de Souza Lima

Réu: Ibi - Administradora e Promotora Ltda => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 794 do CPC. Adv - Jaeder Natal Ribeiro.

EXECUÇÃO

00021 - 001004086813-4

Exeqüente: Joildes de Sousa Ferreira

Executado: Helio Pereira da Silva => SENTENÇA: Processo extinto nos termos do art. 267 do CPC. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00022 - 001006141172-3

Exeqüente: Maria do Socorro Andrade de Sousa

Executado: Jose Carlos Pereira da Silva => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95. Adv - Wellington Sena de Oliveira.

INDENIZAÇÃO

00023 - 001004083721-2

Autor: Vicente Divino de Oliveira

Réu: Amazônia Celular S/A e outros => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95. Adv - Randerson Melo de Aguiar, Ronaldo Mauro Costa Paiva, Marco Antônio Salviato Fernandes Neves, Vivian Santos Witt, Luciana Rosa da Silva.

00024 - 001004095672-3

Autor: Fabiola Moreira Batista

Réu: Maria Ivone Alves => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 001005124047-0

Autor: Juliana Gislaine de Abreu Pinheiro

Réu: C&a Modas Magazine Ltda => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 794 do CPC. Adv - Jaeder Natal Ribeiro.

00026 - 001006143416-2

Autor: Jose de Arimateia da Silva Viana

Réu: Tam Linhas Aereas S/A => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 794 do CPC. Adv - Almir Rocha de Castro Júnior,

Lenon Geyson Rodrigues Lira, José Demontiê Soares Leite, Maria Emilia Brito Silva Leite, Marcio Lenadro Deodato de Aquino.

MONITÓRIA

00027 - 001004086555-1

Autor: Albanildo Leite Lopes

Réu: Naon de Medeiros Anselmo => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95. Adv - Altamir da Silva Soares, Jaildo Peixoto da Silva.

00028 - 001006137765-0

Autor: Maria Alves Cavalcante

Réu: Elza Veronica Moreira Costa => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00029 - 001006141103-8

Autor: Ja de Albuquerque

Réu: Valdirene Oliveira Pires => SENTENÇA: Execução extinta nos termos do art. 53 § 4º da Lei 9.099/95. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00030 - 001007153019-9

Autor: Maria Jose de Oliveira

Réu: Vitoria S Pereira => SENTENÇA: Acordo homologado. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

2º JUIZADO CRIMINAL**Expediente de 16/01/2008****JUIZ(A) PRESIDENTE(A):****Erick Cavalcanti Linhares Lima****PROMOTOR(A) :****Cláudia Parente Cavalcanti****Elba Crhistine Amarante de Moraes****Ilaine Aparecida Pagliarini****Jeanne Christine Fonseca Sampaio****Luiz Carlos Leitão Lima****Stella Maris Kawano Dávila****Ulisses Moroni Junior****Zedequias de Oliveira Junior****ESCRIVÃO(Á):****Marcos André de Souza Prill****CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA**

00031 - 001006148833-3

Indiciado: V.A.P. e outros => FINAL DE SENTENÇA:..., Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a denúncia de fls. 31/32, para condenar os réus VECENTE DE ARAÚJO PEREIRA E GENIANA DE ARAÚJO PEREIRA, suficientemente qualificado, às penas do art. 331 do Código Penal... VICENTE DE ARAÚJO PEREIRA:... FIXO A PENA FINAL EM 06 (seis) MESES DE DETENÇÃO, PENA ESTA, QUE IMPONHO AO RÉU, VICENTE DE ARAÚJO PEREIRA, como medida justa e suficiente retribuição, pelos crimes por eles praticados. Em razão da situação econômica do réu, deixo de aplicar a pena de multa. O regime de cumprimento de penas será o ABERTO, por decorrência legal, e atento aos princípios do artigo 59, III, c/c artigo 33, caput e § 1.º, "c", do Código Penal. No entanto verifico que na situação em tela torna-se cabível a aplicabilidade da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, uma vez que o réu preenche os requisitos alinhados no artigo 44, do Código Penal, revelando ser substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Assim sendo, observado o disposto no art. 44, parágrafo 2º, 1A parte e na forma do art. 46, ambos do Código Penal, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade apicada por uma restritiva de direitos, consiste em prestação de serviços à comunidade, por se configurar na melhor medida a ser aplicável na situação evidenciada nos autos, devendo àquela se dar mediante a realização de tarefas gratuitas a serem desenvolvidas, junto a uma das entidades enumeradas no parágrafo 2º, do referido artigo, em local a ser designado pelo Juízo das Execuções, devendo se cumprida à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, que será distribuída e fiscalizada, de modo a não prejudicar a jornada de trabalho do condenado. GENIANA DE ARAÚJO PEREIRA:..., FIXO A PENA FINAL EM 06 (seis) MESES DE DETENÇÃO, PENA ESTA, QUE IMPONHO AO RÉU, GENIANA ARAÚJO PEREIRA, como medida de justa e suficiente retribuição, pelos crimes por eles praticados. Em razão da situação econômica da ré, deixo de aplicar a pena de multa. Fixo a pena no regime ABERTO, por decorrência legal, e atento aos princípios do artigo 59, III, c/c

artigo 33, caput e § 1º, “c”, do Código penal. A ré preenche os requisitos do art. 44 do CP, razão pela qual há possibilidade de substituição da pena detentiva por uma pena restritiva de direitos (art. 44, § 2º, do CP). Assim sendo, observado o disposto no art. 44, parágrafo 2º, 1ª parte e na forma do art. 46, ambos do Código Penal, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade aplicada por uma restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade, por se configurar na melhor medida a ser aplicável na situação evidenciada nos autos, devendo àquela se dar mediante a realização de tarefas gratuitas a serem desenvolvidas, junto a uma das entidades enumeradas no parágrafo 2º, do referido artigo, em local a ser designado pelo Juízo das Execuções, devendo ser cumprida à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, que será distribuída e fiscalizada, de modo a não prejudicar a jornada de trabalho do condenado. Concluindo, condeno-os, por fim, ao pagamento das custas do processo. Oportunamente, após o trânsito em julgado, desta decisão, tornem-se as seguintes providências: 1) Lance-se os nomes dos apenados no rol dos culpados. 2) Expeça-se guia de execução dos réus. 3) Em cumprimento ao disposto pelo art. 72, parágrafo 2º, do Código Eleitoral, oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos réus, com a devida identificação, acompanhada de fotocópia da presente decisão, para cumprimento do quanto estatuído pelo artigo 15, III, da Constituição Federal. P.R.I. Em, 14/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - José Milton Freitas.

00032 - 001007163238-3

Indiciado: A.C.O.A. => SENTENÇA:..., Em razão da aceitação da transação, homologa, por sentença, o acordo firmado, para que produza seus efeitos legais. Após o cumprimento da transação penal 29/31), arquivem-se os autos. Em, 15/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00033 - 001007163476-9

Indiciado: W.S.F. => FINAL DE DECISÃO:..., Determino ao Cartório a remessa destes autos, viadistribuição, a uma das Varas Criminais desta Comarca, em razão da incompetência deste Juízo para apreciar e decidir a lide. Procedam-se as necessárias anotações e baixas. Após, remetam-se os autos ao Juízo competente, com as nossas homenagens. P.R.Intimem-se. Em, 15/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00034 - 001007169910-1

Indiciado: R.A.S. => SENTENÇA:..., Em razão da aceitação da transação, homologa, por sentença, o acordo firmado, para que produza seus efeitos legais. Após o cumprimento da transação penal 11/15), arquivem-se os autos. Em, 15/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00035 - 001007169725-3

Indiciado: G.F.S. => SENTENÇA:..., Em razão da aceitação da transação, homologa, por sentença, o acordo firmado, para que produza seus efeitos legais. Após o cumprimento da transação penal 60/63), arquivem-se os autos. Em, 15/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Alysso Batalha Franco.

00036 - 001007174016-0

Indiciado: J.L.P. => FINAL DE DECISÃO:..., Determino ao Cartório a remessa destes autos, via distribuição, a Comarca de Caracarái, em razão da incompetência deste Juízo para apreciar e decidir a lide. Procedam-se as necessárias anotações e baixas. Após, remetam-se os autos ao Juízo competente, com as nossas homenagens. P.R.Intimem-se. Em, 15/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00037 - 001007153288-0

Indiciado: H.C.M. e outros => SENTENÇA:..., Em razão da aceitação da transação, homologa, por sentença, o acordo firmado, para que produza seus efeitos legais. Após o cumprimento da transação penal 27/31), arquivem-se os autos. No que tange a autora do fato HELEN CABRAL DE MELO, vistas ao Ministério Público. Em, 15/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00038 - 001005123935-7

Indiciado: J.L.R.O. => FINAL DE SENTENÇA:..., ISTO POSTO, amparado no art. 386, inciso IV e VI, do Código de processo Penal,

julgo IMPROCEDENTE a presente ação penal movida contra JORGE LUIZ DE OLIVEIRA e o ABSOLVO da imputação que lhe foi feita por incurso do art. 21 do Dec.-lei n.º 3.688/41. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I. Em, 09/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00039 - 001006131859-7

Indiciado: L.P. => FINAL DE SENTENÇA:..., Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a queixa-crime de fls.15/17, para condenar os réus LUIS PEREIRA, suficientemente qualificado, às penas do art. 140 do Código Penal..., FIXO A PENA FINAL EM 06 (seis) MESES DE DETENÇÃO, PENA ESTA, QUE IMPONHO AO RÉU, LUIS PEREIRA, como medida justa e suficiente retribuição, pelos crimes por ele praticados. Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2º, “c”, do Código Penal e aliado a existência de circunstâncias judiciais favoráveis, o réu deverá cumprir a pena privativa e liberdade anteriormente dosada em regime aberto. No entanto verifico que na situação em tela torna-se cabível a aplicabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, uma vez que o réu preenche os requisitos alinhados no artigo 44, do Código Penal, revelando ser substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Assim sendo, observado o disposto no art. 44, parágrafo 2º, 1ª parte e na forma do art. 46, ambos do Código Penal, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade aplicada por uma restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade, por se configurar na melhor medida a ser aplicável na situação evidenciada nos autos, devendo àquela se dar mediante a realização de tarefas gratuitas a serem desenvolvidas, junto a uma das entidades enumeradas no parágrafo 2º, do referido artigo, em local a ser designado pelo Juízo das Execuções, devendo ser cumprida à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, que será distribuída e fiscalizada, de modo a não prejudicar a jornada de trabalho do condenado. Condeno-o, por fim, ao pagamento das custas do processo. Oportunamente, após o trânsito em julgado, desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do apenado no rol dos culpados. 2) Expeça-se guia de execução do réu. 3) Em cumprimento ao disposto pelo art. 72, parágrafo 2º, do Código Eleitoral, oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu, com a sua devida identificação, acompanhada de fotocópia da presente decisão, para cumprimento do quanto estatuído pelo artigo 15, III, da Constituição Federal. P.R.I. Em, 19/12/2007 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Elcianne V de Souza Girard, Gerson da Costa Moreno Júnior, Mamede Abrão Netto.

00040 - 001007156601-1

Indiciado: M.M.A.S. => DESPACHO: Remetam-se os autos ao Colégio Recursal. Em, 15/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Silas Cabral de Araújo Franco.

CRIME DE TÓXICOS

00041 - 001007163671-5

Indiciado: R.C.F.L. => FINAL DE DECISÃO:..., ISTO POSTO, declaro a incompetência deste juizado especial, remetendo os autos ao juízo da 3ª Vara Criminal desta Comarca (COJERR, art. 41-A). Em, 15/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00042 - 001007169826-9

Indiciado: H.J.F.M. => SENTENÇA:..., Em razão da aceitação da transação, homologa, por sentença, o acordo firmado, para que produza seus efeitos legais. Após o cumprimento da transação penal 20/23), arquivem-se os autos. Em, 15/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00043 - 001007173814-9

Indiciado: F.C.R. => SENTENÇA:..., Em razão da aceitação da transação, homologa, por sentença, o acordo firmado, para que produza seus efeitos legais. Após o cumprimento da transação penal 10/13), arquivem-se os autos. Em, 15/01/2008 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE CARACARÁI JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 16/01/2008

004419AM =>00006
005065AM =>00006
000032RR =>00002, 00006
000058RR =>00007, 00008
000060RR =>00007, 00008
000105RR-B =>00009
000174RR-A =>00001
000193RR-B =>00001, 00010, 00011
000245RR-B =>00011, 00012
000269RR-A =>00003, 00004
002308SE =>00005;

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

VARACÍVEL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:
Marcelo Mazur
PROMOTOR(A):
Adriano ávila Pereira
Anedilson Nunes Moreira
Henrique Lacerda de Vasconcelos
José Rocha Neto
Madson Welligton Batista Carvalho
ESCRIVÃO(À):
Sandro Araújo de Magalhães

ALIMENTOS - PEDIDO

00001 - 002004006864-3
Requerente: W.A.L. e outros
Requerido: E.V.L. => À ADVOGADA CONSTITUÍDA PARA SE MANIFESTAR SOBRE O CUMPRIMENTO DA CP. CARACARAÍ, 15/01/2008. JUIZ MARCELO MAZUR. Adv - Antônio Avelino de A. Neto, Ivone Márcia da Silva Magalhães.

ARROLAMENTO/INVENTÁRIO

00002 - 002002001832-9
Inventariante: Juiz de Direito e outros => Intime-se o inventariante WILHAME MAIA DA GAMA, por meio de seu defensor, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente as últimas declarações. CCI,RR, 29 de maio 2006. Juiz JARBAS LACERDA DE MIRANDA. Adv - Petronilo Varela da S. Júnior.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00003 - 002006010043-3
Autor: Banco Honda S/A
Réu: Antonio Carlos Damasceno => I.À Autora sobre a Certidão de fls. 18, verso.II. Declaro a revelia do Réu, conforme artigo. 319, do Código de Processo Civil. Caracarái/RR, 10/01/2008. Juiz Marcelo Mazur. Adv - Maria Lucília Gomes.

00004 - 002006010322-1
Autor: Banco Bradesco S/A
Réu: Rosilda Barbosa das Neves => Comparecer em Cartório d Sr. Márcio Moura de Alencar, afim de assinar o term de fiel depositário. Caracarái/RR, 10/01/2008. Juiz Marcelo Mazur. Adv - Maria Lucília Gomes.

EXECUÇÃO

00005 - 002002000738-9
Exequente: Fazenda Nacional
Executado: M B Lumelino Me e outros => I. SEGUE REQUISIÇÃO DE BLOQUEIO NEGATIVA.II. AO EXEQUENTE PARA INDICAR BENS PASSÍVEIS DE PENHORA NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO. CARACARAÍ, 15/01/2008. JUIZ MARCELO MAZUR. Adv - Adauto Cruz Schetine - Procurador Fazenda Nacional.

00006 - 002002001887-3
Exequente: Banco da Amazônia S/A
Executado: Sergio Roberto Seabra Tavares => I. SEGUE REQUISIÇÃO DE BLOQUEIO NEGATIVA.II. AO EXEQUENTE PARA INDICAR BENS PASSÍVEIS DE PENHORA NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE EXTINÇÃO.CARACARAÍ, 15/01/2008. JUIZ MARCELO

MAZUR. Adv - Petronilo Varela da S. Júnior, Jonathan Andrade Moreira, Annabelle de Oliveira Machado.

00007 - 002006009022-0
Exequente: Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - Caer
Executado: Maria Alice de Oliveira => Intime-se, pela derradeira vez, à Autora para se manifestar sobre a Certidão de fls. 34, verso. Caracarái/RR, 10/01/2008. Juiz Marcelo Mazur. Adv - José Luiz Antônio de Camargo, Evan Felipe de Souza.

00008 - 002006009139-2
Exequente: Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima - Caer
Executado: Manoel Alexandre M.costa => Diga o Exequente, sobre fls. 35, pela derradeira vez. Caracarái/RR, 10/01/2008. Juiz Marcelo Mazur. Adv - José Luiz Antônio de Camargo, Evan Felipe de Souza.

ORDINÁRIA

00009 - 002003003315-1
Requerente: Banco do Brasil S/A
Requerido: Olavio Claudio Gonçalves de Sena => Intime-se o exequente para dar andamento ao feito em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção. Caracarái, 15/01/2008. Juiz Marcelo Mazur. Adv - Johnson Araújo Pereira.

PROCEDIM. INV PATERNIDADE

00010 - 002007010799-8
Requerente: A.K.G.A. e outros
Requerido: F.C.P. => Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 27/03/2008 às 11:00 horas. Adv - Ivone Márcia da Silva Magalhães.

VARACRIMINAL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:
Marcelo Mazur
PROMOTOR(A):
Adriano ávila Pereira
Anedilson Nunes Moreira
Henrique Lacerda de Vasconcelos
José Rocha Neto
Madson Welligton Batista Carvalho
ESCRIVÃO(À):
Sandro Araújo de Magalhães

PRISÃO EM FLAGRANTE

00011 - 002007011636-1
Autuado: Aliakim Costa Gomes e outros => Aguarde-se a audiência de oitiva de testemunhas de acusação já designada para o dia 23/01/2008 as 10:45hs. Adv - Edson Prado Barros, Ivone Márcia da Silva Magalhães.

00012 - 002007011639-5
Autuado: Roberto Chaves de Souza => Aguarde-se realização da audiência prevista para 23/01/2008. Adv - Edson Prado Barros.

COMARCA DE MUCAJÁI JUSTIÇACOMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 16/01/2008

000093RR-E =>00023
000157RR-B =>00023
000221RR-B =>00018
000262RR =>00023
000297RR-A =>00023
000385RR =>00018

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

VARACÍVEL

Juiz(iza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

ALIMENTOS - PEDIDO

00001 - 003008010431-5

Requerente: E.F.S. e outros

Requerido: J.B.R. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 10.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 003008010432-3

Requerente: Y.B.P. e outros

Requerido: F.P.S. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 2.280,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00003 - 003008010425-7

Requerente: N.S.R.

Requerido: L.V.R. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 003008010426-5

Requerente: J.P.

Requerido: M.A.S.P. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 003008010427-3

Requerente: M.V.

Requerido: I.G.V. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXECUÇÃO

00006 - 003007009710-7

Exeqüente: Fábio Bonella

Executado: José Rubenildo Fonseca Lima => Transferência Realizada em 16/01/2008. Valor da Causa: R 4.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00007 - 003008010428-1

Exeqüente: M.F.S.A. e outros

Executado: J.N.G.S. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 1.456,89. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

00008 - 003008010424-0

Requerente: M.F.B. e outros => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 400,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

NOTIFICAÇÃO/INTERPELAÇÃO

00009 - 003008010423-2

Requerente: Cleyciane Pereira Bezerra => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00010 - 003008010433-1

Requerente: Angla de Sousa Santos => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 003008010434-9

Requerente: Karliana Gomes da Silva => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 003008010435-6

Requerente: Maria de Nazaré Farias Figueiredo => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

VARACÍVEL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:
Breno Jorge Portela S. Coutinho
PROMOTOR(A) :
Adriano Ávila Pereira
André Paulo dos Santos Pereira
Anedilson Nunes Moreira
José Rocha Neto
ESCRIVÃO(Ã) :

Iarly José Holanda de Souza

ALIMENTOS - PEDIDO

00013 - 003006006961-1

Requerente: E.U.C. e outros

Requerido: D.S.C. => Audiência de Ratificação DESIGNADA para o dia 11/03/2008 às 15:15 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00014 - 003007009645-5

Requerente: J.S.A. e outros

Requerido: E.A. => Audiência de CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO e JULGAMENTO designada para o dia 08/04/2008 às 09:30 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00015 - 003007009964-0

Requerente: H.S.D. e outros

Requerido: R.S.D. => Audiência de CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO e JULGAMENTO designada para o dia 08/04/2008 às 10:30 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00016 - 003007010249-3

Requerente: J.D.R.

Requerido: C.C.L. => Audiência de CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO e JULGAMENTO designada para o dia 08/04/2008 às 09:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00017 - 003007010285-7

Requerente: E.S.C.

Requerido: G.R.A. => Audiência de CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO e JULGAMENTO designada para o dia 11/03/2008 às 14:30 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DISSOLUÇÃO SOCIEDADE

00018 - 003007009894-9

Autor: M.C.S.

Réu: R.S. => Audiência especial de preliminar designada para o dia 04/03/2008 às 16:00 horas. Adv - Carlos Alberto Meira, Almir Rocha de Castro Júnior.

EXECUÇÃO

00019 - 003004003461-0

Exeqüente: S.S.C. e outros

Executado: L.C. => Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 08/04/2008 às 10:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00020 - 003007009710-7

Exeqüente: Fábio Bonella

Executado: José Rubenildo Fonseca Lima => Autos remetidos ao distribuidor de feitos para redistribuir. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

EXONER.PENSÃO ALIMENTÍCIA

00021 - 003005004526-6

Autor: N.M.A.

Réu: K.S.A. e outros => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 26/02/2008 às 15:15 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

GUARDA DE MENOR

00022 - 003007009872-5

Requerente: S.B.S. e outros => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 26/02/2008 às 16:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INDENIZAÇÃO

00023 - 003006006547-8

Autor: Jennifer Santiago do Nascimento

Réu: Toninho Praxedes e outros => Audiência especial de preliminar designada para o dia 12/02/2008 às 14:30 horas. Adv - Helaine Maise de Moraes, Francisco de Assis Guimarães Almeida, Alysso Batalha Franco, Francisco Salismar Oliveira de Souza.

NOTIFICAÇÃO/INTERPELAÇÃO

00024 - 003007008965-8

Requerente: C.N.C. => Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 04/03/2008 às 15:30 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 003007010292-3

Requerente: D.M. => Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 04/03/2008 às 15:45 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RECONHECIMENT MATERNIDADE

00026 - 003006006470-3

Autor: F.B.R.

Réu: M.C.S.N. e outros => Audiência especial de preliminar designada para o dia 08/04/2008 às 11:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

REGISTRO CIVIL

00027 - 003007010284-0

Requerente: F.P.L. => Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 11/03/2008 às 15:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

SEPARAÇÃO CONSENSUAL

00028 - 003007010298-0

Requerente: L.L.R. e outros => Audiência de Ratificação DESIGNADA para o dia 08/04/2008 às 09:15 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

VARACRIMINAL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:
Breno Jorge Portela S. Coutinho
PROMOTOR(A) :
Adriano ávila Pereira
André Paulo dos Santos Pereira
Anedilson Nunes Moreira
ESCRIVÃO(Ã) :
Iarly José Holanda de Souza

CRIME C/ PESSOA

00029 - 003006007688-9

Réu: Raimundo Nonato Pereira Lima => Expedição efetivada de mand. e of.44;45/08. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME PORTE ILEGAL ARMA

00030 - 003006006023-0

Réu: José Ferreira da Cruz => Expedição efetivada de mandado de int.sente. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE MUCAJÁ

JUIZADOS ESPECIAIS

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 16/01/2008

Não existem advogados para compor o índice.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

JUIZADO CÍVEL

Juiz(íza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

AÇÃO DE COBRANÇA

00001 - 003008010429-9

Autor: Leonice da Conceição

Réu: Rosiane Pereira de Souza => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 380,00 - Audiência Conciliação: Dia 18/02/2008,às 14:15 Horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 003008010430-7

Autor: Leonice da Conceição

Réu: Ana Lucia Alves Gomes => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 150,00 - Audiência Conciliação: Dia 18/02/2008,às 14:30 Horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

JUIZADO CÍVEL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Breno Jorge Portela S. Coutinho
PROMOTOR(A) :
Adriano ávila Pereira
André Paulo dos Santos Pereira
Anedilson Nunes Moreira
José Rocha Neto
ESCRIVÃO(Ã) :
Iarly José Holanda de Souza

AÇÃO DE COBRANÇA

00003 - 003006006341-6

Autor: Silvestre Ferreira de Sousa e outros

Réu: Nego Pita e outros => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 01/04/2008 às 14:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 003007010109-9

Autor: Leonice da Conceição

Réu: Eva Lima Barros => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 18/02/2008 às 14:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 003008010429-9

Autor: Leonice da Conceição

Réu: Rosiane Pereira de Souza => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 18/02/2008 às 14:15 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

POSSESSÓRIA

00006 - 003007010366-5

Autor: Raimundo Vale Vieira

Réu: Ronieusio Rodrigues Barbosa => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 11/03/2008 às 14:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

JUIZADO CRIMINAL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Breno Jorge Portela S. Coutinho
PROMOTOR(A) :
Adriano ávila Pereira
André Paulo dos Santos Pereira
Anedilson Nunes Moreira
ESCRIVÃO(Ã) :
Iarly José Holanda de Souza

CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00007 - 003004003052-7

Indiciado: E.B.S. => Audiência Preliminar designada para o dia 17/03/2008 às 14:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE RORAINÓPOLIS

JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 16/01/2008

002240AM =>00003

000077RR-A =>00004

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Juiz(iza): Luiz Alberto de Moraes Junior

ALVARÁ JUDICIAL

00001 - 004708007702-8

Requerente: E.O.C. => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**VARACÍVEL**

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Luiz Alberto de Moraes Junior

PROMOTOR(A) :

Ademir Teles Menezes

Adriano ávila Pereira

Erika Lima Gomes Michetti

Henrique Lacerda de Vasconcelos

Hevandro Cerutti

José Rocha Neto

Luiz Antônio Araújo de Souza

Marco Antônio Bordin de Azeredo

ESCRIVÃO(Ã) :

Francisco Firmino dos Santos

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00002 - 004706005741-2

Requerente: M.A.P.

Requerido: M.A.P. e outros => final de sentença: as provas colhidas em audiência ratificam o que foi exposto na petição inicial, assim como o depoimento das testemunhas prestados nesta assentada. O lapso temporl exigido pelo art. 1580§2º do código civil restou comprovado pela prova oral colhida em audiência. Não existe bens a partilhar. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido e DECRETO O DIVÓRCIO de MARIAL ALVES PEREIRA e ANTONIO MOURÃO PEREIRA, resolvendo alide, nos termos do Art. 269, inciso I, do CPC. A requerente continuará a usar o nome de casada. Expeça-se mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil da Comarca de Santa Inês, município de Santa Inês, estado do Maranhão. Sentença publicada em audiência e as partes presentes intimadas. Registre-se. Cumpra-se. Nada mais havendo deu-se por encerrado o presente termo que depois de lido e achado conforme foi assinado por todos. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

VARACRIMINAL

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Luiz Alberto de Moraes Junior

PROMOTOR(A) :

Ademir Teles Menezes

Adriano ávila Pereira

Erika Lima Gomes Michetti

Henrique Lacerda de Vasconcelos

Hevandro Cerutti

José Rocha Neto

Luiz Antônio Araújo de Souza

Marco Antônio Bordin de Azeredo

ESCRIVÃO(Ã) :

Francisco Firmino dos Santos

CRIME C/ COSTUMES

00003 - 004702000475-1

Réu: Raimundo Eduardo Viana => Audiência de TESTEMUNHA de DENÚNCIA designada para o dia 24/01/2008 às 09:30 horas. Adv - Elves Martins Travassos.

00004 - 004707007275-7

Réu: Domingos Machado Vieira e outros => Audiência de TESTEMUNHA de DENÚNCIA designada para o dia 24/01/2008 às 10:30 horas. Adv - Roberto Guedes Amorim.

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00005 - 004707007247-6

Réu: Wagner Vieira Rocha => FINAL DA DECISÃO: “Diante do exposto, com supedâneo no art. 311 e 312 do CPP INDEFIRO o pedido de RELAXAMENTO DE PRISÃO interposto por EAGNER VIEIRA ROCHA. Defiro a cota ministerial (fl. 180) pertinente ao desentranhamento de fls. 97/99, em razão de ter sido juntada aos autos por equívoco tendo em vista que trata-se de pessoa diversa do acusado, portanto, encaminhe-se aos respectivos autos. Sem custas. P.R.I.C. Rorainópolis/RR, 15 de janeiro de 2008. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR. Juiz de Direito”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**COMARCA DE RORAINÓPOLIS
JUIZADOS ESPECIAIS****ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 16/01/2008

Não existem advogados para compor o índice.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**JUIZADO CÍVEL**

Juiz(iza): Maria Aparecida Cury

AÇÃO DE COBRANÇA

00001 - 004708007705-1

Autor: Marcos Joinville de Souza Soares

Réu: Rocha e Silva Ltda e outros => Distribuição por Sorteio em 16/01/2008. Valor da Causa: R 6.000,00 - Audiência Conciliação: Dia 25/01/2008, às 14:00 Horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**COMARCA DE SÃO LUIZ
JUSTIÇA COMUM****ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 16/01/2008

000116RR-B =>00001;

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**VARACÍVEL**

Expediente de 16/01/2008

JUIZ(A) TITULAR:

Elvo Pigari Junior

PROMOTOR(A) :

Ademir Teles de Menezes

Alexandre Moreira Tavares dos Santos

Hevandro Cerutti

José Rocha Neto

ESCRIVÃO(Ã) :

Wallison Larieu Vieira

AÇÃO DE COBRANÇA

00001 - 006008021476-4

Autor: Nilton Saraiva de Freitas

Réu: Estado de Roraima => Intimar o autor para recolher as custas judiciais. São Luiz do Anauá(RR), 14 de Janeiro de 2008. Luiz Alberto Moraes Júnior. Juiz de Direito Titular. Respondendo pela Comarca de São Luiz. Adv - Tarcisio Laurindo Pereira.

SEPARAÇÃO LITIGIOSA

00002 - 006007020808-1

Requerente: J.F.S.

Requerido: V.G.S. => FAZ SABER, a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Cível, se processam os autos da ação de Separação Judicial Litigiosa, processo 060.07.020808-1, que J. F. Da. S. move contra V. G. Da. S, fica INTIMADA Valdecy Gomes Da Silva, brasileiro, casado, atualmente em lugar incerto e não sabido para ficar ciente da data da audiência de INSTRUÇÃO/JULGAMENTO, designada para o dia 12 de Fevereiro de 2008, às 14:00 horas, a ser realizada na sede desta Comarca, situada na Av. Ataliba Gomes de Laia, 100, Centro, São Luiz do Anauá/RR. E para o devido conhecimento de todos, mandou o MM Juiz expedir o presente edital que será fixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. Cumpra-se, observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos 16 de janeiro de 2008. Eu, Lafayette Rodrigues Bezerra (Técnico Judiciário) o digitei e Wallison Larieu Vieira (Escrivão) conferiu e assinou de ordem Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

VARACRIMINAL**Expediente de 16/01/2008**

JUIZ(A) TITULAR:
Elvo Pigari Junior
PROMOTOR(A):
Ademir Teles de Menezes
Alexandre Moreira Tavares dos Santos
Hevandro Cerutti
José Rocha Neto
ESCRIVÃO(A):
Wallison Larieu Vieira

PRISÃO TEMPORÁRIA

00003 - 006008021500-1

Indiciado: E.A.S. e outros => Final de decisão:... Posto isso, atendendo à representação da autoridade policial e o parecer do lúcido parecer do MP, o qual acolho na íntegra, como razão de decidir, DECRETO A PRISÃO TEMPORÁRIA de Expedido Amâncio dos Santos, Irismar Sousa dos Santos e Antônia Íris Sousa dos Santos, todos qualificados nos autos do inquérito policial, por 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, caso necessário (art. 2º, par. 3º, da Lei 8.072/90), com fundamento no art. 1º, I e III, a da Lei 7.960/89. Decorrido o prazo da detenção temporária, e se não houver prorrogação, coloque-os em liberdade, conforme estabelece o art. 2º, par. 7º, da referida Lei. Intime-se o MP. Diligências necessárias. São Luiz do Anauá, 16 de Janeiro de 2008. Luiz Alberto de Moraes Júnior. Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

REVOGAÇÃO PRISÃO PREVENT.

00004 - 006007021292-7

Requerente: José Elvys Queiroz de Lima => Final Decisão:... Em face do exposto, e tudo o mais que consta dos autos, defiro o pedido formulado pelo acusado e, por consequência, REVOGO A SUA PRISÃO PREVENTIVA, nos termos do art. 316 do CPP, mediante as condições legais de praxe. Expeça-se incontinenti ALVARA DE SOLTURA, se por outro motivo não estiver preso o requerente, com as observações legais, mediante termo de compromisso. Dê-se ciência ao MP e à DPE sobre esta decisão. Intimem-se. Cumpra-se. São Luiz do Anauá, 15 de Janeiro de 2008. Luiz Alberto de Moraes Júnior. Juiz de Direito Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE ALTO ALEGRE
JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 16/01/2008

Não existem advogados para compor o índice.

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

VARACÍVEL**Expediente de 16/01/2008**

JUIZ(A) TITULAR:
Maria Aparecida Cury
PROMOTOR(A):
André Paulo
Anedilson Nunes Moreira
Carla Cristiane Pipa
Cláudia Parente Cavalcanti
Ilaine Aparecida Paglianni
José Rocha Neto
Luiz Antonio Araújo de Souza
Luiz Carlos Leitão Lima
Marco Antonio Bordin de Azeredo
Ulisses Moroni Junior
Valdir Aparecido de Oliveira
ESCRIVÃO(A):
Raimundo de Albuquerque Gomes

EXECUÇÃO

00001 - 000506002736-3

Exequente: A.G.B.B. e outros
 Executado: M.S.B. => FINAL DE DECISÃO: "... Isto posto, decreto a prisão do executado MARCELO DA SILVA BANDEIRA, pelo prazo 30 (trinta) dias, na forma do art. 733, § 1º, do CPC. Expeça-se o mandado de prisão com as advertências contidas no art. 733, § 2º, do mesmo Diploma Legal. P.R.I.C. Alto Alegre/RR, 16 de janeiro de 2008. MARIA APARECIDA CURY - Juíza de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 000507002900-3

Exequente: G.T.M. e outros
 Executado: V.S.M. => FINAL DE DECISÃO: "... Isto posto, decreto a prisão do executado VALDERCLEY DA SILVA MIRANDA, pelo prazo 30 (trinta) dias, na forma do art. 733, § 1º, do CPC. Expeça-se o mandado de prisão com as advertências contidas no art. 733, § 2º, do mesmo Diploma Legal. P.R.I.C. Alto Alegre/RR, 16 de janeiro de 2008. MARIA APARECIDA CURY - Juíza de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 000507003007-6

Exequente: A.M.S.S. e outros
 Executado: M.D.S. => FINAL DE DECISÃO: "... Isto posto, decreto a prisão do executado MARIVALDO DAMASIO DA SILVA, pelo prazo 30 (trinta) dias, na forma do art. 733, § 1º, do CPC. Expeça-se o mandado de prisão com as advertências contidas no art. 733, § 2º, do mesmo Diploma Legal. P.R.I.C. Alto Alegre/RR, 16 de janeiro de 2008. MARIA APARECIDA CURY - Juíza de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE PACARAIMA
JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 16/01/2008

007518MA =>00003
 012703PA =>00004
 000078RR-A =>00002
 000101RR-B =>00005
 000190RR =>00001
 000257RR =>00004
 076999SP =>00002, 00003;

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

VARACÍVEL**Expediente de 16/01/2008**

JUIZ(A) TITULAR:
Delcio Dias Feu
PROMOTOR(A):
Ilaine Aparecida Paglianni
Luiz Antonio Araujo de Souza
Ulisses Moroni Junior
Valdir Aparecido de Oliveira

ESCRIVÃO(Ã) :
Ingrid Gonçalves dos Santos

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00001 - 004507001267-4

Requerente: E.A.A.

Requerido: R.R.A. => Intimação ordenado(a). DESPACHO:Diga a autora em 48 horas. Ao MP, após cls.Pacaraima, 17.12.07 Juiz de Direito Dêlcio Dias Feu Adv - Moacir José Bezerra Mota.

INDENIZAÇÃO

00002 - 004506000941-7

Autor: Francisco Gean de Sousa

Réu: Telemar Norte Leste S/A => Intimação ordenado(a). Despacho:Retifique no SISCOM o cadastramento dos procuradores conforme fls. 67.2)Intime-se o requerente para que informe se a TELEMAR cumpriu com o Acordo de fls. 62 Adv - Marcos Antonio Zanetini de Castro Rodrigues, Helder Figueiredo Pereira.

00003 - 004506000942-5

Autor: Francisco Gean de Sousa

Réu: Lojas Gabryella Ltda => Intimação ordenado(a). DESPACHO:1)Abra-se vista à parte autora.2)Após, venham-me os autos conclusos. Pacaraima, 17 de 12 de 2007. Juiz de Direito Dêlcio Dias Feu Adv - Marcos Antonio Zanetini de Castro Rodrigues, Cadidja Suzi de Almeida Eloi.

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00004 - 004507001533-9

Requerente: W.S.A.

Requerido: R.L.C. => R.H.Em que pese as partes terem protestado por prova pericial (fls.06 e27), nada disseram sobre os custos com o exame de DNA, imprescindível, nos dias atuais, para constatação da paternidade atribuída ao requerido. AO autor vem representado pela Defensoria Pública de Roraima e o Requerido por advogado particular (fls. 28). Isso reforça a possibilidade de o demandado custear o referido exame, até porque não pediu justiça gratuita ou juntou qualquer documento que comprovasse sua hipossuficiência. Assim, determino intime-se o requerido para dizer sobre o seu interesse na realização do referido exame, às suas expensas, sob pena de supressão a prova, nos termos dos arts. 231 e 232, do Código Civil. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz, Márcia de Lima Portela.

PRECATÓRIA CÍVEL

00005 - 004507001410-0

Requerente: Banco Honda Sa

Requerido: Venancio dos Santos => Intimação ordenado(a). RH.1.Ao oficial de justiça para informar o valor das despesas da diligências;2.Após, intime-se o requerente.Despejas informada pelo oficial de justiça (fls.21) no valor de R 259,87 Adv - Sivirino Pauli.

COMARCA DE ALTO ALEGRE

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 (QUINZE) DIAS

A Doutora MARIA APARECIDA CURY, Juíza de Direito em da Comarca de Alto Alegre, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc.

FAZ SABER a todos os que o presente Edital, virem ou conhecimento tiverem, que neste Juízo corre nos trâmites legais o Processo n.º 005 06 002398-2, em que figura como Réu FERNANDO MASSAYUKI NAKAMURA, fica CITADO FERNANDO MASSAYUKI NAKAMURA, brasileiro, RG: N°422869 SSP/MG, CPF: 0449909536-31, atualmente em local incerto e não sabido, denunciada pelo Ministério Público como incurso nas sanções do artigo 50 da Lei 9.605/98, como não foi possível CITÁ-LO pessoalmente, com este, o chama para comparecer a Audiência de Interrogatório, designada para o dia 21 de fevereiro de 2008, às 10 horas e 30 minutos na sala de audiência deste fórum. SEDE DO JUÍZO: Fórum de Alto Alegre, sito à Rua Antônio Dourado Santana, n.º 595, Centro, Alto Alegre – RR. É para o devido conhecimento de todos, mandou a MM.(a) Juíza expedir o presente Edital que será fixado no quadro mural deste fórum e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. CUMpra-SE. Observadas as prescrições legais. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Alto Alegre, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete. Eu, Raimundo de Albuquerque Gomes, Escrivão Judicial em Exercício, subscrevo e assino de ordem da MM.(a) Juíza de Direito desta Comarca.

Raimundo de Albuquerque Gomes
Escrivão Judicial em Exercício

COMARCA DE CARACARAÍ**TRIBUNAL DE JÚRI DA COMARCA DE CARACARAÍ****EDITAL DO TRIBUNAL DO JÚRI DE 2008****LISTA DEFINITIVA**

O Doutor MARCELO MAZUR, Juiz de Direito da Comarca de Caracarái - Roraima e Presidente do Tribunal do Júri, na forma da lei, etc.

FAZ S A B E R a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, de conformidade com a lei em vigor, ficam as pessoas abaixo designadas como jurados para as reuniões que venham ocorrer durante o ano de 2008:

1. Ademar José Nascimento..... (Comerciante)
2. Adanilson José Silva de Araújo (Funcionário Público Municipal)
3. Adriana Lima Soares..... (Comerciante)
4. Albânia Sineider Barros de Moraes..... (Empresária)
5. Albercy Freitas de Vasconcelos (Funcionário Público Municipal)
6. Alberto Saraiva de Souza (Professor)
7. Aldete Francisca de Oliveira (Técnica em Enfermagem)
8. Aldineide Paulain de Oliveira (Caixa Executivo/BASA)
9. Aldineide Paulain de Oliveira..... (Func. Público)
10. Alessandra Gomes da Costa (Funcionária Pública Municipal)
11. Alexander de Souza Guivares (Técnico em Agropecuária)
12. Alexandro da Costa Góes (Funcionário Público Municipal)
13. Allen Wilder Holanda Arruda (Escriturário/B. Brasil)
14. Almir Ribeiro Barros..... (Func. Público)
15. Aloisio Loyola de Souza..... (Professor)
16. Amarildo Gonçalves Ferreira (Auxiliar Administrativo/INCRA)
17. Ana Cristina Alves Monteiro (Funcionária Pública Municipal)
18. Ana Paula Maciel Ribeiro (Analista Ambiental IBAMA)
19. Andreia Loyola de Souza..... (Professora)
20. Antônia Dalva Rodrigues..... (Professora)
21. Antônia Ferreira da Silva Araújo (Professora)
22. Antônia Luzivan Moreira Policarpo (Professora)
23. Antônia Maria Martins Bezerra..... (Professora)
24. Antônio de Sousa Araújo (Funcionário Público Municipal)
25. Antônio Guivara Nogueira..... (Func. Público)
26. Antônio Luiz de Souza Silva..... (Pastor)
27. Antônio Martins da Silva (Chefe da Casa do Prod. Rural)
28. Antônio Ricardo dos Santos Madeira (Operativo/BASA)
29. Arecia Maria Alves de Sousa (Datilógrafa/SEAPA)
30. Arison Siqueira Soares (Auxiliar de Radiologia)
31. Arleci Barreto da Costa (Funcionário Público Municipal)
32. Benedita Severo Nogueira..... (Func. Pública)
33. Carivaldo Silva dos Santos (Técnico em Radiologia)
34. Charles Miguel Bruster (Diretor da Unid. Mista de Caracarái)
35. Claudenir Alencar Lima (Funcionário Público Municipal)
36. Cláudia Rejane de Sousa..... (Func. Pública)
37. Claudia Valbia Silva de Moura..... (Func. Pública)
38. Claudio Almeida Rocha..... (Comerciante)
39. Dalvina Gomes Carvalho (Auxiliar de Enfermagem)
40. Daniel Muniz Barros (Funcionário Público Municipal)
41. Daniel Tavares da Silva (Funcionário Público Municipal)
42. Darcineide dos Santos Silva..... (Comerciante)
43. Dianierly de Souza Coelho (Autônoma)
44. Dilcélia Inês Santos..... (Comerciante)
45. Dinelza Barros da Silva (Funcionária Pública Municipal)
46. Domingos de Souza Ramos..... (Comerciante)
47. Dorailce Baia Mota (Professora)
48. Doraney Mota Freitas (Professora)
49. Doreide Lina Abreu Santos..... (Func. Pública)
50. Ecilene da Silva Rodrigues..... (Func. Público)
51. Edilson Máximo da Rocha Costa..... (Comerciante)
52. Edilson Paz Fagundes (Operativo/BASA)
53. Edimilson Guimarães Costa Filho (Funcionário Público Municipal)
54. Edimilson Pereira Costa..... (Professor)
55. Edinilza Inácio da Silva (Aux. Serv. Saúde)
56. Edivan Carneiro Albuquerque (Funcionário Público Municipal)
57. Ednir Carvalho dos Santos..... (Superv. Apoio Administrativo/BASA)

58.	Edson Luiz Silva	(Enfermeiro)
59.	Eduardo Cavalcante	(Médico)
60.	Eduardo José Chaul de Oliveira	(Funcionário Público Municipal)
61.	Elcivam Sampaio Marinho.....	(Comerciante)
62.	Eleonora Carvalho dos Santos.....	(Professora)
63.	Elissandro Celestino Gomes	(Escriturário/B. Brasil)
64.	Eliza Rodrigues Corrêa Neta	(Auxiliar de Enfermagem)
65.	Elizabeth da Silva Negreiros.....	(Professora)
66.	Eraldo Gomes de Oliveira.....	(Func. Público)
67.	Erasmus de Jesus Nascimento.....	(Func. Público)
68.	Ernandina Silva Carvalho.....	(Professora)
69.	Erocilda Coutrin da Silva.....	(Func. Pública)
70.	Eunice Ferreira Gomes	(Técnica em Laboratório)
71.	Euso Barbosa Ribeiro.....	(Agente Administrativo ARF)
72.	Evandira Carneiro Albuquerque	(Professora)
73.	Evangelista Cardoso da Silva	(Microscopista)
74.	Fabio Tarcisio Santos.....	(Radialista)
75.	Fernando de Oliveira Marques.....	(Dentista)
76.	Flavio Fernandes Azevedo.....	(Comerciante)
77.	Francisca Marques da Silva	(Funcionária Pública Municipal)
78.	Francisco Alves da Silva Magalhães Filho.....	(Comerciante)
79.	Francisco Alves da Silva Magalhães.....	(Comerciante)
80.	Francisco Arnaud de Souza.....	(Func. Público)
81.	Francisco Carlos Fonseca de Oliveira.....	(Gerente Geral/BASA)
82.	Francisco das Chagas Damasceno	(Técnico em Agropecuária)
83.	Francisco José Cabral do Nascimento.....	(Comerciante)
84.	Francisco Rogério dos Santos Chaves.....	(Bancário)
85.	Francisco Virino de Lima.....	(Comerciante)
86.	Franklin Silva Picanço	(Professor)
87.	Gabriela Pará Bruce	(Funcionária Pública Municipal)
88.	Georgina dos Santos Monteiro	(Médica)
89.	Gerisa Evangelista Freitas.....	(Professora)
90.	Gerlivane Alves Freitas Souza	(Auxiliar de Enfermagem)
91.	Gerson Ferreira dos Santos	(Aux. Serv. Saúde)
92.	Gessival de Souza Freitas	(Professor)
93.	Gilsélia da Conceição Farias de Assis	(Funcionária Pública Municipal)
94.	Gilson Pereira Freitas.....	(Auxiliar de Enfermagem)
95.	Gilson Saboia Teles.....	(Professora)
96.	Gilvan Nunes Moreira.....	(Comerciante)
97.	Gleide Saboia Teles.....	(Professora)
98.	Gleison Sabóia Teles.....	(Funcionário Público Municipal)
99.	Gleivanir Cabral do Nascimento.....	(Func. Pública)
100.	Gracilane Arcanjo Barros	(Funcionária Pública Municipal)
101.	Hendre Gregório da Silva	(Funcionário Público Municipal)
102.	Hildeberto Ramos de Queiroz Filho.....	(Atendente DRT/RR)
103.	Ielda Resplandes Lopes	(Funcionária Pública Municipal)
104.	Inaldo José Almeida de Souza	(Funcionário Público Municipal)
105.	Irlane Cristina da Silva Pires	(Auxiliar de Enfermagem)
106.	Ismar Bernardo de Andrade.....	(Func. Público)
107.	Ivanildo Oliveira Brandão.....	(Motorista)
108.	Ivanilson Tavares de Andrade.....	(Segurança)
109.	Izabel Aparecida Machado.....	(Comerciante)
110.	Jacira de Araújo Souza.....	(Professora)
111.	Jaime Antônio Prilla	(Gerente de Expediente/B. Brasil)
112.	Jakson Lima do Nascimento.....	(Func. Pública)
113.	Jander Araújo Brito	(Funcionário Público Municipal)
114.	Janeide Moraes de ^a Ferreira	(Auxiliar de Enfermagem)
115.	Jarles Castro Costa	(Caixa Executivo / B. Brasil)
116.	Jislene Fernandes Machado da Silva	(Funcionária Pública Municipal)
117.	Joab Almeida Ribeiro	(Operativo/BASA)
118.	Joabe Pinto Castelo Branco.....	(Motorista)
119.	Joaquim Mendes de Souza Filho.....	(Func. Petrobrás)
120.	Joceyr Rodrigues Dias	(Escriturário/B. Brasil)
121.	Jonas Marreiro de Souza.....	(Comerciante)
122.	Joniel Yonack Ramos de Souza	(Funcionário Público Municipal)
123.	José Alberto Xavier da Rocha	(Superv. Operações/BASA)
124.	José da Luz Pacheco Neto.....	(Func. Público)
125.	José da Silva Araújo.....	(Auxiliar Administrativo/IBAMA)
126.	José Flávio Silva Freitas.....	(Func. Público)

127. José Luiz Gomes dos Santos (Técnico em Radiologia)
128. José Nogueira Filho..... (Func. Público)
129. José Ribamar Cardoso da Silva..... (Datilógrafo SEAPA)
130. José Ronaldo G. de Oliveira (Auxiliar de Enfermagem)
131. Josenildo Nogueira de Moraes (Professor)
132. Jocyeneide de Souza Costa..... (Func. Pública)
133. Jucelino dos Santos Pereira..... (Func. Público)
134. Justino Brazão de Lima (Funcionário Público Municipal)
135. Laide Nogueira Barata (Funcionária Pública Municipal)
136. Laurizete Rocha Souza (Aux. Serv. Saúde)
137. Leandro Moraes da Silva (Técnico em Radiologia)
138. Leidinalva Alves Moraes..... (Func. Pública)
139. Leidivânia Moraes de Freitas..... (Autônoma)
140. Leila D'avila Costa..... (Func. Petrobrás)
141. Libânia Rodrigues de Souza (Auxiliar de Enfermagem)
142. Lilian Silvia Matos de Carvalho (Auxiliar de Enfermagem)
143. Luciene Francy de Souza Matos (Técnica em Enfermagem)
144. Lucineide Gomes Pinheiro..... (Func. Sesp)
145. Lucirlene Ferreira Gomes (Enfermeira)
146. Luis Arturo Ulloa Peres..... (Bioquímico)
147. Luiz Carlos Freitas Lima..... (Autônomo)
148. Luiz Carlos Sá..... (Agente Administrativo/ARF)
149. Manoel Bernaldo Cordeiro..... (Técnico Ambiental/IBAMA)
150. Manoel Joarez Lima Soares (Aux. Serv. Saúde)
151. Márcio Luiz Esteves Ribeiro (Caixa Executivo/B. Brasil)
152. Márcio Sabino da Costa (Auxiliar de Enfermagem)
153. Marcos Augusto de Freitas..... (Func. Público)
154. Maria Auxiliadora Gemaque de Oliveira..... (Autônoma)
155. Maria Anaboor Saraiva Souza..... (Func. Pública)
156. Maria Darcy Almeida..... (Func. Pública)
157. Maria das Graças de Souza Oh..... (Func. Pública)
158. Maria de Fátima Carvalho Furtado (Aux. Serv. Saúde)
159. Maria de Pinho Mineiro (Microscopista)
160. Maria dos Milagres Coelho Vieira (Professora)
161. Maria Dutra de Araújo..... (Func. Pública)
162. Maria Erides Garcia (Funcionária Pública Municipal)
163. Maria Graciete Santana Olívio (Funcionário Público Municipal)
164. Maria Helena Luz e Silva (Funcionária Pública Municipal)
165. Maria Léa Amorim Torres (Professora)
166. Maria Lúcia Ribeiro do Nascimento (Auxiliar Administrativo/INCRA)
167. Maria Norma Souza Matos..... (Professora)
168. Maria Rutinéia Nobre Pereira (Analista Ambiental/IBAMA)
169. Maria Zélia Câmara Rego Aguiar (Professora)
170. Marinalva Alves de Souza..... (Professora)
171. Marinho Soares da Silva (Funcionário Público Municipal)
172. Marivalda Maria da Silva Figueiredo..... (Func. Pública)
173. Marleide Mateus de Lima (Auxiliar de Enfermagem)
174. Marlene Dias Araújo..... (Autônoma)
175. Marlene Socorro Freitas Duarte..... (Autônoma)
176. Max Carvalho Maia (Comerciante)
177. Miguel Gerônimo T. Dominguez (Médico)
178. Miramon Patrocínio da Costa Júnior (Operativo/BASA)
179. Natalina Teles de Albuquerque..... (Comerciante)
180. Natanael Lima B. de Menezes (Técnico em Enfermagem)
181. Neli Lima Monteiro..... (Func. Pública)
182. Nely Pacheco de Souza..... (Func. Pública)
183. Nicéa Carvalho Barros..... (Professora)
184. Orilene Guerreiro da Silva (Funcionário Público Municipal)
185. Orlando de Jesus B. Robert (Médico)
186. Orlanildo de Jesus Cruz (Funcionário Público Municipal)
187. Oton Cláudio Pereira de Melo (Engenheiro Agrônomo)
188. Paula Lisboa Moraes (Aux. Op. Serv. Diversos DRT/RR)
189. Paulino Garcia (Microscopista)
190. Paulo César Ghellar (Gerente de Agência/B. Brasil)
191. Pedro Evaristo de Oliveira..... (Comerciante)
192. Petrônio da Silva Guivares..... (Professor)
193. Prisciana de Souza Vitória (Funcionária Pública Municipal)
194. Raimundo das Neves Figueiredo..... (Comerciante)
195. Raimundo Nonato Sabóia Vilarins..... (Professor)

196. Raulino Braz da Silva (Agente Administrativo DRT/RR)
197. Regiane Severo dos Santos (Funcionária Pública Municipal)
198. Regina Severo dos Santos (Microscopista)
199. Renata Eustáquio Silva Santos (Cirurgiã Dentista)
200. Rinaldo Lopes Silva..... (Pescador)
201. Romeu França..... (Superv. Atendimento BASA)
202. Rosa de Fátima Gemaque de Oliveira..... (Func. Pública)
203. Rosa Maria Peres Maister (Professora)
204. Rosane da Costa Antunes (Técnica em Enfermagem)
205. Rosângela Antunes da Silva (Técnica de Laboratório)
206. Rosângela Peixoto Moreira da Silva (Microscopista)
207. Roseane Bentes de Souza..... (Professora)
208. Rosely Viana de Souza (Funcionária Pública Municipal)
209. Rosilda Pinheiro de Oliveira (Coord. Prog. TB/MH)
210. Rosilene Pereira Araújo (Microscopista)
211. Rosilene Pimentel Fróz (Funcionário Público Municipal)
212. Samuel Lima Rodrigues..... (Func. Público)
213. Sandra Brito Fonseca..... (Func. Pública)
214. Sandro de Jesus Mendes Moraes..... (Professor)
215. Sebastião da Cruz Gomes..... (Professor)
216. Sebastião Freire da Silva (Operativo/BASA)
217. Sebastião Maciel de Araújo..... (Func. Público)
218. Shirley Socorro Gemaque Oliveira..... (Professora)
219. Silvana Peixoto de Oliveira (Professora)
220. Silvio Bichara..... (Construtor)
221. Simone Carneiro Mesquita (Aux. Serv. Saúde)
222. Simone Carvalho dos Reis (Técnica de Laboratório)
223. Simone Lopes de Almeida (Enfermeira)
224. Sinara Rodrigues Pereira..... (Professora)
225. Sindevalda Almeida de Souza..... (Professora)
226. Sônia Lúcia Maciel (Funcionária Pública Municipal)
227. Sônia Maria Oliveira..... (Func. Pública)
228. Soraia Rodrigues Pereira..... (Comerciante)
229. Sueli de Freitas da Silva (Técnica em Agropecuária)
230. Sulamita Garcia Tomé..... (Professora)
231. Terezinha de Jesus Nogueira..... (Professora)
232. Terezinha de Jesus S. Oliveira (Auxiliar de Laboratório)
233. Vadeniza Lisboa de Medeiros (Funcionária Pública Municipal)
234. Valda Maria Dias da Silva (Funcionária Pública Municipal)
235. Valdélia Dias da Silva (Funcionária Pública Municipal)
236. Valdirjânio Chaves Ramos (Auxiliar de Enfermagem)
237. Vânia Oliveira Bastos (Funcionária Pública Municipal)
238. Vera Lúcia Pedro Correia (Funcionária Pública Municipal)
239. Vilma Oliveira Bastos (Funcionária Pública Municipal)
240. Waldeene Almeida Rocha..... (Professora)
241. Waldemira Gomes Freitas..... (Comerciante)
242. Walderez Bastos Rocha..... (Professor)
243. Wanderson Bolsanello..... (Comerciante)
244. Wender de Oliveira Medeiros (Professor)
245. William Douglas Souza de Alcântara (Funcionário Público Municipal)
246. Wilson Moraes Souza..... (Comerciante)
247. Yosvany Diaz Marquez (Patologista)
248. Zelza Muniz Barros (Funcionária Pública Municipal)
249. Zilda Senhorinha Oliveira do Nascimento (Auxiliar Administrativo INCRA)
250. Zildenira de Oliveira Chaves (Funcionária Pública Municipal)

E para que chegue ao conhecimento de todos, passo-lhe o presente Edital, que será afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caracará, 15 de janeiro do ano de dois mil e oito. Eu, Kamyla Karyna Oliveira Castro, Escrivã Judicial Substituta, subscrevo e assino.

Kamyla Karyna Oliveira Castro

Escrivã Judicial Substituta

COMARCA DE MUCAJÁ**MARCELO MAZUR**

MM. Juiz de Direito Respondendo pela Comarca de Mucajaí

IARLY JOSÉ HOLANDA DE SOUZA

Escrivão Substituto

Expediente do dia 11 de janeiro de 2008

Edital com Listagem definitiva dos Jurados que servirão nas Sessões que vierem a ocorrer no Egrégio Tribunal do Júri da Comarca de Mucajaí no ano de 2008

O Dr. MARCELO MAZUR, MM. Juiz de Direito Presidente do Egrégio Tribunal do Júri Popular da Comarca de Mucajaí, Estado de Roraima, na forma da lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que na forma legal foi organizada a Listagem definitiva dos Jurados que deverão servir durante o ano de dois mil e oito, constituída dos seguintes nomes abaixo relacionados.

NOME

Aclécia Suely Paz Cruz
 Adelane Santos Souza
 Adonias Martins
 Agnaldo Oliveira Silva
 Ailton de Souza Santos
 Alcilene de Oliveira Lopes
 Aldefrances Campos Malheiro
 Aldenira dias de Moraes
 Aldequias Cabral Pinheiro
 Aldineia da Silva Souza
 Alessandra de Almeida Pereira
 Alexsandra Pereira da Silva
 Alez Pereira da Silva
 Alice Lima Duarte
 Ana Maria Lima das Dores Moura
 Ana Paula da Silva Mariano
 Antonia Cleonice Ferrais Sousa
 Antonia Ireni Almeida Oliveira
 Antonio Carlos Ribeiro de Miranda
 Antonio José Alves Bezerra
 Antonio José Machado Alexandre
 Antonio lima de Sousa
 Antonio Pereira da Silva
 Antonio Rodrigues de Moura
 Antonio Vicente Miranda da Silva
 Aparecido da Silva
 Artemise Barbosa de Sousa
 Auxiliadora Oliveira Moraes
 Beatriz Gomes Barros
 Bruno Eloir Hirt
 Carleilson Alves Ferreira
 Carmencélia Maria Vieira Gomes
 Cerdigimar Santana
 Cícera de Lucena Melo
 Cícera Pereira dias
 Cirleide da Silva Machado
 Clayton Lúcio Schun
 Cleber Farias de Moraes
 Cleiby Pereira Silva
 Cosmo Mendes Moura
 Cosmo Vera dos Santos Filho
 Dalvanete Veloso da Silva
 Dalvanir Sousa Nunes
 Daniel Arraes Andrade
 Danielle Cardoso Lima
 Dayane Nunes Melo
 Denilva Cardoso de Brito
 Diana do Espírito Santo Silva
 Dianizia Figueiredo Diniz
 Dielma Nunes Melo
 Domingos Melo
 Dulcimar Brito Lima
 Edivania Mendes de Andrade
 Edson Nunes Cruz
 Edvon Batista de Oliveira
 Elcilane Souza Evangelista
 Ele Keury Cruz Nogueira
 Eliane Araújo da Silva Pestana
 Eliane Moraes Gomes
 Eliane Pereira dos Santos
 Elieza Oliveira da Silva
 Eliomara Barros Soares

PROFISSÃO

Atendente de Farmácia
 Professora
 Agente Comunitário de Saúde
 Taxista
 Agente de Saúde
 Agente de Saúde
 Agente de Saúde
 Agente de Saúde
 Agente de Saúde
 Professora
 Professor Licenciatura Plena
 Agente de Saúde
 Taxista
 Microscopista
 Auxiliar de Enfermagem
 Secretaria de Unidade Escolar
 Auxiliar de Serviços Gerais
 Professora
 Auxiliar de Serviços Gerais
 Taxista
 Taxista
 Agente de Saúde
 Agente de Saúde
 Comerciante
 Operador de Máquinas Pesada
 Taxista
 Professora
 Comerciante
 Professora
 Professor
 Motorista
 Aux. de Consultório Dentário
 Agente de Saúde
 Auxiliar de Serviços Gerais
 Auxiliar de Consultorio Dentário
 Professora
 Comerciante
 Professor
 Taxista
 Agente Administrativo
 Motorista
 Professora
 Digitadora
 Comerciante
 Secretaria de Unidade Escolar
 Digitador
 Agente de Saúde
 Auxiliar de Consultorio Dentário
 Professora
 Professora
 Comerciante
 Agente de Saúde
 Professora
 Auxiliar de Serviços Gerais
 Auxiliar de Enfermagem
 Comerciante
 Taxista
 Auxiliar de Serviços Gerais
 Agente de Saúde
 Auxiliar de Serviços Gerais
 Auxiliar de Serviços Gerais
 Agente de Saúde

Elizabeth Januário da Silva	Comerciante
Elizabeth Martins Tomaz	Auxiliar de Serviços Gerais
Elizamar Lima Chaves	Agente de Saúde
Elizana da Silva e Silva	Chefe de Divisão
Elizangela Almeida de Araújo	Professora
Elizangela Teixeira dos Santos	Assistente de Aluno
Elton Barbosa de Azevedo	Professor Licenciatura Plena
Elzy Pereira de Almeida Costa	Chefe de Divisão
Eridan Nascimento da Silva	Agente de Saúde
Erinaldo Paiva Oliveira	Taxista
Eva dos Santos de Sousa Oliveira	Professora
Fernanda Dantas e Silva	Fiscal Obras
Franciel Viturino Barbosa	Taxista
Francinalva Costa Alencar	Agente de Saúde
Francineide das Dores Rosa	Professora
Francinelle da Cruz Pessoa	Agente de Saúde
Francisca da Cruz Silva	Agente de Saúde
Francisca Pereira dos Santos	Agente de Saúde
Francisca Pinheiro da Silva	Agente de Saúde
Francisco Alves Gonçalves	Comerciante
Francisco da Conceição Vieira	Professor
Francisco de Assis Silva Aguiar	Comerciante
Francisco Flavio Mesquita Sousa	Agente Comunitário de Saúde
Francisco Julião da Silva Reinaldo	Comerciante
Francisco Muniz Martins	Taxista
Francisco Oliveira Carvalho	Comerciante
Francisco Pedrosa Vieira	Professor
Francisco Rufino de Souza	Comerciante
Francisco Silva	Professora
Francisco Veras Barros	Agente Comunitário de Saúde
Francisco Vieira de Alencar	Professor
Francivaldo Paiva Oliveira	Taxista
Franquiline Viana Lima	Digitadora
Frida Oliveira Lima	Agente de Saúde
Gelma Ferrais Sousa	Agente de Saúde
Gerdeão Soares Silva	Comerciante
Gislany Barbosa Borges	Agente de Saúde
Gláucio Garcia de Araújo	Taxista
Gracieles Rocha Ribeiro	Professora
Gracilene Rocha Ribeiro	Taxista
Hildo Rios Vasconcelos	Diretor de Departamento
Iracema Sousa Machado	Auxiliar de Serviços Gerais
Irislan Conceição Alves	Professora
Irisvan de Jesus Oliveira	Taxista
Isvaldina Rufina da Silva	Professora
Jailma da Conceição	Agente de Saúde
Janderson Assunção Cortes	Auxiliar de Serviços Gerais
Janio Antonio de Oliveira	Professor
Jarlison Sousa Nascimento	Agente de Saúde
Jean Cleber Freitas de Lima	Auxiliar de Serviços Gerais
Jeniffer Santiago do Nascimento	Funcionário Público
Joana D'arc Guadencio de Souza	Professora
João Carneiro Costa	Taxista
João Oliveira	Taxista
Joaquim Roberto dos S. Carpanini	Professor
Joel Deniz da Silva	Taxista
Joelma Souza Costa	Agente de Saúde
Jonas da Silva Pontis	Diretor Escolar
Jonas Soares Medrada	Comerciante
Josana Ferreira Lima	Professora
José Alves Evangelista	Comerciante
José Cravino de Oliveira Filho	Digitador
José da Conceição Nascimento	Motorista
José da Silva Melo	Motorista
José de Anchieta Quaresma	Agente de Saúde
José de Araújo Silva	Taxista
José Divonier Silva de Vasconcelos	Funcionário Público
José do Bonfim Dias de Oliveira	Taxista
José do Nascimento Cruz	Motorista
José Fernando Ross	Comerciante
José Maria Souza Costa	Agente de Saúde
José Ribamar Mariano Pestana	Diretor de Departamento
José Tarquinio Nunes Melo	Taxista
José Tarquino Nunes Melo	Auxiliar de Serviços Gerais
José Vilmar Alves Lima	Auxiliar de Serviços Gerais
Joseane Maria Alves Vieira	Funcionário Público
Josefa Giselda da Silva	Professora
Joselia Lima de Sousa	Auxiliar de Consultorio Dentário
Josenilsa Carvalho Conceição	Professora
Josilene Pinheiro do Nascimento	Professora
Jozefran Conceição	Professora
Jozias Matos de Lima	Funcionário Público

Juceni Sena Ferreira	Professora
Jurandir Araújo Sousa	Chefe de Divisão
Katia Cristina dos Santos Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais
Kenison Américo de Melo	Digitador
Land Mary Freitas Peres	Professora
Laugina Maria da Silva	Funcionário Público
Laura Barbosa Cruz	Agente de Saúde
Leila de Souza Almeida	Agente Administrativo
Leoneide Souza Silva	Professora
Leônidas P. Freitas Neto	Comerciante
Lindecivete Lima Santos	Professora
Linderval Silva de Andrade	Assessor Especial I
Lindomar Mendes Veras	Professor
Lindomar Pereira Almeida	Digitador
Lone Roger Benaion Florêncio	Digitador
Lourival da Silva Vireira	Agente de Saúde
Lucia Gardenia F. Rodrigues	Professora
Luciana de Souza Paz	Auxiliar de Enfermagem
Lucicleide Sousa de Oliveira	Agente de Saúde
Lucidalva Gomes de Oliveira	Taxista
Luciele Ferreira de Souza	Operador de Máquinas Pesada
Lucileia dos Santos Oliveira	Agente de Saúde
Lucilene Rodrigues Ferraz	Taxista
Luis Silva Moraes	Motorista
Luisa Alves Soares	Auxiliar de Serviços Gerais
Luiz de Oliveira Santos	Comerciante
Luzimar Brito dos Santos	Assistente de Aluno
Luzinete Mesquita dos Anjos	Funcionário Público
Luzitania Silva	Professora
Madalena Fatima Andrade Mourão	Comerciante
Manoel Canuto Neto	Comerciante
Manoel de Oliveira Souza	Diretor de Departamento
Manoel Pereira da Silva	Comerciante
Manoel Rufino de Souza	Comerciante
Marcio Peixoto Laborne	Preparador de Solo e Asfalto
Marco Antonio de Oliveira de Jesus	Funcionário Público
Marcos Antonio Fernandes da Silva	Comerciante
Marcos Paulo de Almeida Fontes	Operador de Máquinas Pesada
Maria Andréa do Nascimento	Microscopista
Maria Aparecida da Silva	Assistente de Aluno
Maria Araújo Lima	Comerciante
Maria Ciléia Costa Vieira	Agente de Saúde
Maria Cilene Oliveira Araújo	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria da Conceição Alves	Agente de Saúde
Maria da Conceição Guimarães Oliveira	Agente de Saúde
Maria da Conceição Souza Costa	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria de Deus Rufino de Araújo	Agente de Saúde
Maria de Jesus da Silva Macedo	Chefe de Divisão
Maria do Socorro Pereira da Silva	Professora
Maria Edna Pereira Silva	Professora
Maria Ferreira Silva	Auxiliar de Enfermagem
Maria Francisca de Souza	Digitadora
Maria Francisca Melo Sampaio	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Francisca Silva Lima	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Graciete Ramos Pinto	Auxiliar de Enfermagem
Maria Helena Brito de Gonçalves	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria José Gomes Nascimento	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Lima de Souza	Assistente de Aluno
Maria Luisa de Jesus Silva	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Magda Pereira da Silva	Digitador
Maria Marileide de Oliveira Cruz	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Marineide Oliveira da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Marineuma de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Oneide Santos Cavalcante	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Regiane Nascimento de Sousa	Agente de Saúde
Maria Rita da Conceição Lima	Agente de Saúde
Maria Salomé C. Da Conceição	Professora
Maria Santana da Silva Ribeiro	Agente de Saúde
Maria Suelene Dias Lima	Microscopista
Maria Verônica Belizário dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais
Maria Vilany de Almeida Pereira	Auxiliar de Enfermagem
Marilene Silva Moraes	Professora
Marina Souza dos Santos	Agente de Saúde
Marinalva Silva Santos	Secretária de Gabinete
Marli Gomes da Conceição Souza	Professora
Marlo Santos Lima	Agente de Saúde
Marluce Ferreira da Silva	Agente de Saúde
Marta Arrais de A Mendonça	Professora
Matilde Rufino de Souza	Diretora Escolar
Mayara Jerlia da Costa Delavi	Sec. De Gabinete
Miguel Pereira da Costa	Microscopista

Nadia Maria Rabelo de Lima
Nair Lucia Batista de Oliveira
Nedes Helena de Sousa Silva
Nemésio Simião Vieira Filho
Odilon Cezário Soares
Osmar Pereira Maceil
Osvaldino Farias da Silva
Paola Suzy da Rocha Oliveira
Paulo Basto Linhares
Pedro dos Santos Lima
Pedro Santos de Souza
Pedro Tores da Silva
Raimundo Batista do Nascimento
Raimundo Batista do Nascimento
Raimundo Dias da Silva
Raimundo Rufino de Souza
Raimundo Santana de Sousa
Raimundo Vale Vieira
Reginaldo Cruz
Regivania Alves de Araújo
Reinaldo de Sousa Almeida
Rejane Silva Mota
Rita dos santos Santana
Rivelino Conceição da Silva
Rivelino Conceição da Silva
Roberto de Souza Paula
Rocicleude Moteiro da Silva
Roosevelt Oliveira Rodrigues
Rosângela Andrade Laus
Roseane de Almeida Fontes
Rosenilda dos Santos Souza
Rosifran Conceição de Souza
Rosilda de Jesus Silva
Rosileide Dias de Oliveira
Rosilene Moraes Pereira
Rosineide Vieira Barros
Roziene Benicio de Souza
Rubem Ramos Moura
Rubenilson Ramos Moura
Rute Souza Costa
Sebastião Alberto Vieira de Moura
Sebastião Freitas de Monção
Sebastião Nunes Cruz Neto
Sergio de Lima Silva
Silvany Dantas Gentil
Silvestre Moura da Silva
Solange Maria de Sousa Cruz
Suely Soares Moura
Suely Terezinha Magalhães
Telma Marly Almeida Gomes
Teonilia Pereira de Almeida
Teresa Cristina T. de Cavalho
Teresinha Iago Junior
Tietre Ferreira Moraes
Valdecir da Silva Torres
Valdemar Barbosa de Souza
Valdenir Santos Pereira
Valderi da Silva Aguiar
Valteri Souza Costa
Vanda Gomes de Almeida
Vanes Monteiro da Silva
Vanicleia Pereira Lima
Vanusa Rodrigues Oliveira
Vicência Ferreira da Silva
Vilma Rufino de Souza
Wanited Correia Oliveira
Wildemberg Rodrigues Viana
Wilhames Ribeiro Soares
Ydelmor Pereira de Figueiredo
Yolanda Nelly Salina Vargas
Zenaide Bonfim Ribeiro
Zilda Aguilar Peres
Zileno César de Oliveira
Zoila Cristina de Lima Corrêa

Auxiliar de Serviços Gerais
Professora
Professora
Professor
Diretor de Departamento
Preparador de Solo e Asfalto
Agente de Saúde
Agente Comunitário de Saúde
Cirurgiao Dentista de Saúde
Motorista
Auxiliar de Serviços Gerais
Taxista
Taxista
Taxista
Professor
Comerciante
Preparador de Solo e Asfalto
Agente de Saúde
Microscopista
Professora
Chefe da Junta Militar
Assistente de Aluno
Auxiliar de Serviços Gerais
Digitador
Membro da CPL
Agente de Saúde
Agente de Saúde
Professor
Assistente de Aluno
Auxiliar de Serviços Gerais
Auxiliar de Serviços Gerais
Professora
Professora
Auxiliar de Serviços Gerais
Professor Licenciatura Plena
Auxiliar de Serviços Gerais
Auxiliar de Enfermagem
Microscopista
Agente de Saúde
Agente de Saúde
Professor
Taxista
Motorista
Agente de Saúde
Agente de Saúde
Comerciante
Microscopista
Professora
Taxista
Agente de Saúde
Supervisora Escolar
Cirurgiao Dentista de Saúde
Auxiliar de Serviços Gerais
Agente Comunitário de Saúde
Digitador
Digitador
Assistente de Aluno
Assessor Especial
Preparador de Solo e Asfalto
Professora
Chefe de Divisão
Professora
Agente Comunitário de Saúde
Professora
Professora
Fiscal Tributário
Agente de Saúde
Auxiliar de Enfermagem
Operador de Máquinas Pesada
Odontologa
Auxiliar de Serviços Gerais
Diretora Escolar
Digitador
Professora

E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou o MM. Juiz fosse a presente lista afixada à porta do edificio do tribunal, na forma do art. 440 do Código do Processo Penal. Dado e passado nesta cidade de Mucajaí, Estado de Roraima, no Cartório da Única Vara Criminal e do Tribunal do Júri Popular, aos 11 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e oito. Eu, **IARLY JOSÉ HOLANDA DE SOUZA, Escrivão Judicial Substituto**, digitei e subscrevi.

MARCELO MAZUR
Juiz de Direito

PORTARIA/GAB/Nº 001/2008.

O **Dr. MARCELO MAZUR**, MM. Juiz de Direito respondendo pela Comarca de Mucajaí – RR, no uso de suas atribuições legais e correccionais, na forma da Lei.

CONSIDERANDO que a justiça deve funcionar 24 (vinte e quatro horas) por dia, sem interrupções;

CONSIDERANDO o disposto nas resoluções de n.ºs. 24 e 30 aprovadas pelo Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, as quais regulamentam os plantões judiciários nas Comarcas do interior;

CONSIDERANDO que nesses plantões o juiz plantonista designará até dois servidores para trabalharem tanto na forma de plantões extras como na de sobreaviso, visando atender às pretensões aviadas em Juízo;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR que além dos finais de semanas e feriados, haverá, a cada dia na semana, um funcionário de sobreaviso, para atender as causas denominadas urgentes, devendo para tanto ser afixada na porta deste fórum o nome e um telefone para contato de cada um dos servidores escalados.

Art. 2º - FIXAR a escala de plantão da Comarca de Mucajaí, para o mês de **JANEIRO do ano de 2008**, conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	HORÁRIO
Iarly José Holanda de Souza	Escrivão judicial	01	08:00 às 18:00 horas
Edjane Escobar da Silva Fonteles	Assistente Judiciário	05 e 06	08:00 às 18:00 horas
José Cismormando André Rocha	Técnico Judiciário	12 e 13	08:00 às 18:00 horas
Iarly José Holanda de Souza	Escrivão Judicial	14, 19 e 20	08:00 às 18:00 horas
Gilsemergue de Almeida Lacerda	Oficial Contador	26 e 27	08:00 às 18:00 horas

Art. 3º - FIXAR a escala do regime de sobreaviso da Comarca de Mucajaí, para o mês de **JANEIRO do ano de 2008**, conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO	HORÁRIO
Iarly José Holanda de Souza	Escrivão Judicial	01 a 04 de janeiro	18:00 às 08:00 horas
Edjane Escobar da Silva Fonteles	Assistente Judiciário	05 a 11 de janeiro	18:00 às 08:00 horas
José Cismormando André Rocha	Técnico Judiciário	12 a 18 de janeiro	18:00 às 08:00 horas
Gilsemergue de Almeida Lacerda	Oficial Contador	19 a 31 de janeiro	18:00 às 08:00 horas

Art. 4º - DETERMINAR que o servidor escalado faça uso funcional do Cartório deste Juízo durante a realização do Plantão Judiciário, bem como, quando acionado, no horário em que estiver de sobreaviso.

Art. 5º - Durante o plantão, quer o horário de atendimento, quer de sobreaviso, o serviço poderá ser acionado por meio do(s) telefone(s) (0xx95) 3542-1633/3542-1342 (Cartórios) e/ou (0xx95) 3542-1652 (Gabinete) além de outro devidamente informado aos interessados na forma do art. 1º.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, devendo a mesma ser enviada à Douta Corregedoria-Geral de Justiça, em razão do provimento n.º 001/2005, como também, aos seguintes órgãos/instituições públicas: MPE/DPE/DEPOL/OAB e SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, conforme determina o art. 4º da resolução de n.º 30.

Dê-se ciências aos servidores.

Publique-se. Registre-se e Cumpra-se.

Mucajaí- RR, 02 de janeiro de 2008.

Juiz **MARCELO MAZUR**
Respondendo pela Comarca de Mucajaí

4.ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO DO Sr. FRANCISCO SILVA PERES, COM O PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

O DR. ALEXANDRE MAGNO MAGALHÃES VIEIRA, MM. JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA 4.ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA, ESTADO DE RORAIMA, NA FORMA DA LEI ETC.

FAZ SABER a todos que por este Juízo tramitam os autos n.º 07 169227-0 - AÇÃO DE USUCAPIÃO, em que figura como requerente RAIMUNDO MENDÊS DE SOUZA FILHO e requerido FRANCISCO SILVA PERES. Como se encontra o requerido, atualmente, em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, para que o mesmo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação deste edital, conteste a ação, sob pena de revelia, e, em não o fazendo, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos afirmados pelo requerente na inicial.

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar a ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

DADO É PASSADO nesta cidade e na Comarca de Boa Vista (RR), aos 16 (dezesseis) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e oito .

Andréa Ribeiro do Amaral Noronha
Escrivã Judicial

4ª VARA CRIMINAL

MM. Juiz de Direito Titular
JÉSUS RODRIGUES DO NASCIMENTO
Escrivã

Bel.ª MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES DE QUEIROZ

Expediente do dia 17 de janeiro de 2008

Ciência e intimação do réu para audiência designada para o dia 11/02/08

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

Processo nº. 010.04.097880-0

Autor: HILDA SOUZA DA SILVA

Réu: **EVERALDO GOMES DA SILVA**

Faz saber a todos os que o presente Edital, com prazo de 15 (quinze) dias, de eles virem ou conhecimento tiverem, que neste Juízo corre trâmites de um processo em que figura como acusado **EVERALDO GOMES DA SILVA**, brasileiro, convivente, desempregado, natural de Itaituba-PA, nascido em 14/04/81, filho de Raimundo Antônio Sampaio da Silva e de Maria de Nazaré Gomes da Silva, residente na rua Jango de Menezes, nº 618, bairro Buritis, nesta capital, RG nº 174971 SSP/RR, sem outras qualificações nos autos, denunciado pelo Promotor de Justiça como incurso nas sanções do art. 155, § 4º, II do Código Penal Brasileiro e, como não foi possível citá-lo pessoalmente com este o chama a comparecer em audiência no dia **11 de fevereiro de 2008, às 08hs50min**, ao Cartório da 4ª. Vara Criminal da Comarca de Boa Vista/ RR, Fórum Advogado Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, 666, Centro, a fim de ser interrogado, sendo-lhe facultado após o mesmo ou no tríduo legal, apresentar defesa escrita e, querendo, rol de testemunhas, sob pena de revelia. Outrossim, faz saber a todos que as audiências deste Juízo realizam-se diariamente das 08h às 17h30min.

Resumo da Denúncia: “Na manhã do dia 04 do mês de novembro do ano de 2004, por volta das 09:00 horas, o denunciado livre e conscientemente movido pelo *animus furandi* abordou **HILDA SOUZA DA SILVA** em via pública e, dizendo-se funcionário do Deputado Chico Rodrigues, falou que possuía bicicletas para doar, as quais se encontravam na Casa Lira. Neste instante passava por ali o senhor **OSORILDO MILITÃO GABRIEL**, para quem o denunciado contou a mesma história. Depois de muita conversa, **EVERALDO** os convenceu a acompanhá-lo em seu carro. Deram algumas voltas pela cidade e pararam próximo a uma loja onde havia bicicletas, quando então o denunciado pediu que **OZARILDO** descesse e aguardasse por ali. **EVERALDO** então seguiu viagem com a vítima **HILDA**, e após andar mais um pouco, estacionou perto de uma outra loja que também tinha bicicletas, e no momento em que a vítima descia do veículo, o denunciado, empregando destreza, subtraiu de sua carteira porta-cédulas a quantia de R\$250,00 (duzentos de cinquenta reais). Tudo que se sucedeu não passou de uma encenação do denunciado para, mediante fraude, ganhar a confiança de **HILDA** fazendo-a entrar em seu carro e permanecer ali o tempo necessário para oportunizar-lhe a prática do furto. Assim agindo, incorreu o denunciado nas penas do art. 155, §4º, II do Código Penal Brasileiro.

Processo nº. 010.03.075598-6

Autor: **EGIO RODRIGUES DE ANDRADE**

Réu: **CARLOS EDUARDO PEREIRA TAVEIRA**

Faz saber a todos os que o presente Edital, com prazo de 15 (quinze) dias, de eles virem ou conhecimento tiverem, que neste Juízo corre trâmites de um processo em que figura como acusado **CARLOS EDUARDO TAVEIRA**, brasileiro, amasiado, operador de máquinas, nascido aos 28/10/1976, natural de Boa Vista/RR, filho de Sebastião Batista Taveira e Ednalva da Silva Pereira, residente e domiciliado na rua João Padeiro, nº 1279, bairro Buritis, nesta capital, sem outras qualificações nos autos, denunciado pelo Promotor de Justiça como incurso nas sanções do art. 168, *caput* do Código Penal Brasileiro e, como não foi possível citá-lo pessoalmente com este o chama a comparecer em audiência no dia **11 de fevereiro de 2008, às 08hs40min**, ao Cartório da 4ª. Vara Criminal da Comarca de Boa Vista/ RR, Fórum Advogado Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, 666, Centro, a fim de ser interrogado, sendo-lhe facultado após o mesmo ou no tríduo legal, apresentar

defesa escrita e, querendo, rol de testemunhas, sob pena de revelia. Outrossim, faz saber a todos que as audiências deste Juízo realizam-se diariamente das 08h às 17h30min.

Resumo da Denúncia: Consta no presente inquérito policial que, no dia 11/08/03, por volta das 12:00hs, no endereço residencial do denunciado, a vítima **EGIO RODRIGUES DE ANDRADE** teria deixado alguns objetos de cozinha em poder do denunciado, **CARLOS EDUARDO PEREIRA TAVEIRA**, que, naquela data, recusou-se a devolve-los à vítima, dizendo que os tinha vendido. Apurou-se que o denunciado, estando com a posse dos objetos, apropriou-se indevidamente dos mesmos, quais sejam: um fogão de duas bocas com forno, marca Dako, uma botija de gás, um ventilador Arno, duas panelas, três colheres e uma mochila. O denunciado livre e conscientemente, com *animus rem sibi habendi*, apropriou-se indevidamente da *res* sobre os quais tinha posse e os alienou. Agindo assim, incorreu o denunciado nas penas do art. 168, *caput*, do Código Penal Brasileiro.

MM. Juiz de Direito Titular
JÉSUS RODRIGUES DO NASCIMENTO
Escrivã

Bel.ª MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES DE QUEIROZ

Expediente do dia 16 de janeiro de 2008, para ciência e intimação das partes

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

Processo nº. 010.02.054954-8

Autor: Justiça Pública

Réus: **ILMAR DE ARAÚJO DA SILVA**, **ANTONIO JANES PEREIRA** e **KEDSON MELO DA SILVA**

Faz saber a todos os que o presente Edital, com prazo de 15 (quinze) dias, de eles virem ou conhecimento tiverem, que neste Juízo corre trâmites de um processo em que figura como acusado **ANTONIO JANES PEREIRA**, vulgo “PEIXEIRA”, brasileiro, solteiro, servente, natural de Santa Inês-MA, nascido em 08.06.1984, filho de Maria Pereira, residente à rua Jericó, nº. 806 – Aptº. 01 – Bairro Nova Canaã, documentos não apresentados, sem outras qualificações conhecidas, denunciado pelo Promotor de Justiça como incurso nas sanções do art. 157, *Caput* do Código Penal Brasileiro e, como não foi possível citá-lo pessoalmente com este o chama a comparecer em audiência no dia **13/02/2008 às 11h00min**, ao Cartório da 4ª. Vara Criminal da Comarca de Boa Vista/ RR, Fórum Advogado Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, 666, Centro, a fim de ser interrogado, sendo-lhe facultado após o mesmo ou no tríduo legal, apresentar defesa escrita e, querendo, rol de testemunhas, sob pena de revelia. Outrossim, faz saber a todos que as audiências deste Juízo realizam-se diariamente das 08h às 17h30min. **Resumo da Denúncia:** “Consta dos inclusos autos do inquérito policial que, por volta das 20h30min do dia 25 de julho de 2002, os dois denunciados invadiram a residência de Marcos Antonio dos Santos Gomes, localizada na rua SD/PM. Wilson Paulino da Silva, nº. 657, Bairro União, nesta comarca e cidade, e de lá subtraíram, para eles próprios, coisas móveis pertencentes à vítima, sendo: 1 aparelho de televisão marca Sânio, 14 polegadas com controle remoto, um vídeo cassette com controle remoto, várias peças de roupa e uma sandália marca Kenner de cor amarela, aproximadamente 15 CD’s variados, bem como a importância de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) (...) Ao praticar as condutas delituosas descritas acima, os dois primeiros denunciados subsumem-se no tipo penal descrito no *caput* do art. 155 do Código Penal Brasileiro (...). Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado no Diário do Poder Judiciário. Dado e passado nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, aos 16 dias do mês de janeiro do ano de 2008.

MM. Juiz de Direito Titular
JÉSUS RODRIGUES DO NASCIMENTO
Escrivã

Bel.ª MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES DE QUEIROZ

Expediente do dia 17 de janeiro de 2008

Ciência e intimação do réu para audiência designada para o dia 13/02/08

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

Processo nº. 010.03.065185-4
 Autor: JUSTIÇA PÚBLICA
 Réu: **JOSÉ MARIA DE SOUZA**

Faz saber a todos os que o presente Edital, com prazo de 15 (quinze) dias, de eles virem ou conhecimento tiverem, que neste Juízo corre trâmite de um processo em que figura como acusado **JOSÉ MARIA DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido aos 09/ 08/ 1965, natural de Mossoró – RN, com 37 anos de idade ao tempo da ação, filho de José de Sousa Sobrinho e de Josefa Cunha de Souza, RG 736.320 SSP/ RR, CPF 430.406.834-20, residente à Av. Benjamin Constant, 1861, B São Vicente, nesta capital, fone 9112-5269, sem outras qualificações nos autos, denunciado pelo Promotor de Justiça como incurso nas sanções do art.46, parágrafo único, da Lei de Crimes Ambientais (9.605/ 98). Como não foi possível citá-lo pessoalmente, com este o chama a comparecer em audiência no dia **13 de fevereiro de 2008, às 09hs50min**, ao Cartório da 4ª. Vara Criminal da Comarca de Boa Vista/ RR, Fórum Advogado Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico, 666, Centro, a fim de ser interrogado, sendo-lhe facultado após o mesmo ou no tríduo legal, apresentar defesa escrita e, querendo, rol de testemunhas, sob pena de revelia. Outrossim, faz saber a todos que as audiências deste Juízo realizam-se diariamente das 08h às 17h30min.

Resumo da Denúncia: Consta nos autos que, no dia 11/ 02/ 03, por volta das 22:00hs, o denunciado, que tinha conhecimento do trâmite junto ao órgão ambiental competente, fora surpreendido transportando deliberadamente em um caminhão Mercedes Benz 1113, cor azul, placa JWN1528, a quantia de 61 mourões de madeira da espécie Itaúba, sem autorização válida e especial para transporte de produtos florestais emitidos pelo IBAMA. (...). Apurado restou que o denunciado determinou o transporte do produto florestal sem ATPF, circunstância que torna inválido tal documento por ensejar ilegalidade no trânsito de mercadoria proveniente da natureza, nos moldes das Portarias 44-N, de 06 de abril de 1993, e 79-N, de 15.07.97, do IBAMA. (...). Ao teor do exposto e assim agindo, o denunciado, o denunciado amoldou a sua conduta no tipo do art. 46, parágrafo único, da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/ 98).

JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**Portaria GAB/JIJ nº 003/2008**

A Drª. Graciete Sotto Mayor Ribeiro, MMª. Juíza de Direito Titular do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Boa Vista, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO a necessidade de regular a participação de CRIANÇAS E ADOLESCENTES nos Festejos Carnavalescos 2008, visando a defesa e proteção da população infanto-juvenil;

CONSIDERANDO a necessidade de coibir o uso por parte de crianças e adolescentes de bebidas alcoólicas e substâncias entorpecentes;
CONSIDERANDO que o Art. 149 do Estatuto da Criança e do Adolescente elenca de forma exaustiva a competência do Judiciário em disciplinar a permanência e participação de crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis legais em bailes, boates, promoções dançantes e congêneres;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, sendo-lhes assegurados todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana (Art. 3º da Lei 8.069/90);

RESOLVE:

Art. 1º - Durante os festejos carnavalescos 2008 deverão ser cumpridas as normas estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente;
 Art. 2º - Os bailes carnavalescos realizados em locais particulares, onde haja venda de ingressos, como Clubes, Boites etc., e que tenha a participação de crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis legais, dependerão de ALVARÁ AUTORIZATIVO, expedido pelo Juizado da Infância e da Juventude;

Art. 3º - As agremiações Escolas de Samba, Blocos ou Grupos, deverão solicitar junto ao Juizado da Infância e Juventude, ALVARÁ AUTORIZATIVO para participação de crianças e adolescentes, desde que expressamente autorizados pelos pais ou responsáveis;

Art. 4º - Criança até 12 (doze) anos incompletos só poderão participar de desfile de escola de samba, blocos ou grupos carnavalescos, em ala infantil, com vestes compatíveis com a idade, observando-se a moral e os bons costumes;
 § 1º - Em caráter excepcional será permitida a entrada de adolescentes, entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos incompletos, acompanhados dos pais ou responsáveis legais, nos bailes noturnos, desde que os clubes ou agremiações estejam devidamente regularizados junto ao Juizado da Infância e Juventude, cumprindo rigorosamente o horário permitido no ALVARÁ AUTORIZATIVO;
 § 2º - É expressamente proibida a venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 (dezoito) anos, durante as promoções carnavalescas, em qualquer local ou evento;

Art. 5º - Adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos incompletos, só poderão participar de bailes noturnos, mediante as seguintes condições:

a) deverão estar permanentemente acompanhados de um dos genitores ou de pessoa maior de 18 (dezoito) anos, devidamente autorizada pelos pais;

b) não poderão ingerir bebidas alcoólicas, de nenhuma espécie;

c) deverão portar documento de identificação (Carteira de Identidade ou Certidão de Nascimento);

Art. 6º - Qualquer criança ou adolescente que for encontrado em situação de risco ou contrariar ao que estabelece esta Portaria deverá ser conduzido ao Posto do Juizado da Infância e Juventude, localizado na Av. Ville Roy, em frente ao Canarinho, no horário das 20:00 às 04:00 horas, por qualquer eventualidade ou após esse horário deverá ser entregue ao Conselho Tutelar. Em caso de adolescente praticante de ato infracional, o mesmo deverá ser conduzido ao Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente-NPCA;

Art. 7º - Os policiais autuarão as pessoas que estiverem em flagrante delito nos crimes previstos no Art. 63, I, da Lei nº 3688, das Contravenções Penais: Art. 63. Servir bebida alcoólica: I. a menor de 18 (dezoito) anos, Pena- prisão simples, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, ou multa, e no Art. 81, II e III, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente): Art. 81. É proibida a venda à crianças e adolescentes de: II. Bebidas alcoólicas; III. Produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida, enquanto que os Agentes de Proteção elaborarão relatórios especificando a natureza e as circunstâncias do crime, a conduta da criança e/ou adolescente, bem como a sua qualificação, devendo estes serem encaminhados aos seus pais ou responsáveis, mediante termo de entrega ou ao Abrigo como Medida de Proteção, caso aqueles não sejam localizados (art. 93 da Lei nº 8.069/90): Art. 93. As entidades que mantenham programas de abrigo poderão, em caráter excepcional e de urgência, abrigar crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato até o 2º (segundo) dia útil imediato.

§ 1º - Uma vez constatada a ocorrência de qualquer infração administrativa prevista pela legislação pertinente, os Agentes de Proteção lavrarão o Auto respectivo, com observância do disposto no § 1º, do art. 194 do Estatuto da Criança e do Adolescente: (Art. 194. O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível; § 1º. No procedimento iniciado com o auto de infração, poderão ser usadas fórmulas impressas, especificando-se a natureza e as circunstâncias da infração (Auto de Infração);

§ 2º - A autoridade Policial de serviço que, sem justa causa devidamente comprovada, recusar prestar apoio aos Agentes para o cumprimento de suas funções, estará cometendo crime de Prevaricação (Código Penal, Art. 319 – Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena -detenção, de três meses a um ano, multa);

§ 3º - Qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, interferir ou tentar impedir o cumprimento das funções e tarefas a cargo dos Agentes de Proteção, deverá ser presa em flagrante (Código Penal, Art. 329 – opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou

ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio : Pena – detenção, de dois meses a dois anos. § 1º. Se o ato, em razão da resistência, não se executa: Pena – reclusão, de um a três anos e Art. 331 – Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena – detenção, de seis a dois anos, ou multa, Art. 333 – Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício: Pena – reclusão, de um a oito anos, e multa).

Art. 8º - Os Agentes de Proteção deste Juízo, além das normas estabelecidas, continuam tendo suas atividades disciplinadas pela Portaria GAB/JIJ nº 020/02, editada por este Juízo, exceto quanto ao Art. 1º, posto que revogado, devendo requisitar a força pública quando necessário, para o fiel cumprimento de suas funções.

Art. 9º - A fiscalização será feita pelos Agentes de Proteção do Juizado da Infância e da Juventude, devidamente identificados (coletes e crachás).

Art. 11º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Remetam-se cópias desta Portaria à Corregedoria Geral de Justiça do Estado, ao Ministério Público, à Secretária de Segurança Pública, ao Comando Geral da Polícia Militar e à Imprensa para maior conhecimento dos interessados.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

Boa Vista, 17 de janeiro de 2008.

GRACIETE SOTTO MAYOR RIBEIRO
Juíza de Direito Titular do Juizado
da Infância e da Juventude
da Comarca de Boa Vista-RR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA – TRE/RR

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Expediente do dia **14 de janeiro de 2008**, para ciência e intimação das partes.

PAUTAS DE JULGAMENTO

A Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, em obediência ao que determina o artigo 32 do RI/TRE, torna público que, na sessão ordinária do dia **23/01/2008** será julgado o seguinte feito:

PROCESSO N.º 536 – CLASSE XV
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ANTÔNIO DA COSTA REIS, REFERENTE A SUA CANDIDATURA A DEPUTADO ESTADUAL PELO PARTIDO LIBERAL NAS ELEIÇÕES DE 2006.
REQUERENTE: ANTÔNIO DA COSTA REIS.
RELATOR: JUÍZA DIZANETE MATIAS

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO:

PROCESSO N.º 1337 – CLASSE XI
ASSUNTO: PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE PERDA DE CARGO ELETIVO DA SRA. FRANCISCA PEDROSA NAKAIAMA, ELEITA AO CARGO DE PREFEITO PELO MUNICÍPIO DE PACARAIMA NAS ELEIÇÕES DE 2004, COM FULCRO NA RESOLUÇÃO TSE N.º 22.610/2007.
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
REQUERIDO: FRANCISCA PEDROSA NAKAIAMA
RELATORA: JUÍZA DIZANETE MATIAS

DECISÃO

Trata-se de pedido de decretação de perda de cargo eletivo da Sra. Francisca Pedrosa Nakaiama, eleita ao cargo de prefeita pelo município de Pacaraima nas eleições de 2004, com fulcro na Resolução TSE N.º 22.610/07.

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio de seu Procurador Regional Eleitoral, impetrou a ação mencionada fundamentando seu pedido na mudança de partido do requerido, que conforme petição inicial teve como data de desfiliação o dia 28 de setembro de 2007.

Da análise perfunctória dos autos e com base no art. 1.º § 2.º da referida resolução, detectamos que o *parquet* possui legitimidade ativa para impetrar esta ação.

Temos, ainda, que a questão trata-se meramente de direito, não necessitando a produção de provas, podendo, desde já, ser decidida. Nesse sentido, temos o art. 330, I do Código de Processo Civil, *in verbis*:

“O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença:

I – quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência”.

O fundamento do pedido, encontra guarida na mudança de partido efetuada pelo requerido, nas datas não mais permitidas pela referida resolução do TSE. Qual seja, 16/10/2007, conforme se depreende do art. 13, *verbis*:

“Art. 13 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se apenas às desfiliações consumadas após 27 (vinte e sete) de março deste ano, quanto a mandatários eleitos pelo sistema proporcional, e, após 16 (dezois) de outubro corrente, quanto a eleitos pelo sistema majoritário.”

Conforme já mencionado, a requerida se desfilou do partido em que se elegeu no dia 28/09/2007, portanto bem antes da data em que a resolução decreta a sanção de perda de mandato, 16/10/2007.

Dessa forma, não há outra saída senão indeferir o pedido de decretação de perda de cargo eletivo.

Diante do exposto, com fulcro no art. 23, XXIII, do Regimento Interno, nego seguimento ao pedido. Após as formalidades legais, archive-se.

Boa Vista, 16 de janeiro de 2008.

JUÍZA DIZANETE MATIAS
Relatora

PROCESSO N.º 501 – CLASSE XV

ASSUNTO: PRETAÇÃO DE CONTAS DO PARTIDO POPULAR SOCIALISTA (PPS) REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2006.

AUTOR ERICIDE MORAES, PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA REGIONAL PROVISÓRIA DO PPS
RELATORA: JUÍZA DIZANETE MATIAS

DESPACHO

Ao COCIN, após ao MPE.

Boa Vista, 16 de janeiro de 2008.

Juíza DIZANETE MATIAS
Relatora

PROCESSO N.º 1345 – CLASSE XI

ASSUNTO: PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE PERDA DE CARGO ELETIVO DO SR. Antônio ELTELVINO DE ALMEIDA, ELEITO AO CARGO DE VEREADOR PELO MUNICÍPIO DE AMAJARI NAS ELEIÇÕES DE 2004, COM FULCRO NA RESOLUÇÃO TSE N.º 22.610/2007.
REQUERENTE: ELIVALDO MENDES CAVALCANTE
ADVOGADO: FRANCISCO JOSÉ PINTO DE MACEDO
REQUERIDO: ANTÔNIO ELTELVINO DE ALMEIDA
RELATORA: JUÍZA DIZANETE MATIAS

DESPACHO

Cite-se o mandatário e os partidos em que estiver inscrito e que se desfilou para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem defesa; Resolução TSE n.º 22.610/2007, art. 4.º, parágrafo único.

A Secretaria Judiciária, para oficiar ao Cartório Eleitoral solicitando certidão de diplomação do representado, certidão de filiação e desfiliação a ambos partidos, e, ainda, cópia da comunicação aludida no art. 21 da Lei n.º 9.096/95, feita pelo mandatário ao Juízo Eleitoral.

Boa Vista, 16 de janeiro de 2008.

Juíza Dizanete Matias
Relatora

PROCESSO N.º 1309 – CLASSE XI
ASSUNTO: PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE PERDA DE CARGO ELETIVO DA SRA. BRASILISIA ALVES OLIVEIRA, ELEITO AO CARGO DE VEREADOR PELO MUNICÍPIO DE IRACEMA NAS ELEIÇÕES DE 2004, COM FULCRO NA RESOLUÇÃO TSE N.º 22.610/2007.
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
REQUERIDO: BRASILISIA ALVES OLIVEIRA
RELATOR: JUÍZA DIZANETE MATIAS

DESPACHO

Verificamos que o processo em tela tem o mesmo objeto e mesma causa de pedir do processo número 1292, classe XI, sendo, portanto, conexos.

Isto posto, remetemos o processo a presidência, com sugestão de distribuição por prevenção ao processo supra, em que já houve citação válida, conforme consulta ao SADP em anexo.
 Torne sem efeito o despacho de folha 08.

Boa Vista, 14 de janeiro de 2008.

Juíza Dizanete Matias
 Relatora

PROCESSO N.º 1290 – CLASSE XI
ASSUNTO: PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE PERDA DE CARGO ELETIVO DO SR. PEDRO VIEIRA DOS SANTOS, ELEITO AO CARGO DE VEREADOR PELO MUNICÍPIO DE MUCAJÁ NAS ELEIÇÕES DE 2004, COM FULCRO NA RESOLUÇÃO TSE N.º 22.610/2007.
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
REQUERIDO: PEDRO VIEIRA DOS SANTOS
RELATOR: JUÍZA DIZANETE MATIAS

DESPACHO

Cite-se o requerido. Após, ao MPE.

Boa Vista, 16 de janeiro de 2008.

Juíza Dizanete Matias
 Relatora

PROCESSO N.º 536 – CLASSE XV
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ANTÔNIO DA COSTA REIS, REFERENTE A SUA CANDIDATURA A DEPUTADO ESTADUAL PELO PARTIDO LIBERAL NAS ELEIÇÕES DE 2006.
REQUERENTE: ANTÔNIO DA COSTA REIS.
RELATOR: JUÍZA DIZANETE MATIAS

DESPACHO

Inclua-se em pauta.

Boa Vista, 16 de janeiro de 2008.

Juíza DIZANETE MATIAS
 Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NAAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO N.º 15 – CLASSE V
ASSUNTO: AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO EM FACE DE F.V.S.
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO: F.V.S
ADVOGADO: ALEXANDER LADISLAU MENEZES
RELATOR: JUIZ MOZARILDO CAVALCANTI
RELATOR-CONVOCADO: JUIZ ERICK LINHARES

DESPACHO

Publique-se o acórdão de fl. 171.
 Cumpra-se com urgência.

Boa Vista, 14 de janeiro de 2008.

JUIZ ERICK LINHARES
 Relator - Convocado

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NAAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO N.º 15 – CLASSE V
ASSUNTO: AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO EM FACE DE F.V.S.
REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO: F.V.S
ADVOGADO: ALEXANDER LADISLAU MENEZES
RELATOR: JUIZ MOZARILDO CAVALCANTI

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO À REVISÃO DO JULGADO – INADMISSIBILIDADE – PRECEDENTE – EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Juizes do E. Tribunal Regional Eleitoral, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento aos presentes embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar este julgado.
 Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, em 23 de outubro de 2007.

JUIZ ALMIRO PADILHA
 Presidente

JUIZ MOZARILDO CAVALCANTI
 Relator

DR. AGÊU FLORÊNCIO DA CUNHA
 Procurador Regional Eleitoral

2.ª ZONA ELEITORAL

Autos do Processo: 540/2004
Requerente: Elias de Lima Trindade
Requerido: Justiça Eleitoral
Natureza: Prestação de Contas – Candidato a prefeito de Caracará/RR – Elias de Lima Trindade

Em face do exposto, em consonância com o parecer do Parquet Eleitoral e com fundamento no artigo 53, inciso I, da Resolução TSE nº 21.609/2004, julgo **APROVADAS** as contas do candidato a prefeito do município de Caracará das eleições de 2004, Sr. ELIAS DE LIMA TRINDADE.

Publique-se. Registre-se. Intime-se via DPJ.
 Transitado em julgado, archive-se.

Caracará/RR, 16 de janeiro de 2008

MARCELO MAZUR
 Juiz Eleitoral – 2.ª ZE/RR

Autos do Processo: 010/2007
Requerente: Partido dos Trabalhadores – PT – Iracema/RR
Requerido: Justiça Eleitoral
Natureza: Prestação de Contas – 2006 – PT – Iracema/RR

Em face do exposto, em consonância com o parecer do Parquet Eleitoral e com fundamento no art. 27, inciso I, da legislação de regência, julgo **APROVADAS** as contas do Partido dos Trabalhadores – PT do município de Iracema referente ao exercício de 2006.

Publique-se. Registre-se. Intime-se via DPJ.
 Transitado em julgado, archive-se.

Caracará/RR, 16 de janeiro de 2008

MARCELO MAZUR
 Juiz Eleitoral – 2.ª ZE/RR

Autos do Processo: 004/2007
Requerente: Partido dos Trabalhadores – PT – Caracará/RR
Requerido: Justiça Eleitoral
Natureza: Prestação de Contas – 2006 – PT – Caracará/RR

Em face do exposto, em consonância com o parecer do Parquet Eleitoral e com fundamento no art. 27, inciso I, da legislação de regência, julgo **APROVADAS** as contas do Partido dos Trabalhadores – PT do município de Caracará referente ao exercício de 2006.

Publique-se. Registre-se. Intime-se via DPJ.
Transitado em julgado, archive-se.

Caracarái/RR, 16 de janeiro de 2008

MARCELO MAZUR
Juiz Eleitoral – 2.^a ZE/RR

Autos do Processo: 704/2004

Requerente: Comitê Financeiro Municipal para vereador de Mucajaí do Partido Popular Socialista – PPS – eleições 2004

Requerido: Justiça Eleitoral

Natureza: Prestação de Contas – Municipal para vereador – 2004 – PPS – Mucajaí/RR

Face do exposto, em consonância com o parecer do Parquet Eleitoral e com fundamento no artigo 53, inciso III da Resolução nº 21.609/2004, julgo **DESAPROVADAS** as contas do Comitê Financeiro Municipal Único do Partido Popular Socialista de Mucajaí relativas as eleições municipais de 2004.

Publique-se. Registre-se. Intime-se via DPJ.

Transitado em julgado, atenda-se o disposto no artigo 54, parágrafo único, da Resolução nº 21.609/2004.

Caracarái/RR, 16 de janeiro de 2008

MARCELO MAZUR
Juiz Eleitoral – 2.^a ZE/RR

Autos do Processo: 401/2004

Requerente: Partido Social Democrata Brasileiro – PSDB – Caracarái e Mucajaí/RR

Requerido: Justiça Eleitoral

Natureza: Prestação de Contas – 2003 – PSDB – Caracarái e Mucajaí/RR

Em face do exposto, em consonância com o parecer do Parquet Eleitoral e com fundamento na Resolução TSE nº 19.768/1996, julgo **DESAPROVADAS** as contas do Partido Social Democrata Brasileiro – PSDB do município de Caracarái e Mucajaí/RR referente ao exercício de 2003.

Publique-se. Registre-se. Intime-se via DPJ.

Transitado em julgado, archive-se.

Caracarái/RR, 16 de janeiro de 2008

MARCELO MAZUR
Juiz Eleitoral – 2.^a ZE/RR

Autos do Processo: 024/2006

Requerente: Partido Trabalhista do Brasil – PT do B – Caracarái/RR

Requerido: Justiça Eleitoral

Natureza: Prestação de Contas – 2005 – PT do B – Caracarái/RR

Em face do exposto, em consonância com o parecer do Parquet Eleitoral e com fundamento no inciso III do art. 27 da Resolução TSE nº 21.841/2004, julgo **DESAPROVADAS** as contas do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B do município de Caracarái referente ao exercício de 2005.

Publique-se. Registre-se. Intime-se via DPJ.

Transitado em julgado, proceda-se conforme inciso III, do art. 29, da Resolução TSE Nº 21.841/2004

Após, archive-se.

Caracarái/RR, 16 de janeiro de 2008

MARCELO MAZUR
Juiz Eleitoral – 2.^a ZE/RR

Autos do Processo: 016/2006

Requerente: Partido da Reedificação da Ordem Nacional – PRONA – Caracarái e Mucajaí/RR

Requerido: Justiça Eleitoral

Natureza: Prestação de Contas – 2005 – PRONA – Caracarái e Mucajaí/RR

Em face do exposto, em consonância com o parecer do Parquet Eleitoral e com fundamento no inciso III do art. 27 da Resolução TSE nº 21.841/2004, julgo **DESAPROVADAS** as contas do Partido da Reedificação da Ordem Nacional – PRONA do município de Caracarái e Mucajaí referente ao exercício de 2005.

Publique-se. Registre-se. Intime-se via DPJ.

Transitado em julgado, proceda-se conforme inciso III, do art. 29, da Resolução TSE Nº 21.841/2004

Após, archive-se.

Caracarái/RR, 16 de janeiro de 2008

MARCELO MAZUR
Juiz Eleitoral – 2.^a ZE/RR

Autos do Processo: 015/2006

Requerente: Partido Republicano Progressista – PRP – Caracarái, Mucajaí e Iracema/RR

Requerido: Justiça Eleitoral

Natureza: Prestação de Contas – 2005 – PRP – Caracarái, Mucajaí e Iracema/RR

Em face do exposto, em consonância com o parecer do Parquet Eleitoral e com fundamento no inciso III do art. 27 da Resolução TSE nº 21.841/2004, julgo **DESAPROVADAS** as contas do Partido Republicano Progressista – PRP do município de Caracará, Mucajaí e Iracema referente ao exercício de 2005.

Publique-se. Registre-se. Intime-se via DPJ.

Transitado em julgado, proceda-se conforme inciso III, do art. 29, da Resolução TSE Nº 21.841/2004

Após, archive-se.

Caracará/RR, 16 de janeiro de 2008

MARCELO MAZUR
Juiz Eleitoral – 2.^a ZE/RR

Autos do Processo: 258/2007

Natureza: Extinção e Fusão de Seções Eleitorais

Diante do exposto, e conforme autoriza o artigo 33, X do Código Eleitoral, determino que sejam feitas as alterações propostas pela Comissão de Estudos de Viabilidade de Desmembramento, Criação e Fusão de Seções Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima e pelo Ministério Público Eleitoral.

Proceda ampla divulgação nos meios de comunicação e em repartições públicas das áreas afetadas pela medida.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Após, arquivem-se.

Caracará/RR, 10 de janeiro de 2008

MARCELO MAZUR
Juiz Eleitoral – 2.^a ZE/RR

EDITAL COM PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS

O Excelentíssimo Senhor Dr. **MARCELO MAZUR**, MM. Juiz da 2.^a Zona Eleitoral de Roraima, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem ciência, que ficam notificados os eleitores do município de Caracará abaixo relacionados para apresentarem justificativa acerca da situação de filiação partidária que encontra-se *sub judice* no Fórum Doutor Antônio Anunciação Neto, localizado na Praça do Centro Cívico, s/n.º - Centro – Caracará – Roraima, dentro de 10 dias.

Eleitor	Partidos políticos (<i>sub judice</i>)	
Alex Almeida da Silva	PSB	PT
Ana Lúcia Portela	PSDB	PMDB
Antonio Nenen Neto	PSDB	PDT
Carivaldo Silva dos Santos	PDT	PPS
Carlos Alberto Lira Monteiro	PAN	PDT
Cleidies Batista Moraes	PV	PAN
Deidania Lima de Abreu	PSDB	PTB
Dirlei de Lourdes dos Santos	PSDB	PTB
Edna Amorim Torres	PSB	PT
Ernandina Silva de Carvalho	PT	PSL
Evanir Pereira Moraes	PSDB	PTB
Evilazio Marques da Silva	PSDB	PMDB
Filomena Maria Gonçalves	PDT	PT do B
Francisco Pedro Gomes dos Santos	PP	DEM
Francisco Soares Medrada	PSDB	PTB
Jalmário Garcia de Figueiredo	PSDB	PMDB
Joab Pinto Castelo Branco	PMDB	PSL
John Robert Patricio de Oliveira	PR	PT do B
Jose Venancio da Silva	PSDB	PAN
Laecio Alves de Lima	PP	PMDB
Luana Alberta Ferreira dos Santos	PRB	PSDB
Manoel Claudio de Oliveira Cabral	PDT	PR
Maria Auxiliadora de Oliveira Bezerra	PDT	PMDB
Maria das Graças de Matos Souza	PDT	PT do B
Marli Guedes Canavarro	PAN	PMDB
Max Carvalho Maia	PR	PMDB
Nelson Martinho Shulze	PRTB	PMN
Niuzete Fernandes Moraes	PSDB	PAN
Sergio Canavarro Marinho	PTN	PR
Sulamita Garcia Thomé	PT	PDT
Valdinar Macedo Silva	PV	PT
Vilcimar Souza Marques	PSDB	PMDB

E para que se lhe dê ampla divulgação, inclusive nos meios de comunicação existentes nas localidades abrangidas pela Zona Eleitoral, determino o Excelentíssimo Senhor Juiz Eleitoral fosse afixado o presente edital no local de costume.

Dado e passado nesta cidade de Caracará – RR, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e oito. Eu, _____,
David G P Albano, Chefe do Cartório Eleitoral em substituição, digitei o presente edital, que é subscrito pelo MM. Juiz Eleitoral, Dr. Marcelo Mazur.

MARCELO MAZUR
Juiz Eleitoral – 2.^a ZE/RR

5.ª ZONA ELEITORAL**JUIZ DA 5ª ZONA ELEITORAL**

PROCESSO - 038/2007

DUPLA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA - PRB-PTN.

REQUERENTE - JUSTIÇA PÚBLICA ELEITORAL

REQUERIDO - MARCOS JORGE DE LIMA.

FINAL DE DECISÃO...

... ISTO POSTO, em sintonia com o parecer ministerial, decreto a nulidade das filiações partidárias do Senhor MARCOS JORGE DE LIMA.

Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se.

Boa Vista, 11 de janeiro de 2008.

Alexandre Magno Magalhães Vieira.
Juiz Eleitoral - Em Substituição

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
RORAIMA**
PORTARIA Nº 079, DE 16 DE JANEIRO DE 2008

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Alterar a escala de Plantão para o mês de JAN/08, publicada através da Portaria nº 001/08, publicada no Diário do Poder Judiciário nº 3756, de 03JAN08, conforme abaixo:

19/20	Dr. MÁRCIO ROSA DA SILVA
TELEFONE DO PLANTÃO: 9971.1305	

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Procurador-Geral de Justiça



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1.ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

ÍNDICE POR ADVOGADOS

RR 285 => 002
RR 425 => 003
RR 322 => 004
RR 430 => 005
RR 206 => 006
RR 222 => 007, 008
RR 158-A => 009
DF 10568 => 010, 011
RR 397 => 012
RR 179 => 013
RN 4117 => 013
RR 169 => 014
PA 10758 => 015
RR 368 => 016
AM 5449 => 017

1.ª VARA FEDERAL

Juiz Federal
HELDER GIRÃO BARRETO
Diretor de Secretaria
FLÁVIO DIAS DE S. C. JÚNIOR

EXPEDIENTE DO DIA 16 DE JANEIRO DE 2008

AUTOS COM DESPACHOS

001-2008.42.00.000028-5

CLASSE: 10403 – EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO

EXPTE. :UNIÃO

EXCTO. :JUIZO FEDERAL DA 1ª VARA

DESPACHO: Certifique-se nos autos da Ação Ordinária nº 2007.42.00.002360-0 que, contudo, ficará suspensa até julgamento da presente exceção. Remeta-se a presente exceção ao Eg. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

002-2008.42.00.000078-9

CLASSE : 9200 – MEDIDA CAUTELAR INOMINADA

REQTE. :JUAN SRAGOWICZ

ADVOGADO : RR 285 – EMERSON LUIZ DELGADO GOMES E OUTRO

REQDO. : JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE RORAIMA

DESPACHO: O autor recolha as custas iniciais.

003-2008.42.00.000060-7

CLASSE : 2100 - MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE. :ALLY DAPHNE FERREIRA DE PAULA

ADVOGADO : RR 425 – JULIANO SOUZA PELEGRINI

IMPDO. :DIRETOR-GERAL DO CENTRO FEDERAL DE

EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RORAIMA - CEFET

DESPACHO: Notifique-se a Autoridade-impetrada para prestá-las no prazo legal.**AUTOS COM DECISÃO**

004-2007.42.00.002616-4

CLASSE : 1300 – AÇÃO ORDINÁRIA

AUTOR :ANELINA LUIZA TOBIAS DAVI E OUTROS

ADVOGADO : RR 322 – MOISÉS DE CARVALHO

RÉU : UNIÃO

DECISÃO: DIANTE DO EXPOSTO, **defiro em parte a liminar** para determinar à UNIÃO que **restabeleça o pagamento da VPNI** correspondente à **GEL – Gratificação Especial de Localidade** ao mesmo padrão fixado no Processo Administrativo nº 303...

AUTOS COM SENTENÇA

005-2007.42.00.001794-0

CLASSE : 2100 – MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE. :NAIEF AZULAY SAID EL KHATAB

ADVOGADO : RR 430 – DEBORA MARA DE ALMEIDA

IMPDO. :DIRETOR-GERAL DO CENTRO FEDERAL DE

EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE RORAIMA - CEFET

SENTENÇA: Diante do exposto, pela superveniente perda de objeto, julgo prejudicada a presente impetração e **extingo o processo** sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC.

006-2007.42.00.001611-5

CLASSE : 2100 – MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE. :JOMARA OLIVEIRA E SILVA

ADVOGADO : RR 206 – DANIEL JOSÉ DOS ANJOS

IMPDO. :VICE-REITOR DA UNVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

SENTENÇA: Diante do exposto, **concedo a segurança** na forma do pedido e nos limites da liminar concedida.

007-2007.42.00.002695-2

CLASSE : 5209 – ALV. E OUT. PROCED. JURISD. VOL.

REQTE. :ANGINALBA KARELINA DO NASCIMENTO E OUTRO

ADVOGADO : RR 222 – OLENO INNACIO DE MATOS

REQDO. : JUSTIÇA PÚBLICA

SENTENÇA: Diante do exposto, **defiro a opção provisória** pela nacionalidade brasileira formulada por **ANGELIZA KANDIBEL DO NASCIMENTO MACAPIO** e **ANGINALBA KARELINA DO NASCIMENTO MACAPIO**,...

008-2007.42.00.002697-0

CLASSE : 5209 – ALV. E OUT. PROCED. JURISD. VOL.

REQTE. :RAIDI ANDRELINA PEREIRA RIVAS

ADVOGADO : RR 222 – OLENO INNACIO DE MATOS

REQDO. : JUSTIÇA PÚBLICA

SENTENÇA: Diante do exposto, **defiro a opção provisória** pela nacionalidade brasileira formulada por **RAIDI ANDRELINA PEREIRA RIVAS**...

AUTOS COM ATO ORDINATÓRIO

009-2002.42.00.001866-2

CLASSE : 2100 – MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL

IMPTE. : SILVIO GLENIO SILVA E OUTROS
 ADVOGADO : RR 158-A – DIRCINHA CARREIRA DUARTE
 IMPDO. : GERENTE REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO
 MINISTÉRIO DA FAZENDA EM RORAIMA
ATO ORDINATÓRIO: De ordem do MM. Juiz Federal na
 Titularidade da 1ª Vara, e em conformidade com a Portaria nº 002, de
 20.06.2003/1ª Vara/JF, fica a parte autora devidamente intimada para
 se manifestar acerca do retorno dos autos do Eg. TRF da 1ª Região,
 no prazo de quinze (15) dias.

2ª VARA FEDERAL

Juiz Federal
ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES
 Diretora de Secretaria
DILMAALVES GONÇALVES

EXPEDIENTE DO DIA 12 DEZEMBRO DE 2007

AUTOS COM SENTENÇA

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

010-2006.42.00.001370-9
 CLASSE: 1102- EMBARG / EXEC FUND EM SENT
 EMBTE: CONSENHO REGIONAL DE FARMACIA DOS
 ESTADOS DO AMAZONAS E RORAIMA
 ADVG: DF00010568- GUSTAVO BERALDO FABRICIO
 EMBDO: PABLO OSCAR AMENZAGA ACOSTA
 O Exmo. Juiz Federal ATANAI NASSER RIBEIRO LOPES
 exarou a seguinte Sentença: Ante o exposto, julgo improcedente o
 pedido e rejeito os presentes embargos.

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

011-2006.42.00.001370-9
 CLASSE: 11102- EMBARGOS / EXEC FUND EM SENT
 EMBTE : CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DOS
 ESTADOS DO AMAZONAS E RORAIMA
 ADVG: DF00010568- GUSTAVO BERALDO FABRICIO
 EMBDO: PABLO OSCAR AMEZAGA ACOSTA
 O Exmo. Juiz Federal ATANAI NASSER RIBEIRO LOPES
 exarou a seguinte Decisão : Verifico a ocorrência de simples
 equívoco na indicação da ação principal constante do dispositivo da
 sentença a fl. 77.

Dessa forma, sendo mera inexatidão material c. portanto sanável a
 qualquer tempo (art, 463, I, CPC), corrijo a indicação da ação
 principal para constar na ultima linha de fl.77, a indicação correta
 como sendo 2002.42.00.001691-9 e não (2002.42.00.000545-7)
 como no original.

A secretaria para publicar a sentença e esta decisão

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):

012-2007.42.00.001677-3
 CLASSE: 2100- MANADADO DE SEGURANÇA INDI-
 VIDUAL
 IMPTE: SETRAV SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA
 ADVG: RR0000397- JEOVA LEOPOLDO FEITOSA
 IMPDO: CHEFE DA UNIDADE DE ATENDIMENTO DA
 RECEITA FEDERAL DO BRASIL- PREVIDENCIA /BOA VISTA/
 RR

O Exmo. Juiz Federal ATANAI NASSER RIBEIRO LOPES
 exarou a seguinte Decisão: Ante o exposto, indefiro a liminar.
 Notifique-se a autoridade impetrada para prestar informações no
 prazo de 10 dias.
 Após, vista ao ministério Público Federal.

013-2003.42.00.001256-2
 CLASSE: 1600- AÇÃO ORDINARIA / FGTS
 AUTOR: LUIZ LARANGEIRA DE MACEDO
 ADVG: RR000179 – JOSE RIBAMAR ABREU DOS SANTOS
 ADVG: RN00004117 – PABLO SIQUEIRA NOBRE
 REU: CAIXA ECONOMICA FEDERAL-CEF
 O Exmo. Juiz Federal ATANAI NASSER RIBEIRO LOPES
 exarou a seguinte decisão : Indefiro o pedido do autor. Intime-se.

014-2002.42.00.001691-9
 CLASSE: 05199- AÇÃO DIVERSAS / OUTRAS
 REQTE: PABLO OSCAR AMEZAGA ACOSTA
 ADVG: RR000169 – JOSE APARECIDO CORREIA

REQDO: CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DOS
 ESTADOS DO AMAZONAS E RORAIMA
 O Exmo. Juiz Federal ATANAI NASSER RIBEIRO LOPES
 exarou a seguinte Decisão: Inicialmente, determino a remessa do
 processo a SECLA para reclassificar como Execução por Título
 Judicial, já que houve até embargos à execução sem que o processo
 tenha sido redistribuído.
 Em seguida, intime-se o autor a se manifestar sobre o documento de
 fl. 144 e a trazer em termos a petição de execução de sentença. Se
 assim for do seu interesse.

AUTOS COM ATO ORDINATÓRIO
No(s) processo(s) abaixo relacionado(s) :

015-2006.42.00.001726-4
 CLASSE: 1100- AÇÃO ORDINARIA / TRIBUTARIA
 AUTOR: MUNICIPIO DE AMAJAI /RR
 ADVG: PA00010758- FRANCINALDO FERNANDES DE
 OLIVEIRA
 REU: UNIÃO
ATO ORDINATÓRIO: (Portaria GABJU 002/2003): Vista ao
 autor para, querendo falar sobre a contestação de fls. 81/95 e
 especificar as provas que pretender produzir, justificando-as desde
 logo.

016-2007.42.00.000607-3
 CLASSE: 1300 – AÇÃO ORDINARIA / SERVIÇOS PUBLICOS
 AUTOR: SHERLIO EVANGELISTA DO NASCIMENTO
 ADVG: RR00000368- JOSE GERVASIO DA CUNHA
 REU: UNIÃO
ATO ORDINATÓRIO: (Portaria GABJU 002/2003): Vista ao
 autor para, no prazo de 05(cinco) dias, manifestar-se acerca da
 contestação de fls. 31/45

017-2006.42.00.000585-2
 CLASSE: 2100- MANDADO DE SEGURANÇA / INDI-
 VIDUAL
 IMPTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E
 TELEGRAFOS -ECT
 ADVG: AM00005449- HERBET BARROS BEZERRA
 IMPDO: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE BOA
 VISTA E OUTRO
ATO ORDINATÓRIO: (Portaria GABJU 002/2003): De ordem
 do MM. Juiz Federal da 2ª vara, dê-se vista o impetrante para
 ciência do retorno dos autos do TRF.

EDITAIS

TABELIONATO DE 2º OFICIO

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se **LENILSON GOMES DOS SANTOS e TATIANE SEIXA LIMA**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº s I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro.

ELE é natural de Coelho Neto, Estado do Maranhão, nascido a 29 de Agosto de 1983, de profissão: militar, residente a Rua: Tambaquí, nº 924, Bairro: Santa Tereza II, filho de **ACRIZIO GOMES DOS SANTOS e de IVANILDE DOS SANTOS**.

ELA é natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascida a 24 de Agosto de 1983, de profissão: monitora, residente a Rua: Centauro, nº 220, Bairro: Jardim Primavera, filha de **JOSE AMERICO DA COSTA LIMA e de MIRIAM CORREIA DE SEIXAS**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 15 de Janeiro de 2008
 Wagner Mendes Coelho
 Tabelião

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se **MIKEIAS SILVINO DE ALMEIDA OLIVEIRA e ADRIANA MEGIAS DE MATOS**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III, e IV, do Código Civil Brasileiro.

ELE é natural de Itapagé, Estado do Ceará, nascido a 23 de junho de 1983, de profissão: torneiro mecânico, residente a Rua: Antônio Coutrin Silva, nº 518, Bairro: Senador Helio Campos, filho de **FRANCISCO ANTONIO ALMEIDA OLIVEIRA e de JACINTA SILVINO DE ALMEIDA OLIVEIRA**.

ELA é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascida a 19 de fevereiro de 1986, de profissão: estudante, residente a Rua: Leônicio Barbosa, nº 1566, Bairro: Tancredo Neves, filha de **ADEMIR PEREIRA DE MATOS e de MARIA DE LOURDES SELEIRO MEGIAS**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 17 de Janeiro de 2008
Wagner Mendes Coelho
Tabelião

Diário do Poder Judiciário
Provimento Nº 001/1992

Des. Robério Nunes dos Anjos
Presidente

Des. Carlos Henriques Rodrigues
Vice-Presidente

Des. Lupercino de Sá Nogueira Filho
Corregedor Geral de Justiça

Des. José Pedro Fernandes
Des. Mauro José do Nascimento Campello
Des. Ricardo de Aguiar Oliveira
Des. Almiro José Mello Padilha
Membros

João Augusto Barbosa Monteiro
Diretor-Geral

Palácio da Justiça
Praça do Centro Cívico, s/n, Centro
Cep: 69301-380, Boa Vista, RR
(95) 3621-2675

JUSTIÇA MÓVEL
0800 280 8580



Justiça Especial Volante
JUSTIÇA NO TRANSITO

Acidentes de trânsito no perímetro urbano de Boa Vista
em que tenham ocorrido somente danos materiais, sem vítimas

- **Atendimento 24h, todos os dias da semana**
- **(95) 9971-6700 – 3621 2657** Justiça no Trânsito
- **190** – Central de Operações da Polícia Militar – COPOM
- **194** – Central de Operações da Polícia Civil
- A equipe se deslocará ao local do acidente e um conciliador tentará promover a conciliação dos envolvidos para solução imediata da questão



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
Departamento de Informática

Em caso de problemas com:

- **SISCOM**
- **Equipamentos de Informática**
- **Softwares/Aplicativos**
- **Acesso ao Serviço de Redes**
- **Dúvidas e/ou solicitações na área de informática**

Entre em contato com:

Central de Atendimento

Ramal: 2670
(Palácio da Justiça e Fórum)

Externo: 3621-2670
(Juizado da Infância e Juventude e Comarcas)

e-mail: suporte@tj.rr.gov.br

Acesse a intranet: <http://intranet/>

Horário: 08:00 às 18:00

SAU Seção de Atendimento ao Usuário - DI

Serviço exclusivo ao Poder Judiciário do Estado de Roraima

**Corregedoria
Geral de Justiça**

Ouvidoria-Geral

**Telefone
0800 2809551**

e-mail:
ouvidoria@tj.rr.gov.br



Telefones Úteis

**Plantão Judicial 1ª Instância
9971 5002**

**Plantão Judicial 2ª Instância
9959 8745**

**Ouvidoria
0800 280 9551
3623 3352**

**Vara da Justiça Itinerante
0800 280 8580
3624 2769
9971 4910**

**Justiça no Trânsito
9971 6700**



Assine o

**DIÁRIO
DO PODER
JUDICIÁRIO**

3623-6108



**Assine o Diário do
Poder Judiciário**

Telefone: 3623-6108



Assine o Diário do Poder Judiciário

Telefone: 3623-6108